

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

CYNTHIA CARLA CARTES PATRÍCIO

**O PROCESSO ORGANIZATIVO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E OS
PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: CESTAS AGROECOLÓGICAS CAMPO
CIDADE PRODUTOS DA TERRA**

CURITIBA

2023

CYNTHIA CARLA CARTES PATRÍCIO

**O PROCESSO ORGANIZATIVO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E OS
PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: CESTAS AGROECOLÓGICAS CAMPO
CIDADE PRODUTOS DA TERRA**

**The organizational process of solidarity enterprises and the principles of
solidarity economy: agroecological baskets country city Produtos da Terra**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Planejamento e Governança Pública no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientadora: Professora Dra. Simone Aparecida Polli.

CURITIBA

2023



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Curitiba



CYNTHIA CARLA CARTES PATRICIO

O PROCESSO ORGANIZATIVO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E OS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: CESTAS AGROECOLÓGICAS CAMPO CIDADE PRODUTOS DA TERRA

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Planejamento E Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Planejamento Público E Desenvolvimento.

Data de aprovação: 12 de Dezembro de 2023

Dra. Simone Aparecida Polli, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Dimas Floriani, Doutorado - Universidade Federal do Paraná (Ufpr)

Dra. Maria Lucia Figueiredo Gomes De Meza, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 04/03/2024.

Dedico este trabalho aos meus pais, Antonia (*in
memorian*) e Bernardo, por me apoiarem e estarem
presentes em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos ancestrais que trago em mim, e certamente me acompanham em todos os momentos da minha vida.

Agradeço os meus pais Antônia, que não está mais conosco, e Bernardo por me ensinarem que a maior herança que se pode deixar aos filhos é a educação, a formação, o conhecimento, o caráter e tudo fizeram para que isso fosse possível.

Agradeço aos amores da minha vida, Abner Geraldo Picinatto e Victória Patrício Picinatto por compreenderem a minha ausência e me apoiarem de todas as formas para que eu pudesse finalizar esta dissertação.

Agradeço aos meus irmãos Claudia, Patrícia e Ricardo, por comprovarmos a teoria de nossa mãe que os gravetos unidos não se quebram facilmente.

Agradeço às minhas irmãs amigas Claudia e Patrícia por vivermos juntas essa aventura que é a vida, superarmos de mãos dadas os tropeços do caminho e da mesma forma comemoramos as vitórias.

Agradeço às minhas amigas irmãs Elisa e Vânia por darmos boas risadas juntas, por me apoiarem nos momentos difíceis e por me desviarem do caminho na elaboração desta dissertação para celebrarmos a vida.

Meus sinceros agradecimentos à Universidade Tecnológica Federal do Paraná e ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPGPGP) por me oportunizar participar do Programa de Mestrado.

Agradeço imensamente à Prof.^a Dra. Simone Aparecida Polli, minha querida amiga orientadora, por ter me escolhido para orientar, por estar sempre presente, pela paciência, carinho e incrível dedicação com que me trouxe até aqui.

Agradeço aos Professores do PPGPGP Dra. Ana Paula Myszczuk, Dr. Antônio Gonçalves de Oliveira, Dr. Christian Luiz da Silva, Dra. Maria Lúcia Figueiredo de Meza, Dr. Rogério Allon Duenhas e Dra. Vanessa Ishikawa Rasoto por me conduzirem primorosamente ao conhecimento, à reflexão, mesmo em um momento adverso que foi a Pandemia do COVID-19, tornaram as aulas on-line um valioso espaço de debates e que se refletem nesta dissertação.

Aos Professores que aceitaram fazer parte da minha banca de qualificação, Prof.^a Dra. Maria Lúcia Figueiredo de Meza e pela valiosa contribuição e Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin por mostrar um novo caminho a seguir.

Agradeço novamente à Prof^a Malu, e ao Prof. Dr. Dimas Floriani por aceitarem gentilmente o convite para compor a banca de defesa.

À equipe do PPGPGP, em especial ao Matheus Petris que sempre esteve pronto em ajudar.

Agradeço aos meus colegas de mestrado que fizeram parte dessa caminhada Daniele, Leonardo, Dalton, Anelise, Rafael, Osvaldo, Gisele, Aline, Verônica, Matheus, Monique, Daniel, Nayara, Diva.

Agradeço especialmente à minha amiga Érika, que adotei como irmã caçula, e que esteve ao meu lado em todos os momentos, mesmo há um Oceano de distância, e alguns fusos horários nunca mediu esforços para me ajudar, me mostrou que desistir não seria uma opção.

Agradeço ao grupo de pesquisa Incubadora de Economia Solidária TECSOL/UTFPR, por me acolherem, no início da pesquisa.

Agradeço à Isabela Graciano, ao Luiz Pequeno, à Helena Cantão, ao Cristiano Czcza e ao Ademir Fernandes, e outros tantos mandalenses que encontrei pelo caminho pela paciência e disposição em me ajudar a entender o processo organizativo das Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra.

Anda, quero te dizer nenhum segredo
Falo desse chão da nossa casa
Vem que tá na hora de arrumar
Tempo, quero viver mais duzentos
anos
Quero não ferir meu semelhante
Nem por isso quero me ferir
Vamos precisar de todo mundo
Pra banir do mundo a opressão
Para construir a vida nova
Vamos precisar de muito amor
A felicidade mora ao lado
E quem não é tolo pode ver
A paz na terra amor
O sal na terra
A paz na terra amor
O sal da
Terra, és o mais bonito dos planetas
Tão te maltratando por dinheiro
Tu que és a nave nossa irmã
Canta, leva tua vida em harmonia
E nos alimenta com seus frutos
Tu que és do homem, a maçã
Vamos precisar de todo mundo
Um mais um é sempre mais que dois
Para melhor construir a vida nova
É só repartir melhor o pão
Recriar o paraíso agora
Para merecer quem vem depois
Deixa fluir o amor
Deixa crescer o amor
Deixa fluir o amor
O sal da terra

(Beto Guedes, 1981).

RESUMO

PATRÍCIO, Cynthia Carla Cartes. **O processo organizativo dos empreendimentos solidários e os princípios da Economia Solidária: Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos Da Terra**. 2023. 136f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2023.

O objetivo desta dissertação é analisar o processo organizativo das Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra e sua relação com os princípios da economia solidária. Este empreendimento solidário é integrante da Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade – Rede Mandala, formada por 8 redes de economia solidária do campo e da cidade. A abordagem da pesquisa é qualitativa, quanto ao objetivo é exploratória. Foi adotada como metodologia a amostragem bola de neve, na qual se entrevista um informante considerado semente, e os próximos são indicados pelo entrevistado anterior, e assim sucessivamente, até que se chegue a um resultado satisfatório. Os entrevistados são coordenadores das frentes de trabalho, ou foram em períodos importantes para o empreendimento, permitindo à pesquisadora compreender como os princípios da economia solidária são aplicados no processo organizativo do empreendimento solidário. A pesquisa apresentou como resultados que a participação do empreendimento econômico solidário nos fóruns fortalece tanto o empreendimento, quanto a rede na qual está inserido, são espaços de aprendizado, construção de propostas na parte econômica, social e política. Sobre o princípio autogestão, observou-se que o empreendimento pauta-se por este princípio, no seu processo organizativo, em reuniões de planejamento, decisões em reuniões de autogestão, a solidariedade é apontada nas ações promovidas e executadas em conjunto com entidades parceiras do campo e da cidade durante o período crítico da pandemia, se estendendo após o término, a integração campo-cidade e bem viver foi observada na forma como o empreendimento é conduzido, nas ações internas, e na relação com os consumidores. Como considerações finais, o estudo permitiu compreender que no processo organizativo os princípios da economia solidária são perseguidos na condução do empreendimento. No entanto, há uma preocupação do empreendimento na parte que se aproxima dos empreendimentos tradicionais, visto que o fato de ser pautado pelos princípios da economia solidária, não o exime das obrigações fiscais, jurídicas e administrativas, tal qual uma empresa tradicional, uma vez que estão inseridos como resistência e construção de outra sociedade que não se pauta no modelo capitalista.

Palavras-chave: Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra, agricultura familiar, economia solidária, princípios da economia solidária, integração campo-cidade.

ABSTRACT

PATRÍCIO, Cynthia Carla Cartes. **The organizational process of solidarity enterprises and the principles of solidarity economy: agroecological baskets country city Produtos da Terra**. 2023. 136f. Dissertation (Master Degree in Planning and Public Policies) – Postgraduate Program in Planning and Public Governance, Federal Technological University of Paraná (UTFPR), Curitiba, 2023.

The objective of this dissertation is to analyze the organizational process of the Agroecological Baskets Country-City Earth Products and its relationship with the principles of the solidarity economy. This solidarity enterprise is part of the Paraná Country-City Solidarity Economy Network – Mandala Network, formed by 8 solidarity economy networks from the countryside and the city. The research approach is qualitative, with an exploratory objective. Snowball sampling was adopted as a methodology, in which an informant considered a seed is interviewed, and the next ones are indicated by the previous interviewee, and so on, until a satisfactory result is reached. The interviewees are coordinators of the work fronts, or were in important periods for the enterprise, allowing the researcher to understand how the principles of the solidarity economy are applied in the organizational process of the solidarity enterprise. The research presented as results that the participation of the solidarity economic enterprise in the forums strengthens both the enterprise and the network in which it is inserted, they are spaces for learning, construction of proposals in the economic, social and political aspects. Regarding the self-management principle, it was observed that the enterprise is guided by this principle, in its organizational process, in planning meetings, decisions in self-management meetings, solidarity is highlighted in the actions promoted and executed together with partner entities in the field and the city during the critical period of the pandemic, extending after its end, rural-city integration and good living was observed in the way the enterprise is conducted, in internal actions, and in the relationship with consumers. As final considerations, the study allowed us to understand that in the organizational process, the principles of the solidarity economy are pursued in the conduct of the enterprise. However, there is a concern for the enterprise in the part that approaches traditional enterprises, since the fact that it is guided by the principles of the solidarity economy does not exempt it from tax, legal and administrative obligations, just like a traditional company, since they are inserted as resistance and construction of another society that is not based on the capitalist model.

Keywords: Agroecological Baskets Countryside Earth Products, family farming, solidarity economy, principles of solidarity economy, rural-city integration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “Redinhas” do Campo e da Cidade da Rede Mandala.....	71
Figura 2 – Mapa de localização do Assentamento Contestado.....	72
Figura 3 – Barraco instalado no Acampamento Contestado	73
Figura 4 – Reunião participativa de elaboração do PDA do Assentamento Contestado	73
Figura 5 – Produtos In natura.....	81
Figura 6 – Oferta de produtos processados da semana - Cesta Agroecológica Campo Cidade	82
Gráfico 1 – Comercialização das Cestas Agroecológicas Produtos da Terra (Mar/2020 – Nov/2022)	84
Figura 7 – Frentes de comercialização da Redinha Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra	86
Figura 8 – Fluxograma de organização e entrega das Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra	88
Figura 9 – Avisos semanais para retirada das cestas agroecológicas nos grupos de whatsapp	90
Figura 10 – Mapa de localização de entrega das cestas agroecológicas.	91
Figura 11 – Praça do Japão (Água Verde).....	92
Figura 12 – Reitoria (Centro).....	92
Figura 13 – Feira da Praça Osório (Centro)	93
Figura 14 – Feira da Praça Osório (Centro)	93
Figura 15 – Feira do Passeio Público (Centro).....	94
Figura 16 – Feira do Passeio Público (Centro).....	94
Figura 17 – 20ª Jornada de Agroecologia	95
Figura 18 – 20ª Jornada de Agroecologia	95
Figura 19 – 20ª Jornada de Agroecologia	95

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Entrevistados do processo organizativo do empreendimento solidário ..	25
Tabela 1 – Estabelecimentos da agricultura familiar e patronal	32
Tabela 2 – Trabalhadores do Centro de Distribuição	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
CCA	Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná
CD	Centro de Distribuição da Economia Solidária e Reforma Agrária
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CNPO	Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
CNRTL	Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales
CECOPAM	Centro Comunitário Padre Miguel
CEFURIA	Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
COANA	Cooperativa de Comercialização da Reforma Agrária Avante
COPACON	Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista
COPRAN	Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa
DERAL	Departamento de Economia Rural
DESER	Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais
EAF	Entidade de Apoio e Fomento à Economia Solidária
EES	Empreendimento de Economia Solidária
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAB	Programa Alimenta Brasil
PDA	Plano de Desenvolvimento de Assentamento Rural

PLAMSOL	Plano Municipal de Economia Solidária
PLANAPO	Plano Nacional de Agricultura Orgânica e Agroecologia
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Plano Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PPGPGP	Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública
SPG	Sistema Participativo de Garantia
SGTP	Sistema de Garantia da Terceira Parte
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema de Pesquisa.....	15
1.2 Justificativa	16
1.3 Objetivos.....	17
1.3.1 Objetivo geral	17
1.3.2 Objetivos específicos.....	17
1.4 Metodologia.....	17
1.4.1 Método Bola de Neve	19
1.4.2 Realização das entrevistas.....	23
1.4.3 Os atores do Empreendimento Econômico Solidário	24
1.5 Estrutura da Dissertação.....	25
2 INTEGRAÇÃO CAMPO-CIDADE: AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	27
2.1 Breve panorama da Agricultura familiar no Brasil	28
2.1.1 Caracterização da agricultura familiar	30
2.1.2 Os números da agricultura familiar no Brasil	32
2.1.3 Agricultura ecológica	33
2.1.4 Agricultura familiar e assentados da Reforma Agrária	40
2.1.5 Cooperativismo e a agricultura familiar	43
2.2 Economia Solidária e os princípios norteadores	47
2.2.1 Redes de Economia Solidária	50
2.2.2 Os princípios da Economia Solidária.....	51
2.3 Processos organizativos dos empreendimentos de Economia Solidária....	62
2.4 I Plano Municipal de Economia Solidária.....	64
2.5 Síntese das principais contribuições teóricas do trabalho	64
3 A REDE MANDALA E AS “REDINHAS”	66
3.1 Rede Paranaense De Economia Solidária Campo-Cidade – Rede Mandala.....	67
3.1.1 O surgimento da Rede Mandala.....	68
3.1.2 Uma breve contextualização dos membros do campo na Rede Mandala.....	71
3.2 O assentamento de Reforma Agrária - Assentamento Contestado.....	72
3.3 Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra: surgimento, consolidação e atores chaves no processo	75
3.3.1 Surgimento e atores das Cestas Agroecológicas.....	75
3.3.2 O processo organizativo das Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra.....	79
3.3.3 Os pontos de entrega das Cestas Agroecológicas Produtos da Terra	90
3.4 Síntese dos principais apontamentos do funcionamento e organização da “redinha”	96
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS	99

4.1 Interações políticas da frente de comercialização Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra	99
4.2 Autogestão, participação e democracia.....	101
4.3 Os princípios da Economia Solidária: Solidariedade, Bem Viver (Jeito de Viver)	104
4.3.1 Solidariedade	104
4.3.2 Bem viver	105
4.4 Integração Campo Cidade	107
4.5 Os pontos que afastam e o pontos que convergem o empreendimento econômico social de um empreendimento tradicional	110
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	115

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as discussões sobre a Economia Solidária tiveram início a partir dos anos 1980 e 1990, em uma conjuntura de crise econômica, desemprego, desindustrialização, neste contexto começou a reinvenção da economia solidária, segundo (Singer, 2002). Mas, foi a partir do I Fórum Social Mundial que a economia solidária começou a ganhar força com práticas ligadas ao comércio justo, comércio solidário, autogestão, solidariedade e o surgimento de redes de economia solidária (MANCE, 2002).

Esta pesquisa ancora-se em dois temas pilares, a Economia Solidária e a Agricultura Familiar, dois segmentos que sofreram significativas perdas em investimento e assistência no Brasil, desde 2016 até 2022, períodos de governos sem compromisso com as políticas públicas de caráter social e popular.

Desde 2003 foram construídas políticas públicas de combate à insegurança alimentar, e que, em 2014, retirou o Brasil do mapa da fome, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) (Grisa, 2022). No entanto, com o golpe de Estado sofrido em 2016 e a ascensão do governo Temer, deu-se uma guinada na forma de condução do governo, desmontando essas políticas públicas e descontinuando muitas ações e programas.

Nesse contexto, outro fator que impactou os empreendimentos econômicos solidários e a agricultura familiar na sequência dos desmontes foi o Brasil e o mundo, no início de 2020, serem surpreendidos pela pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19) que trouxe consequências inimagináveis e intensas para toda a população. Além de 37.721.749 casos de pessoas infectadas e 704.659 mortos (OMS, 2023)¹, as medidas de isolamento provocaram uma paralisação da economia e exigiram um repensar de todos os agentes econômicos públicos e privados.

Diversos setores da economia precisaram se adaptar devido ao isolamento social e, enquanto isso, muitos indivíduos tiveram que definir como seriam direcionadas às suas iniciativas de sobrevivência, dadas determinadas ocupações que intrinsecamente dependiam da forma como a população estava anteriormente articulada dentre esses setores destaca-se a agricultura familiar e os empreendimentos econômicos solidários.

¹ Disponível em: Organização Mundial da Saúde (OMS): <https://covid19.who.int/>

A agricultura familiar, neste período crítico da pandemia, teve especial importância, momento em que, de um dia para outro foram impostas restrições no ir e vir da população no *lockdown* e novas configurações foram urgentes para alimentar esse contingente de pessoas que tiveram sua rotina alterada. Neste momento suscitou encontrar novas formas para atender a demanda por alimentos.

Na outra ponta, o agricultor também precisava comercializar sua produção, uma vez que as compras institucionais, neste período foram, senão extintas, diminuídas consideravelmente (Grisa, 2022). Brondani (2021), afirma que esta renda é determinante para a permanência de alguns agricultores na atividade agrícola.

A atuação em rede dos trabalhadores do empreendimento econômico solidário (EES) os laços, se realimentam e facilita a manutenção desses empreendimentos dentro da Economia Solidária. Suas cartas de princípios são o norte perseguido para que seja possível superar a lógica capitalista de concentração de riqueza e exclusão social, essa nova formação social tem a prerrogativa de atuar em cooperação ao contrário da exploração dos trabalhadores (MANCE, 2002).

O trabalho solidário tem como premissa a autogestão como forma de conduzir os empreendimentos solidários, o que para Singer (2000) deve ser diferente de uma gestão capitalista, que um pequeno grupo toma decisões, nas empresas solidárias as decisões coletivas tendem a ser mais acertadas, com as experiências de todos os sócios, e a transparência das informações. É uma gestão democrática, onde todos têm responsabilidade nas decisões, no entanto, Singer (2000) alerta que há um custo, pois decidir coletivamente implica em ouvir todos, e isso pode levar um tempo, por vezes não o mesmo tempo de urgência nas decisões.

Outro princípio observado na Economia Solidária é a solidariedade que Gaiger (2021) aponta para a preservação de laços sociais; para este autor a reciprocidade também deve ser vista como um princípio social e econômico, que as relações nos empreendimentos solidários funcionariam como proteção nas relações de cooperação.

Mance (2002) acredita que o processo produtivo se fortalece no sentido do bem viver, a partir do momento que se cria uma consciência de consumo entre redes solidárias. Portanto, esses valores monetários gastos no consumo terão o poder de realimentar a produção solidária das outras redes. Consumir produtos que foram produzidos através da exploração da mão de obra humana, vai na contramão do bem viver.

1.1 Problema de Pesquisa

Os EES têm sido alternativa para geração de trabalho e renda para uma parcela da população que viu na Economia Solidária uma saída para o enfrentamento ao desemprego, à exclusão do mercado de trabalho, ou que decidiu por se associar a um EES por não querer ser empregado. Singer (2000) afirma, mencionando as bases ideológicas da economia solidária que “A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. É uma opção ao mesmo tempo econômica e político-ideológica” (SINGER, 2000, p. 13).

Além disso, os trabalhadores procuram viver uma outra economia, com respeito às pessoas, ao meio ambiente, às relações humanas, organizados em empreendimentos solidários. Em suas diversas formas, sejam cooperativas, associações, clubes de trocas e até mesmo empreendimentos sem uma organização formal, com “condição igualitária e uma disposição a continuarem reconhecendo os direitos de uns e outros, a começar pelo direito ao trabalho e à renda” (GAIGER, 2015, p. 49).

Os empreendimentos econômicos solidários seguem princípios básicos para serem considerados empreendimentos de Economia Solidária, é a forma como os empreendimentos serão geridos, e “sem os quais não é possível caracterizar os empreendimentos solidários” (LEAL; RODRIGUES, 2018, p. 212).

Os princípios da Economia Solidária variam conforme a localização, ambiente ou rede em que os empreendimentos solidários estão inseridos, porém convergem para os princípios escolhidos para o presente estudo: (i) autogestão, participação e democracia; (ii) solidariedade; (iii) integração campo-cidade; e bem-viver, jeito de viver. (REGIMENTO REDE MANDALA, CARTA DE PRINCÍPIOS, 2020).

O estudo empírico inicia pela apresentação da Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade - Rede Mandala, que é a Rede à qual estão ligadas oito redes de economia solidária do campo e da cidade, e a partir dela se articulam, se fortalecem mutuamente, para sua produção e sua reprodução social, são as chamadas “redinhas”.

Uma das “redinhas” que fazem parte da Rede Mandala, e representam o componente campo, é a Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA/PR) e a sua filial o Centro de Distribuição da Economia Solidária e Reforma Agrária (CD),

a qual tem uma de suas frentes de comercialização as Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra.

Nesta pesquisa o estudo de caso é as Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra e sua relação com os princípios da Economia Solidária pelos quais o empreendimento solidário realiza o seu processo organizativo. Diante do exposto, apresenta-se a questão da pesquisa: Como os princípios da economia solidária estão inseridos cotidianamente no fazer, na cultura e no processo organizativo do empreendimento econômico solidário?

1.2 Justificativa

O tema escolhido para estudo tem origem a partir da experiência de trabalho voluntário realizado em 1999, pela pesquisadora quando integrou uma equipe de profissionais interdisciplinares. Esta equipe elaborou o Projeto de Assentamento Contestado (PA) de Reforma Agrária, da Fazenda Santa Amélia, localizado na Lapa/PR, município da Região Metropolitana de Curitiba.

Posteriormente, este acampamento se transformou no Assentamento Contestado e, desde o seu nascimento planejou vender seus produtos em circuitos curtos de comercialização, sendo um dos exemplos planejados pelo assentamento a venda diretamente ao consumidor final (PDA, 2001), materializado na comercialização das Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra.

A presente pesquisa vincula-se ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPGGP), e à linha de pesquisa Planejamento e Políticas Públicas ao revisitar a política pública para a Reforma Agrária, iniciada em 2000, na implantação do Assentamento Contestado. Naquela ocasião foi elaborado o chamado Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Contestado (PDA) que consiste no instrumento de planejamento de assentamentos da reforma agrária.

A contribuição do estudo para a academia será produzir conhecimento com relação à integração campo-cidade, bem como, servir de subsídio para discussões quanto ao processo organizativo de outros EESs, sendo este empreendimento um retrato de inúmeros outros distribuídos pelo país, podendo apresentar dificuldades e potencialidades semelhantes.

Esta pesquisa justifica-se pela relevância por investigar como estes empreendimentos solidários fazem para se organizar segundo os princípios da

Economia Solidária em especial a autogestão, solidariedade, integração campo-cidade e bem viver.

Como relevância prática o estudo pode contribuir para a compreensão do processo organizativo e a importância da aplicação dos princípios da economia solidária e os desafios que os empreendimentos econômicos solidários têm para sua manutenção a partir deles.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Analisar o processo organizativo da frente de comercialização das Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra e sua relação com os princípios da economia solidária.

1.3.2 Objetivos específicos

- I. Analisar as interações políticas da frente de comercialização Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra com outros atores externos como fóruns, Rede Mandala, políticas municipal, estadual e federal;
- II. Analisar como ocorre a autogestão, participação social e democracia dos membros internos nos debates coletivos do empreendimento econômico solidário;
- III. Analisar como os princípios da economia solidária são seguidos no processo organizativo da “redinha”: os laços de solidariedade, a integração campo-cidade e os modos de vida relacionados ao bem viver; e
- IV. Compreender quais pontos se afastam e quais pontos convergem o empreendimento econômico solidário de um empreendimento tradicional.

1.4 Metodologia

Para atingir o objetivo desta dissertação que é analisar o processo organizativo da frente de comercialização das Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra e sua relação com os princípios da economia solidária, que nesta pesquisa se optou por analisar os princípios: autogestão; solidariedade; integração campo-cidade; e bem viver, jeito de viver.

A pesquisa inicia-se com uma revisão bibliográfica que fornece subsídios que nos permitirão aprofundar temas relacionados à Agricultura Familiar, à Economia Solidária e aos princípios que a norteiam. Também foi realizada uma pesquisa

documental sobre o tema com a finalidade de conhecer o processo organizativo quanto ao empreendimento econômico solidário do estudo em questão como forma de conhecer a relação deste empreendimento solidário com a Rede Mandala e outros empreendimentos solidários do campo e da cidade que formam a Rede Mandala.

A abordagem qualitativa foi adotada no sentido de aprofundar no processo organizativo da frente de comercialização das Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra, e a estrutura na qual está inserida considerando que faz parte de um grupo de empreendimentos econômicos solidários do campo e da cidade que formam a Rede Mandala.

Silveira e Córdova (2009, p. 32) atribuem à pesquisa qualitativa “o aprofundamento da compreensão de grupo social, de uma organização”. E que “a pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Em termos de objetivos, a pesquisa pode ser considerada exploratória porque o objetivo é aprofundar o conhecimento sobre o problema que pretende “proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (Gil, 2008, p. 27). Como procedimento será realizado um estudo de caso, visto o objetivo do estudo proposto.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para um estudo exploratório sobre os temas Agricultura Familiar, Economia Solidária e os princípios que a regem, os quais foram adotados para este estudo com o objetivo de nos familiarizarmos com o processo organizativo do empreendimento econômico solidário Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra.

A coleta de dados, segundo Gerhardt (2009) trata de buscar informações para elucidação do fenômeno ou fato que o pesquisador quer desvendar. De acordo com a autora esta etapa compreende responder à três questões:

- (i) O que coletar? Os dados a serem coletados são aqueles úteis para testar hipóteses. Eles são determinados pelas variáveis e pelos indicadores. Podemos chamá-los de dados pertinentes; (ii) Com quem coletar? Trata-se a seguir de recortar o campo das análises empíricas em um espaço geográfico e social, bem como num espaço de campo. De acordo com o caso, o pesquisador poderá estudar a população total ou somente uma amostra representativa (quantitativamente) ou ilustrativamente (qualitativamente) dessa população; e (iii) Como coletar? Esta terceira questão refere-se aos instrumentos de coleta de dados, que comporta três operações: (1) Conceber um instrumento capaz de fornecer informações adequadas e necessárias para testar as hipóteses; por exemplo, um questionário ou um roteiro de entrevistas ou de observações; (2) Testar o instrumento antes de utilizá-lo sistematicamente para se assegurar de seu grau de adequação e de

precisão; e (3) Colocá-lo sistematicamente em prática e proceder assim à coleta de dados pertinentes (GERHARDT, 2009, p. 56).

O instrumento utilizado para o estudo foi a coleta de informações por meio de técnica de entrevista utilizando um questionário estruturado composto por perguntas com ordem, fixa e iguais para todos os entrevistados (Gil, 2008) (APÊNDICE B, p. 134). As perguntas estão relacionadas à aplicação dos princípios da Economia Solidária estudados no processo organizativo do empreendimento econômico solidário, sejam eles: autogestão; solidariedade; integração Campo-Cidade; e o bem viver/jeito de viver.

1.4.1 Método Bola de Neve

A metodologia *snowball* ou bola de neve, é uma técnica que se apoia em uma cadeia de informantes (Penrod *et al* 2003) é uma abordagem de pesquisa adotada em comunidades, como suporte na pesquisa qualitativa, em especial, nesta pesquisa sobre a comercialização das cestas agroecológicas com suas frentes de trabalho atuando em conjunto.

É necessário, no entanto, que todas as fases sejam bem executadas para que se chegue a um resultado satisfatório, que os dados coletados auxiliem o pesquisador na compilação dos dados, conforme aponta Vinuto:

Em suma, a amostragem em bola de neve é apenas uma ferramenta, num contexto maior de trabalho, que pode auxiliar o pesquisador, mas que depende necessariamente da boa execução das outras fases da pesquisa (VINUTO, 2014, p. 217).

Para analisar se o processo organizativo se baseia nos princípios da Economia Solidária pretende-se realizar pesquisa de campo por meio de entrevistas com os atores que participam da gestão da Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra com questões formuladas que apontam para descobrir se os princípios são aplicados ao empreendimento solidário.

A execução da técnica da amostragem em bola de neve, segundo Vinuto (2014) começa com um pequeno grupo de indivíduos conhecidos pelo pesquisador, que são convidados a participar do estudo. Esses indivíduos, por sua vez, são solicitados a identificar outros indivíduos que possam ser incluídos no estudo, e assim por diante, até que o tamanho da amostra desejado seja alcançado.

Na sequência a autora aponta que os informantes “sementes” podem auxiliar o pesquisador a entender o grupo a ser pesquisado. Em seguida:

... solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas para condução da pesquisa, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador (VINUTO, 2014, p. 203).

Para a realização de uma amostragem em bola de neve é necessário que haja um intermediário inicial, também denominado semente, que localiza ou aponta algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa a ser realizada. O informante semente pode, inclusive, ser um dos participantes segundo (VINUTO, 2014).

As pessoas indicadas são então solicitadas a indicar mais pessoas. Dessa forma, a amostra, que antes era difícil de ser calculada probabilisticamente ou até mesmo de difícil acesso, expande-se, na maioria das vezes, satisfatoriamente. Segundo Baldin e Munhoz:

A *snowball sampling* ou “Bola de Neve” prevê que o passo subsequente às indicações dos primeiros participantes no estudo é solicitar, a esses indicados, informações acerca de outros membros da população de interesse para a pesquisa (e agora indicados por eles), para, só então sair a campo para também recrutá-los (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 5).

De acordo com Sanchez e Nappo (2002), a escolha de sujeitos por meio da *snowball sampling*, a partir dos informantes chave, permite que os pesquisadores se aproximem da população investigada além de fornecer subsídios para a elaboração dos instrumentos de pesquisa que futuramente possam ser incorporados à investigação, como questionários, por exemplo.

O diferencial da metodologia Bola de Neve, segundo Vinuto (2014) deve-se ao fato de ser um método de amostragem de rede para estudar populações difíceis de serem acessadas ou estudadas, a autora seleciona três tipos de população elegíveis para a aplicação desta metodologia: (i) as que contém poucos membros e que estão espalhados por uma grande área; (ii) os estigmatizados e reclusos; e (iii) os membros de um grupo de elite que não se preocupam com a necessidade de dados do pesquisador.

Costa (2018, p. 19) corrobora e aponta que:

Inicialmente, o pesquisador especifica as características que os membros da amostra deverão ter, depois identifica uma pessoa ou um grupo de pessoas congruentes aos dados necessários, na sequência, apresenta a proposta do estudo e, após obter/registrar tais dados, solicita que o(s) participante(s) da pesquisa indique(m) outra(s) pessoa(s) pertencente(s) à mesma população-alvo (COSTA, 2018, p. 19).

Segundo o mesmo autor, o método de amostragem *Snowball*, atende aos objetivos da pesquisa, porque que o pesquisador especifica as características necessárias aos membros da amostra, em seguida:

Identifica uma pessoa ou um grupo de pessoas congruentes aos dados necessários, na sequência, apresenta a proposta do estudo e, após obter/registrar tais dados, solicita que o(s) participante(s) da pesquisa indique(m) outra(s) pessoa(s) pertencente(s) à mesma população-alvo (COSTA 2018, p.19).

Bockorni e Gomes (2021, p. 107) apontam que a adoção de tal método com a finalidade de pesquisar “grupos difíceis de serem estudados ou acessados ou também quando não se conhece o universo da pesquisa”, atende o objetivo deste estudo, no sentido da complexidade do processo organizativo.

O Estudo de Caso analisou o empreendimento solidário do estudo, que se refere ao Centro de Distribuição da Cooperativa Terra Livre e que funciona no Bairro Xaxim, em Curitiba - PR. Neste local são armazenados os produtos provenientes de cooperativas da reforma agrária do Estado do Paraná. Ali as cestas agroecológicas são montadas e destinam-se às feiras orgânicas distribuídas em diversos bairros na cidade para serem entregues aos consumidores.

As entrevistas são estruturadas que, segundo Marconi e Lakatos (2017); segue-se um roteiro previamente estabelecido e aplicado o mesmo a todos os participantes da pesquisa. Estas autoras apontam a entrevista como “um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados, ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 130).

Segundo as autoras, “a padronização é obter dos entrevistados respostas às mesmas perguntas de maneira que se possa comparar com o mesmo conjunto de perguntas e avaliar se não há diferenças nas respostas dos entrevistados” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 131).

Para realização das entrevistas baseou-se nas informações das pessoas chave do empreendimento econômico solidário, no caso, os coordenadores das frentes de trabalho da “redinha”: (i) Frente Coordenação; (ii) Frente Feira; (iii) Frente Comunicação; (iv) Frente Administração e Financeiro; e (v) Frente Logística.

Alguns dos entrevistados apontados pelos trabalhadores não fazem mais parte do empreendimento solidário, porém estiveram à frente de suas coordenações

em momentos importantes de consolidação da comercialização das Cestas Agroecológicas, como o período crítico da Pandemia do COVID-19. Dentre estes inclui-se o entrevistado “semente” que, de acordo com a informação verbal do entrevistado, não atua mais diretamente no empreendimento.

As questões elaboradas para as entrevistas foram ordenadas, por grupo de perguntas relacionadas com os princípios da Economia Solidária escolhidos para este estudo. As primeiras perguntas referem-se ao princípio autogestão, em seguida, as questões referentes à solidariedade, as próximas referentes à integração campo-cidade, e por fim as questões relacionadas ao bem viver. As perguntas dizem respeito a forma de atuação do processo organizativo da frente de comercialização Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra.

As questões respondidas foram gravadas, utilizando um aparelho de celular e posteriormente transcritas (Gerhardt, 2009, p. 70) enfatiza que objetivo desta ferramenta é “levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas”, que de fato foi o motivo da escolha desta ferramenta. A autora apresenta como vantagens desse método a economia de tempo, maior liberdade nas pesquisas e respostas mais precisas.

As entrevistas foram realizadas entre abril e maio de 2023, período de intensas atividades para os trabalhadores da frente de comercialização, pois em abril é realizada a Semana de Luta pela Reforma Agrária. Além disso, atividades como o Armazém Cultural e a Feira da Reforma Agrária em São Paulo foram concentradas neste período e envolveram vários trabalhadores. Isso teve impacto no cronograma de entrevistas, visto que foram longas, aproximadamente duas horas cada.

Para realização das entrevistas com atores envolvidos na comercialização, seguiram-se as seguintes etapas:

- (i) Preparatória: consiste em identificar os possíveis entrevistados e estabelecer os primeiros contatos com os trabalhadores e apresentando-lhes as etapas e os resultados que se esperava atingir com a pesquisa;
- (ii) Trabalho de campo: etapa que consistiu em entrevistar os trabalhadores do processo organizativo das Cestas Agroecológicas; e
- (iii) Sistematização e análise dos dados: envolveu o trabalho de sistematização dos dados provenientes das entrevistas pela pesquisadora, a partir da qual foi redigida a dissertação.

Em seguida, partiu-se para as entrevistas com os trabalhadores, seguindo a Metodologia *Snowball*, ou Bola de Neve, ou seja, primeiro o entrevistado “semente”, seguido pelos entrevistados apontados pelo anterior, foram levantadas informações sobre o processo organizativo em todas as etapas, desde a organização do momento que os produtos chegam até o Centro de Distribuição até a distribuição das cestas agroecológicas aos consumidores.

1.4.2 Realização das entrevistas

Neste estudo a pesquisadora delimitou como objetivo a ser analisado os princípios: autogestão, solidariedade, integração campo-cidade e bem viver, ou jeito de viver. Estes princípios selecionados para o estudo retratam a forma como o processo organizativo do empreendimento econômico solidário é conduzido.

Foram realizadas entrevistas com os coordenadores das frentes de trabalho do empreendimento solidário. Estas entrevistas foram ferramentas que permitiram a pesquisadora aprofundar no processo organizativo e compreender a aplicação dos princípios da economia solidária.

As entrevistas abordaram questões relativas à administração do empreendimento, e à aplicação dos princípios da economia solidária no processo organizativo do empreendimento solidário, para isso formulou-se questões para cada princípio da economia solidária selecionados para investigar nesta pesquisa e se estes princípios são adotados no processo organizativo. As questões foram formuladas para respostas abertas.

Esta pesquisa não foi apresentada ao Comitê de Ética devido à falta de tempo por causa da Pandemia que atrasou os contatos com os representantes das entidades, então após definido o escopo e estabelecido o acordo com o público alvo não houve tempo hábil entre o início das entrevistas e a liberação por parte do Comitê, visto que o prazo de um ano seria curto espaço para desenvolvimento desta pesquisa. No entanto, previamente à realização das entrevistas foi solicitado aos entrevistados a autorização por escrito, assinado por todos, o consentimento através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Ao apresentar o TCLE, foi lido, explicado item por item a cada entrevistado. Explicou-se que o entrevistado poderia se recusar a participar da pesquisa, ou mesmo negar responder determinadas questões caso se sentisse constrangido, ou até recusar participar da entrevista no projeto de pesquisa apresentado.

Todos os informantes autorizaram, mediante assinatura, incluindo a Coordenadora, representante do empreendimento, concedendo a permissão também para a divulgação de seus nomes, nesta dissertação e em documentos resultantes dela, conforme consta no APÊNDICE A (pg. 131).

1.4.3 Os atores do Empreendimento Econômico Solidário

Os coordenadores das frentes de trabalho do empreendimento entrevistados têm relação com a agricultura familiar e com a economia solidária. Da agricultura familiar são três assentados da reforma agrária, vindos de assentamentos do Estado do Paraná para fortalecer o Centro de Distribuição e representam as cooperativas de seus assentamentos de origem. Já os dois entrevistados ligados à economia solidária são associados a um empreendimento parceiro do CD para comercialização das cestas agroecológicas.

Este prévio conhecimento dos entrevistados a respeito do cooperativismo e dos princípios que o norteiam e que são, senão os mesmos, similares aos da ES, facilitou o entendimento quanto às perguntas realizadas, por vivenciarem e praticarem em seu cotidiano.

Foram realizadas entrevistas individuais de forma a facilitar a coleta de informações, gravação, e posterior transcrição para obter um maior entendimento da rotina da comercialização das cestas agroecológicas. De acordo com Vinuto (2014) esta forma de coleta de informações fornece maior consistência aos resultados que se deseja obter.

A primeira entrevista foi realizada com o entrevistado “semente” por ser liderança e referência dentro da Rede Mandala e trabalhou desde o início da comercialização das cestas agroecológicas. Conforme aponta Vinuto (2014), este entrevistado é considerado “semente”, de acordo com critério da Metodologia Bola de Neve.

As próximas entrevistas foram apontadas pelo entrevistado “semente”, e, por vezes, a indicação se sobrepunha às indicações de outros. Como o número de trabalhadores é pequeno, por vezes, os trabalhadores indicados para entrevistas se sobrepunham.

O ciclo de entrevistas foi fechado com toda a equipe de coordenação das frentes de trabalho: coordenação, comercialização, financeiro e administração,

comunicação e logística, e ao todo foram realizadas cinco entrevistas, conforme pode ser verificado no Quadro 1.

Quadro 1 – Entrevistados do processo organizativo do empreendimento solidário

ENTREVISTADO	LOCAL	DATA	DURAÇÃO	RESPONSABILIDADE NA “REDINHA”
Luiz Pequeno - “Semente”	Giaretta Panetteria Parolin	29/04/2023	2h37’23”	Coordenador da Frente de comercialização - Feiras. Liderança da Rede Mandala, trabalhou no Centro de Distribuição de 2016 - 2022. Esteve no empreendimento desde o início da comercialização das Cestas Agroecológicas. Indicou para entrevistas Isa e Helena.
Isabela Graciano	Centro de Distribuição Produtos da Terra	05/05/2023	1h45’59”	Coordenador da Frente de Coordenação - Coordenadora do Centro de Distribuição. Responsável pela elaboração da Marca Produtos da Terra. Foi assentada da Reforma Agrária/PR em Castro/PR. Indicou Helena, Ademir e Cristiano.
Helena Cantão	Online	09/05/2023	1h59’	Coordenadora da Frente de Comunicação. Fazia parte do Empreendimento Sinergia junto com Luiz Pequeno. Indicou o Ademir e o Cristiano.
Cristiano Czcza	Online	16/05/2023	2h21’09”	Coordenador da Frente de Financeiro e Administrativo, da “redinha”. Foi assentado da Reforma Agrária/PR em Paranacity/PR.
Ademir Fernandes	Trânsito (Durante entrega de produtos do PNAE)	1º/06/2023	1h08’24”	Coordenador da Frente de Logística pela organização e entrega das cestas agroecológicas. Responsável pela comunicação entre agricultores e consumidores. Foi assentado da Reforma Agrária/PR em Morretes/PR.

Fonte: Autoria própria (2023).

1.5 Estrutura da Dissertação

A presente pesquisa foi dividida em seis partes. O primeiro capítulo trata da introdução e apresenta os objetivos geral e específicos, a justificativa, a metodologia e detalha a estrutura da dissertação. A metodologia apresenta o caminho metodológico para atingir o objetivo do estudo. A pesquisa configura-se, quanto ao

objetivo, como exploratória, quanto à abordagem, pode ser considerada qualitativa. Quanto ao procedimento estudo de caso e quanto à natureza aplicada.

O procedimento adotado para conhecer a realidade do objeto do estudo foi por meio de entrevistas através da metodologia não probabilística de cadeias de referência Bola de Neve. Este método, na qual escolhe-se um informante chamado “Semente”, e este aponta outro possível entrevistado, e este novo entrevistado aponta o próximo informante, até que novos informantes não mais acrescentem subsídios para atingir o objetivo da pesquisa.

Segue-se para segundo capítulo que apresenta o referencial teórico a partir de uma revisão bibliográfica debruçando-se acerca dos temas Agricultura Familiar, Economia Solidária, e os princípios que a regem para compreender o processo organizativo e sua relação com os princípios da Economia Solidária. Esta leitura guiou a compreensão de como os trabalhadores dos EES se organizam dentro da Economia Solidária.

Em seguida, no terceiro capítulo, de natureza empírica, apresenta a Rede Mandala, o Assentamento de Reforma Agrária Contestado e o estudo de caso da presente pesquisa, a “Redinha” Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra. Neste capítulo é apresentado como estas organizações se relacionam entre si e com outras “Redinhas” da Rede Mandala, o processo organizativo do trabalho do empreendimento solidário, e os passos percorridos para a comercialização das Cestas Agroecológicas Campo-Cidade.

O quarto capítulo apresenta a análise das entrevistas e de acordo com os princípios da Economia Solidária são aplicados no seu processo organizativo. No princípio Autogestão (participação e democracia), foi observado o funcionamento e questões organizativas, representação externa e interna ao empreendimento.

Quanto ao princípio solidariedade foi observado a existência de redes de apoio às mulheres, o cuidado com as crianças, aos associados e apoio da “redinha” a outros movimentos sociais, ou comunidade. No princípio integração campo-cidade foram trabalhadas questões relativas à atuação do empreendimento e estratégias adotadas para que ocorra a integração campo-cidade. Já o princípio bem viver, procurou-se compreender como é a atuação do empreendimento e dos associados para pautar suas ações na procura pelo bem viver.

O sexto capítulo trata das considerações finais da pesquisa, seguido das referências bibliográficas.

2 INTEGRAÇÃO CAMPO-CIDADE: AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Este capítulo aborda a complementaridade dos temas Agricultura Familiar e Economia Solidária, como eles se interligam e por sua vez a Integração campo-cidade e sua importância para o fortalecimento, tanto dos trabalhadores do campo, quanto dos trabalhadores da cidade.

O capítulo 2 está dividido em duas partes. A primeira trata da Agricultura Familiar, em suas várias correntes, com os agricultores familiares que estão inseridos no mercado convencional, a agricultura agroecológica, os agricultores familiares assentados da reforma agrária convencionais e os assentados da reforma agrária que produzem na forma agroecológica.

E como estes agricultores se relacionam com a Economia Solidária. O cooperativismo é uma forma de fortalecimento na comercialização dos produtos, e os princípios que regem o cooperativismo coincidem com os da Economia Solidária e liga os dois temas, no que se refere à organização de muitos agricultores, especialmente os da Reforma Agrária.

A segunda parte do capítulo aborda a Economia Solidária, e os princípios que a regem de forma a compreender os empreendimentos econômicos solidários e como esses princípios são aplicados nos processos organizativos dos empreendimentos econômicos solidários.

Para atender aos objetivos da pesquisa buscou-se embasar questões teóricas referentes à agricultura familiar em autores como Maria de Nazaré Baudel Wanderley (1994, 2004, 2009), Alfio Brandenburg (2002, 2010), Catia Grisa (2015, 2022), Sevilla-Guzmán (2010).

A Economia Solidária e os princípios que a regem, de processos organizativos de empreendimento econômicos solidários em autores como Paul Singer (2000, 2002, 2004), Luiz Inácio Germany Gaiger (2007, 2008, 2013, 2021), Euclides Mance (2000, 2002, 2009), Eric Sabourin (2008, 2010, 2011, 2021).

Esta leitura guiou a compreensão de como os trabalhadores se organizam dentro da Economia Solidária baseando suas ações nos princípios norteadores e as estratégias adotadas para se manter dentro dela.

2.1 Breve panorama da Agricultura familiar no Brasil

Até meados da década de 1980 não havia, em produção acadêmica, menção do termo agricultura familiar, segundo levantamento realizado por Pessanha (2007), para quem a pesquisa resultou nos termos “agricultor de subsistência ou baixa renda, camponeses, sitiantes, pequeno produtor e pequeno proprietário, ao lado dos termos de qualificação da dependência”, para os casos de qualificação de dependência a autora trouxe os termos “colono, meeiro, parceiro, arrendatário”, e para apropriação provisório e informal da terra – “posseiro” (PESSANHA, 2007, p. 221).

Wanderley (1994) aponta que até o início da década de 1990 os agricultores com produção familiar eram chamados de agricultores de subsistência, de pequenos produtores, camponês e colono. A autora afirma que “a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais da agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação acima indicada entre propriedade, trabalho e família” (WANDERLEY, 1994, p. 3).

Ferreira (2002) corrobora e aponta que:

Apesar de todas as imprecisões do conceito, principalmente do modo como ele é utilizado no Brasil, atualmente, a agricultura familiar é expressiva quanto ao número de estabelecimentos e extremamente minoritária quanto à superfície total dos estabelecimentos (os diferentes tipos de grandes propriedades e grandes estabelecimentos continuam detendo a maior parte da área) (FERREIRA, 2002, p. 35-36).

Nas últimas três décadas o Brasil passou por um processo de mudanças, no que diz respeito à relação entre o Estado e a Sociedade Civil, que permitiu dar visibilidade à esta parcela invisível da população, em particular os agricultores familiares, categoria social e política que passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro em meados de 1990.

Os movimentos sociais representantes da agricultura familiar passaram a ter espaços estabelecidos para sua participação, surgiram novos dirigentes políticos reconhecidos, e uma estrutura organizativa para o processo de participação foi estabelecida com normativas e instrumentalização de políticas públicas específicas para esse segmento da população brasileira (DELGADO; BERGAMASCO, 2017).

Para Grisa e Schneider (2015), esses novos referenciais globais e setoriais assumidos reorientaram a normatização e percepção das políticas sociais e impactaram social e economicamente a população do meio rural. O reconhecimento da agricultura familiar foi apenas o início do processo do desenvolvimento rural para

esta expressiva parcela da população brasileira, pois se seguiram diversas ações que permitiram a estruturação deste segmento da sociedade até então esquecido ou invisível para os gestores públicos.

Pode-se considerar que um desenvolvimento rural sustentável se dará em esfera local quando as ações que levarem a este desenvolvimento forem respostas da comunidade aos problemas vividos no seu espaço de atuação (PATRÍCIO, 2012, p. 12).

Como resultado seguiu-se a construção de políticas diferenciadas para este grupo social, os agricultores familiares, que até então não haviam sido contemplados com ações específicas. Mudanças substanciais foram observadas, e repercutiram no cenário nacional e internacional (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Neste processo de construção foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura – PRONAF, em 1995, que desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural, culminando em 2006, com o estabelecimento das diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, conhecidas como “Lei da Agricultura Familiar²”, que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social (SABOURIN, 2017).

De acordo com Delgado e Bergamasco (2017) o PRONAF foi instaurado como política de crédito agrícola, de financiamento de infraestruturas municipais (PRONAF Infraestrutura) e de capacitação e profissionalização dos agricultores familiares (Decreto nº 1.946 de junho de 1996, confirmado dez anos mais tarde pela Lei da Agricultura Familiar nº 11.326/2006).

Assim, desde a criação do PRONAF, em 2006, e a partir dos anos 2003 até 2017, quando o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, completou 1 ano, foram criadas e executadas uma série de políticas, programas e ações para a agricultura familiar, desde o crédito, assistência técnica, educação, entre outros.

No entanto, a partir de 2017, com o governo Michel Temer e, depois entre 2019 e 2022, no governo de Jair Bolsonaro, houve descontinuidade de grande parte das ações para a agricultura familiar, com corte de recursos e modificações nos programas, principalmente no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no

² Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, a qual estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e reforma agrária, que praticamente pararam neste período.

Também, a exemplo do que foi realizado no passado com a modernização conservadora da agricultura, é preciso implementar as ações previstas no Plano Nacional de Agricultura Orgânica e Agroecologia (PLANAPO). Dados Censo Agropecuário de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentam um universo total de estabelecimentos de agricultura de 5.073.324 (IBGE, 2017), e conforme o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), que lista todos os agricultores e estabelecimentos com alguma atividade de agricultura orgânica certificada, somente 24.641 estão certificados, o que não chega a nem 0,5% do total de estabelecimentos. Esses números indicam que há muito trabalho ainda a ser realizado nesta questão.

A partir de 2023, com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, observa-se uma retomada nestas políticas, com a reorganização e destinação de recursos para a execução destas ações. Porém, com todo este histórico citado de políticas para a agricultura familiar há ainda muito trabalho a ser realizado para que de fato, haja a valorização da agricultura familiar.

Considerada ainda, como uma agricultura de baixa tecnologia, atrasada e que deveria deixar as atividades agrícolas para o grande agronegócio produtor de *commodities*. Para que agricultura familiar tenha de fato suficiência para se manter em suas atividades no campo, carece de mais investimentos, porém, ao contrário, há uma precarização e descontinuidade nas políticas e o campo ainda é entendido por muitos como o “lugar do atraso³” e da pobreza.

2.1.1 Caracterização da agricultura familiar

A agricultura familiar é marcada pela centralidade da família nas suas estratégias de sobrevivência. Ela é pauta de discussão em diversas áreas do conhecimento que a interpretam a partir de seus respectivos olhares. Representa uma categoria relevante no contexto do debate sobre o desenvolvimento, pois, se compreendida a partir de uma perspectiva histórica, ela concebe resistências ao modelo vigente, articula modos de produção que põe em tensão a lógica produtivista

³ Angela Duarte Damasceno Ferreira, 2002 - disciplina de PUR Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras*.

de mercado, tem relações privilegiadas com seu entorno – laços comunitários, família, natureza - e modos de organização peculiares.

A agricultura familiar é entendida como uma “unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (Lamarche, 1993, p. 15). A família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo e dele extrai o seu consumo comercializando o excedente.

Desse modo, as suas práticas implicam na associação entre o patrimônio, o trabalho e o consumo da família, cujas consequências são fundamentais na forma como ela age economicamente e socialmente ao conferi-la uma lógica de funcionamento específica (WANDERLEY, 2009).

O debate acerca da agricultura familiar deve passar pelo contexto histórico que abarca a teoria clássica do campesinato. Entendendo que o campesinato foi, em parte, inserido da sociedade moderna, mostra-se não um conceito “antigo/ultrapassado” de agricultor e nem novo, mas de uma categoria que se reproduz socialmente, absorveu elementos e manteve tradições (WANDERLEY, 2004).

Para Chayanov (1974) a essência organizativa da unidade econômica familiar é o trabalho da família, sendo este fundamentado no que o autor chama de balanço trabalho e consumo. Nesse balanço há uma avaliação entre o que se trabalha e o que se consome, indicando o volume de atividade econômica que a família está disposta a exercer e também a penosidade aceita no exercício do trabalho para dar conta das necessidades de consumo da família.

Mesmo que a subsistência ocupe um lugar destacado no Norte de suas ações, há uma vontade grande de conservação e crescimento do patrimônio familiar visando a reprodução familiar (WANDERLEY, 2009).

Tradicionalmente, a agricultura familiar se organiza socialmente na comunidade ou nos grupos de vizinhança e desenvolve relações de trocas de saberes, formas de solidariedade social, relações de confiança e sentimento de pertencer a um lugar geográfico e social, se baseando, pelo menos até a modernização da agricultura, em um viver intersubjetivamente e em uma autonomia relativa à sociedade englobante (BRANDEMBURG, 2010; WANDERLEY, 2009).

Politicamente e ideologicamente a agricultura familiar ainda se caracteriza por defender um modelo de agricultura fundado sobre a qualidade dos produtos em que

há um pacto entre produtor e consumidor, para responder a visão de agricultura que a considera um simples campo de investimento de capital e submetida à racionalidade técnico-instrumental (WANDERLEY, 2009).

2.1.2 Os números da agricultura familiar no Brasil

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) os estabelecimentos agropecuários somavam 5.073.324 unidades, com área total de 351.289.816 ha. Deste total, 3.897.408 eram considerados estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 76,8% dos estabelecimentos brasileiros. Estes números demonstram a concentração fundiária no Brasil. Em relação ao Valor Bruto da Produção (VBP), a agricultura familiar foi responsável por 23% do VBP dos estabelecimentos, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Estabelecimentos da agricultura familiar e patronal

Estabelecimentos	Unidades	Área (milhões ha)	Área (%)	VBP (bilhões R\$)	VBP (%)
Agricultura familiar	3.897.408	80,89	76,8	106,5	23
Agricultura patronal	1.175.916	270,40	23,2	355,9	77
TOTAL	5.073.324	351,29	100	462,4	100

IBGE – Censo agropecuário, 2017.

A área média dos estabelecimentos era de 69,24 ha, sendo que a dos familiares era de 20,76 ha, e a dos não familiares, de 229,25 ha. Pernambuco, Ceará e Acre têm as maiores proporções de área ocupada pela agricultura familiar. Já os estados do Centro-Oeste e São Paulo têm as menores áreas ocupadas pela agricultura familiar (IBGE, 2017).

Segundo o IBGE (2017) este contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 23% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. No caso do Paraná, ainda segundo o IBGE (2017), em torno de 42% dos estabelecimentos rurais paranaenses (140.313), possuem área inferior a 10 hectares.

Propriedades com este tamanho, apresentam dificuldade na sua sustentabilidade econômica em caso de exploração com grãos, por exemplo, pelo fato destes possuírem baixo valor agregado, isso em função da necessidade de escala de produção, altos custos e baixa rentabilidade por hectare, segundo dados da

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2020). A produção de grãos exige áreas maiores do que os 10 hectares para se obter lucratividade (IBGE, 2017).

Wesz e Bueno (2008), apontou que quanto menores forem as áreas plantadas com soja em propriedades, maiores são as frustrações se utilizadas para o plantio de *commodities*. Isso acontece por fatores como aumento dos custos de produção (máquinas, equipamentos, insumos, depreciação, entre outros), bem como, necessidade de se ter ganhos de escala de produção para se obter custos, afirmam os autores.

Os agricultores familiares, respondem por uma fatia significativa da produção agropecuária paranaense, inclusive em algumas cadeias produtivas representando mais de 50% da produção, e com inter-relações estreitas com os segmentos industriais e de serviços, o que implica uma importante participação no produto gerado pelo agronegócio (IBGE, 2017).

Para os agricultores familiares cuja área não exceda 30 ha, a exploração com sistemas de produção baseados na fruticultura, olericultura, bovinocultura leiteira, agroindústrias familiares e turismo rural, por exemplo, apresentam-se como boas opções de aumento de renda. Conforme aponta Bianchini:

A característica comum da agricultura familiar é consolidar um sistema de produção que combine a renda agrícola de autoconsumo, a renda monetária diversificada, que pode ser mensal como no caso do leite ou das hortaliças, sazonal, no caso das culturas de verão e inverno, anual, das culturas permanentes ou ainda plurianual como no caso da pecuária de corte e (ou) o reflorestamento (BIANCHINI, 2010, p. 223).

Segundo o IBGE (2017) com relação à renda proveniente dos estabelecimentos rurais, 52% dos estabelecimentos (160.000) no Paraná, possuem renda média mensal, abaixo de dois salários mínimos, o que dificulta investimentos na propriedade e impactam na qualidade de vida das famílias.

2.1.3 Agricultura ecológica

Para relacionar a reprodução socioambiental da agricultura familiar com estratégias que contemplam ações da agricultura ecológica foram utilizados, principalmente, materiais de Brandenburg (2002; 2010a; 2010b) e Sevilla-Guzmán e Soler (2010). As colaborações de Brandenburg se centram no surgimento, na conceitualização e na caracterização da agricultura ecológica, bem como no contexto rural onde ela está presente (o rural socioambiental). Sevilla-Guzmán e Soler são utilizados para complementar a caracterização da agricultura ecológica, em especial

nos aspectos referentes às suas diferentes dimensões (técnico-produtiva, socioeconômica e cultural e sociopolítica) e na sua relação com a reprodução socioambiental da agricultura familiar.

O padrão agroindustrial de produção de alimentos, derivado da expansão da lógica urbano-industrial para o campo e sua racionalidade técnico-instrumental, estimulou o aparecimento e/ou resgate de modelos alternativos de produção e modos de vida, os quais são tidos por Brandenburg (2002) sob uma única denominação, a de agricultura ecológica.

Segundo o autor, a agricultura ecológica abarca diferentes correntes do pensamento ecológico, como a agricultura orgânica, natural, biológica, biodinâmica e agroecológica. Sua origem está no contra movimento ao processo de industrialização da produção agrícola iniciado em meados do século passado e visa potencializar os recursos produtivos (terra, biodiversidade, água, trabalho, técnicas de produção), por meio de práticas de manejo integradas às leis da natureza, além de representar um estilo de vida ao compreender que o homem está incorporado à natureza e com ela se identifica (BRANDEMBURG, 2002).

Ademais, concebe o desenvolvimento rural, acrescentam Sevilla-Guzmán e Soler (2010), como um processo coevolutivo resultante da interação entre sistemas sociais (conhecimentos, valores, tecnologias e organizações) e ambientais (diversos elementos e seres vivos presentes no meio ambiente). Assim, a agricultura ecológica emerge pela busca por um outro paradigma de produção agrícola, de padrão de consumo de alimentos e de relação socioambiental.

Sua expansão e consolidação se deu, principalmente, a partir de 1990 quando se conforma o rural socioambiental e cresce a demanda por produtos agrícolas que representassem menor risco à saúde, ou seja, por alimentos de qualidade diferenciada, impulsionada pela emergência da crise socioambiental oriunda da modernização e industrialização alimentar (BRANDEMBURG, 2002, 2010a, 2010b; SEVILLA-GUZMÁN; SOLER, 2010).

No Brasil, a agricultura ecológica, enquanto movimento socialmente organizado, surge na década de 1970, como reação à política excludente de modernização da agricultura realizada pelo Estado (Brandenburg, 2002). O autor afirma que grupos de agricultores ecológicos são formados com o apoio de Organizações Não Governamentais (ONGs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT),

as quais realizam formação política crítica à modernização da agricultura e resgatam práticas técnicas tradicionais e conhecidas dos agricultores.

Isso permite a estes agricultores que se construam estratégias que possibilitem a reprodução social do agricultor no campo. Assim, a agricultura ecológica passa a representar “[...] uma opção de sobrevivência para o agricultor familiar e significa a reconstrução de uma relação socioambiental cuja raiz tem origem na condição camponesa” (BRANDEMBURG, 2002, p. 12)⁴.

Brandenburg (2002, 2010a, 2010b) aponta que no Brasil a maior parte dos agricultores que fazem a conversão de suas unidades de produção para ecológica são familiares, e o fazem por razões não só econômicas, mas éticas e sociais também, ressaltando uma combinação entre a racionalidade técnico-instrumental⁵ - fortemente presente nas relações sociais da modernidade - e subjetividade - presente na tradição e nas experiências de vida. Apesar da influência dessa racionalidade, a agricultura familiar naturalmente se aproxima da agricultura ecológica devido a sua própria racionalidade, orientadora de sua lógica de reprodução.

Historicamente, as comunidades tradicionais e camponesas, lembram Sevilla-Guzmán e Soler (2010), se desenvolvem como resultado de um processo coevolutivo equilibrado e harmonioso com a natureza. Para o agricultor familiar, continuam os autores, a natureza não pode ser apropriada por não ser fruto de seu trabalho, sendo vista, atenta Brandenburg (2002), como um elemento de preservação e recriação da vida a ser racionalmente cultivado e preservado no intuito de garantir a reprodução social de sua família.

Assim, a agricultura ecológica não privilegia exclusivamente a dimensão econômica como o faz as correntes e outros atores que privilegiam a racionalidade técnico instrumental, mas valoriza “[...] uma forma de produção que articula um sistema de vida orientado por múltiplas racionalidades (econômica, social, religiosa, afetiva, ética etc.)” (Brandenburg, 2002, p. 22). Conclui-se, então,

[...] que as comunidades camponesas têm desenvolvido formas de manejo dos recursos naturais, com elevados graus de autonomia do mercado, critérios de coesão social e solidariedade, guiadas por uma racionalidade ecológica que respeita os limites da natureza e nas que o trabalho humano se orienta para garantir e manter a capacidade produtiva do agroecossistema

⁴ A agricultura ecológica, ou alternativa, se manifesta de maneira diferenciada em outros países (Brandenburg, 2002).

⁵ Aqui entendida como a racionalidade que rege o mercado e as relações capitalistas, norteadas as ações de indivíduos e organizações na busca pelo lucro.

do qual depende o seu modo de vida. (SEVILLA-GUZMÁN; SOLER, 2010, p. 204, tradução nossa.)

Isto posto, compreende-se que mesmo que a modernidade influa na lógica de reprodução do agricultor familiar, por meio de ações em que a racionalidade técnico-instrumental se faz presente, esse ator detém naturalmente e historicamente uma racionalidade ecológica (Sevilla-Guzmán; Soler, 2010), ou ambiental como prefere Leff (2006a, 2006b), que o faz respeitar, observa Brandenburg (2002), a multidimensionalidade do sistema natural para se reproduzir.

No contexto do rural socioambiental muitos dos agricultores familiares ecológicos são caracterizados por serem, conforme Brandenburg (2010a, 2010b), atores reflexivos ao articularem racionalidade e subjetividade no sentido de reconstruir as relações socioambientais.

Apesar da grande participação da agricultura familiar, segue Brandenburg (2002), os agricultores ecológicos não se caracterizam como uma categoria social homogênea, uma vez que incluem também agricultores de elite, neo-rurais, profissionais qualificados, pequenos empresários, empresas associativas, cooperativas de produção e empresas que contratualizam a produção; todos pertencentes a diferentes vertentes da agricultura ecológica.

Por isso, continua o autor, “[...] a agricultura ecológica não constitui uma estratégia de reprodução de uma categoria social específica, não podendo ser considerada como uma solução para as questões relacionadas à sobrevivência e reprodução de determinada categoria” (BRANDEMBURG, 2002, p. 14).

Ao congregar diferentes categorias sociais, a agricultura ecológica desponta o aparecimento de um novo ator – o ator ecológico - que procura, em suas ações reflexivas, manter a coevolução equilibrada e harmoniosa entre sociedade e natureza (BRANDEMBURG, 2002, 2010a, 2010b; SEVILLA-GUZMÁN, 2010).

Para tanto, esse novo ator social reflexivo, aliado a instituições, vem resgatando e transformando as relações socioambientais no campo e na cidade no intuito de disputar modelos de agricultura e desenvolvimento rural com os outros atores presentes no meio rural e mais alinhados à racionalidade técnico-instrumental.

É possível perceber a recuperação de modos de vida e modos de produção tradicionais ou a criação de novas práticas em três dimensões, conforme aponta Sevilla-Guzmán e Soler (2010): na técnico-produtiva (centrada no manejo dos agroecossistemas), na sociocultural e econômica (com forte conteúdo endógeno e

relacionada às relações contidas, principalmente, nas sociedades rurais) e na sociopolítica (propõe construir alternativas à globalização agroalimentar mediante o apoio e organização de ações coletivas, tanto produtivas, de comercialização e de luta política).

No que diz respeito a unidade de produção ecológica, ou agroecossistemas, é possível verificar, conforme Sevilla-Guzmán e Soler (2010) o uso predominante de energias renováveis, a dominância da pequena escala de produção, um alto grau de produtividade ecológica e energética, e um elevado nível de diversidade eco-geográfica, produtiva, biológica e genética que se fundamenta “[...] na complementaridade da exploração vegetal e animal, na diversificação de explorações visando melhor gerir os problemas sanitários de ataque de pragas e ervas daninhas” (BRANDEMBURG, 2002, p. 17).

As diferentes atividades presentes no agroecossistema ou unidade de produção ecológica, além de afirmar a identidade e formar atores com autonomia na organização interna de sua propriedade, são geridas de forma sistêmica, fundamentadas em uma cosmovisão da natureza concebida como algo sagrado, cujos limites devem ser respeitados e com quem se deve dialogar ou negociar durante o processo produtivo (BRANDEMBURG, 2002; SEVILLA-GUZMÁN, 2010).

Sua gestão e organização interna é baseada no conhecimento tradicional empírico dos agricultores, transmitido oralmente entre as gerações, e complementada pelo conhecimento formal e externo, geralmente científico, teórico, experimental e aplicado, configurando o diálogo dos saberes (SEVILLA-GUZMÁN; SOLER, 2010).

Ao mesmo tempo, segue Brandenburg (2002), a lógica de estrutura familiar é combinada com a lógica de mercado, podendo ser observada a influência da racionalidade técnico-instrumental nas relações de mercado de produtos ecológicos, uma vez que as pressões de mercado recaem da mesma maneira para os agricultores ecológicos e os convencionais.

De qualquer forma, algumas características da agricultura familiar nas relações com o mercado ainda são encontradas, conforme lembram Sevilla-Guzmán e Soler (2010): há um elevado grau de autossuficiência em relação ao mercado baseado no autoconsumo e no trabalho familiar; e a diversidade dos recursos naturais presentes na unidade de produção é associada à pluriatividade e diversificação de fontes de renda que funciona como uma rede de segurança em relação às adversidades do meio ambiente e do mercado.

A comercialização da agricultura ecológica se sustenta, principalmente, em canais alternativos em que a venda direta é privilegiada, como as feiras, as entregas diretas, os eventos e as vendas na propriedade (Brandenburg, 2002). De acordo com o autor, nesses espaços, as transações comerciais são acompanhadas pela construção de laços de sociabilidade, dos quais emergem vínculos de solidariedade entre consumidor e produtor.

São privilegiadas formas organizativas associativistas e, cooperativistas⁶ para a comercialização da produção. Atualmente, critérios convencionais como apresentação, preço, diversidade de produtos e selos de garantia se somam às exigências dos consumidores que privilegiam melhores condições de saúde e segurança alimentar (Brandenburg, 2002). Ainda, constata-se a valorização de alimentos regionais, não só no consumo como também nas políticas de desenvolvimento, facilitando a comercialização interna de produtos de determinadas regiões geográficas.

Consequentemente, é possível verificar a dinamização e complementação dos anseios da agricultura ecológica pela demanda da população urbana por uma vida mais saudável, como também pelo apelo do mercado e do Estado para as questões ambientais, concluem BRANDENBURG (2010b) e FERREIRA (2002).

Assim, os interesses desse novo ator do meio rural – o ator ecológico – encontram ressonância em novos atores surgidos no meio urbano no sentido da reconstrução das relações socioambientais e no desenvolvimento de ações afirmativas na busca por construir projetos de vida que contemplem a relação com a natureza e a interação no interior da sociedade (Brandenburg, 2010a). Além disso, Sevilla-Guzmán e Soler (2010), ressaltam a ‘função alimentar’ da agricultura ecológica ao defender a promoção da soberania e segurança alimentar.

Destarte, a agricultura ecológica passa a ser cada vez mais demandada por consumidores e a ser contemplada nas políticas de desenvolvimento do país, levando a sua institucionalização enquanto uma forma de produção, como também da sua comercialização (BRANDENBURG, 2002).

⁶ No Brasil existem duas Organizações Cooperativistas: (i) A UNICOPAS - União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias reúne cooperativas da agricultura familiar (UNICAFES), de assentados da reforma agrária (CONCRAB) e de empreendimentos solidários (UNISOL); e (ii) a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras que integra cooperativas agropecuárias, que por sua vez reúne as grandes e médias cooperativas em todo o Brasil.

No Brasil, a agricultura ecológica, sob a denominação de orgânica, foi institucionalizada pela Lei nº 10.831 de 2003, cujas disposições também abarcam a obrigatoriedade da certificação para a venda de produtos orgânicos, mas permite a sua dispensa para vendas diretas, além de prever o Sistema Participativo de Garantia (SPG) juntamente com o Sistema de Garantia da Terceira Parte (SGTP)⁷.

Ainda existem outras políticas públicas que procuram apoiar ou fomentar a produção ecológica no país como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Agroecologia, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Se por um lado a institucionalização da agricultura ecológica “[...] favorece a sociedade com um maior acesso a alimentos de maior qualidade, sob o ponto de vista ecológico, bem como uma maior participação dos agricultores no processo produtivo”. (Brandenburg, 2002, p. 22), por outro lado, o seu processo de institucionalização se realiza na forma e nos padrões da produção convencional (a exigência da certificação, da qualidade para o consumidor, das normas de apresentação de embalagem, da inclusão no sistema de distribuição impessoal etc.), flexibilizando, em alguns casos, as normas ecológicas que regem os seus sistemas de produção (BRANDEMBURG, 2002).

Nesse sentido, seguem Sevilla-Guzmán e Soler (2010), a agricultura ecológica tem procurado articular o conjunto de suas experiências produtivas e comerciais com projetos políticos e estratégias diferenciadas que almejam nivelar as desigualdades geradas historicamente, sendo defendida por diferentes movimentos sociais do campo, compondo, observa Brandenburg (2010), o movimento ecológico.

Por mais que a institucionalização da agricultura ecológica tenda a ajustá-la às regras do sistema de mercado hegemônico, ela mantém seus princípios produtivos, comerciais e culturais. Destarte, tal qual o agricultor familiar que percorre um caminho de rupturas e permanências diante da modernidade, conforme preconiza Wanderley

⁷ O SPG concede a certificação participativa, sendo essa [...] um sistema solidário de geração de credibilidade, onde a elaboração e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a participação efetiva de agricultores e consumidores, buscando o aperfeiçoamento constante e o respeito às características de cada realidade. (REDE ECOVIDA, 2011). O SGTP prevê a certificação por auditoria, cujo foco é na auditoria do produto realizada por uma empresa especializada. As principais certificadoras desses sistemas na região sul do país são a Rede Ecovida de Agroecologia para a certificação participativa e o Instituto Biodinâmico (IBD) e a Ecocert Brasil para a certificação por auditoria (Costa e Silva, 2012).

(2009), a agricultura ecológica é pressionada e ‘interferida’ pela agricultura, com o uso de insumos agrícolas (fertilizantes, pesticidas, herbicidas) ao mesmo tempo em que consegue manter seu caráter alternativo, por meio de suas estratégias produtivas, comerciais, sociais e culturais diferenciadas.

2.1.4 Agricultura familiar e assentados da Reforma Agrária

Terminologicamente segundo Ranieri (2003), a expressão “Reforma Agrária”, é utilizada para descrever uma série de ações que têm como base a reordenação fundiária como mecanismo de acesso à terra e aos meios de produção agrícola, aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

Esse conceito, como descrito por Gasparotto e Teló (2021), sintetiza um conjunto de problemas sociais, econômicos e ambientais relacionados à posse, ao domínio e à concentração da propriedade da terra. Isso significa que poucas pessoas são donos de muitos hectares de terra. Enquanto isso, a maioria dos agricultores, povos e comunidades tradicionais têm dificuldade para adquirir terras e permanecer no campo.

Para enfrentar os problemas referentes à questão agrária, amparado no Estatuto da Terra, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) se ateve à importância de conceitos, princípios e definições que nortearam propostas governamentais como a de Reforma Agrária, apresentada da seguinte maneira: “Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento de produtividade” (PNRA, 1985, Decreto nº 91.766 de 10 de outubro de 1985).

Na visão do coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile (2023) “O sentido da Reforma Agrária é ativar a economia local e a indústria brasileira”⁸). Assim, a definição de Reforma Agrária é fundamental no sentido de orientar as estratégias para combater os sujeitos que impedem a sua realização como, por exemplo, o latifundiário (SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALÉRIO, 2019).

⁸ Entrevista: JOÃO PEDRO STÉDILE – Flow #225, realizada no dia 02/06/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G0hr1v6QDaw>. Acesso em: 06/03/2024.

O debate sobre a questão da Reforma Agrária é histórico no Brasil, iniciando na época do Brasil Colônia (Sesmarias e Capitanias Hereditárias), e mais tarde, durante os ciclos do açúcar, do algodão e do café, sempre fazendo parte da pauta social e política do país. A posse da terra se caracterizou, principalmente, pela alta concentração, gerando pobreza e conflitos sociais no campo. Este problema nunca foi equacionado, fazendo com que o Brasil entrasse na era moderna sem resolvê-lo.

Mais recentemente, na década de 1970, o fenômeno da "revolução verde", que promoveu uma "modernização conservadora" da agricultura brasileira, através do incentivo à produção para a exportação e a adoção de tecnologias baseadas no uso de máquinas e insumos químicos, contribuiu para agravar de forma significativa a questão agrária, e mais particularmente, a situação dos assalariados rurais e dos agricultores familiares, sejam eles proprietários, arrendatários, parceiros ou posseiros.

No campo, as décadas de 1970 e início de 1980 foram caracterizadas pelo aumento da concentração da posse da terra e do desemprego rural, provocando um forte êxodo rural de assalariados e agricultores familiares, que também eram atraídos pelo desenvolvimento industrial nos grandes centros urbanos e pela perspectiva de trabalho e de melhores condições de vida.

A partir do início dos anos 1980, o esgotamento do modelo de desenvolvimento urbano industrial implementado no Brasil, diminuiu significativamente as possibilidades de novos empregos nas indústrias. Associado a isto, as limitações impostas aos instrumentos de política agrícola contribuíram para o aumento do número de famílias sem ou com pouca terra, resultando no aumento da organização dos agricultores "sem terra" e na necessidade da realização da reforma agrária.

Nos anos 1990, com o aumento do desemprego urbano e rural, fortaleceu-se a necessidade de políticas que procuravam manter o homem no campo, gerando renda e ampliando o número de postos de trabalho. Com isto, a reforma agrária ganhou mais força e apoio da sociedade brasileira. Dessa forma, uma vez que a política agrícola brasileira propunha a promoção do desenvolvimento rural, incluindo a redução da pobreza no campo, a Reforma Agrária passa a ser vista como uma alternativa de permanência no meio rural, geradora de qualidade de vida, emprego e renda para os agricultores.

Os dados do "I Censo da Reforma Agrária do Brasil" realizado em 1997 demonstraram a importância que a reforma agrária alcançou. Conforme o censo, de

1985 a 1997 foram assentadas 320 mil famílias em aproximadamente 1.500 assentamentos no país. As estimativas oficiais indicavam que ainda existiam 50 mil famílias acampadas à espera de serem assentadas e a meta do governo era assentar mais 100 mil famílias somente no ano de 1998.

Embora aparentemente grande, o número de famílias assentadas foi muito inferior às metas estabelecidas para o quadriênio de 1985/1989 no I PNRA, apresentado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD, que previam atender 10,6 milhões de beneficiários potenciais diretos e indiretos pela Reforma Agrária (SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALÉRIO, 2019).

Conforme citado por Sobreiro Filho, Cardoso e Valério (2019), o I PNRA apresentava, dentre a estimativa de beneficiários para assentamento, um contingente da ordem de 409,5 milhões de ha de terras pertencentes a latifúndios por dimensão e exploração, além de uma estimativa de 71,7 milhões de ha correspondentes a terras arrecadadas pela União. Dessa forma, eram previstos cerca de 7,1 milhões de trabalhadores rurais beneficiários para assentamento. As metas foram ajustadas para um tempo de execução de 15 anos, e sua implementação dependia da situação político-econômica do país e dos órgãos responsáveis pela execução, para o período de execução seria de 1985 até 2000.

Com a ampliação do número de projetos de assentamentos, a viabilização destes passou a ser a principal prioridade para o êxito da reforma agrária e para a concretização de seus objetivos. Entre os projetos de assentamentos já concretizados, existem aqueles que atingiram um bom desenvolvimento, garantindo para as famílias assentadas a geração de empregos e a produção de alimentos para a subsistência e obtenção de renda monetária. Por outro lado, existem inúmeros assentamentos que não conseguiram garantir estas condições, ou a viabilizaram em parte para os assentados (SPAVOREK, 2005).

O II PNRA, com o tema Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural era mais amplo e apresentava outras propostas, estabeleceu-se metas para o período de 2003/2006 que aumentam o número de famílias assentadas e com posses regularizadas e beneficiadas pelo crédito fundiário, para recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômicas dos assentamentos existentes, promover igualdade de gênero na Reforma Agrária, entre outras para melhoria de vida no meio rural.

Igualmente ao I PNRA, este plano dependia da situação político-econômica do país e dos órgãos responsáveis pela execução. Apesar de grandes metas, os dois planos conseguiram assentar aproximadamente 929 mil famílias, distribuídas em 9.306 projetos de assentamento em todo o Brasil (Censo Agropecuário IBGE, 2017).

Como ação integrante das ações de Reforma Agrária, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) – Terra Brasil, é a principal política pública complementar à Reforma Agrária, se configurando como um importante instrumento de consolidação da agricultura familiar, oferecendo condições para que os trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de financiamento.

Conforme dados do Obter Crédito e Cadastro de Entidades e Técnicos (CET) do PNCF atendeu 2 (dois) mil municípios, com mais de 3 milhões de hectares financiados, beneficiando desde sua implantação 142.242 famílias, com 63.471 contratos de financiamento, com investimento total de R\$ 3,9 bilhões (MDA. Obter Crédito e CET, 2021).

A reforma agrária é uma alternativa viável como geradora de empregos e renda frente a uma economia globalizada, mas seu êxito está diretamente vinculado ao sucesso da agricultura familiar como um todo. A política fundiária não pode ser trabalhada de forma isolada, necessitando uma forte ligação com as políticas públicas, principalmente agrícolas, voltadas para a construção de um modelo de desenvolvimento rural que fortaleça a agricultura familiar.

Neste sentido as políticas de crédito (PRONAF), de assistência técnica e extensão rural conduzidas pela ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, das compras institucionais (PNAE/PAA) entre outras são essenciais para o desenvolvimento dos assentamentos.

O próximo item abordará a forma como os empreendimentos solidários se formalizam para atuar por vezes em forma de cooperativas que são alternativas aos agricultores familiares como estratégia de fortalecer suas negociações comerciais e possibilidade de aumento na renda, a exemplo das operações de cooperativas agrícolas que são responsáveis por grande volume de negócios e igual retorno financeiro (GREGOLIN, 2015).

2.1.5 Cooperativismo e a agricultura familiar

Muitos agricultores familiares que se associam em cooperativas de forma a fortalecer e melhorar suas condições econômicas, produtivas e sociais conseguem

êxito em suas relações comerciais, visto que os agricultores conseguem vantagens competitivas, dentre as quais, destaca-se:

- Redução nos custos de aquisição de insumos produtivos aos cooperados;
- Oferta de insumos com tecnologias mais sustentáveis;
- Maior poder de barganha e estabelecimento de contratos mais vantajosos com o aumento da escala;
- Agregação de valor aos seus produtos através de processos agroindustriais, registros, marcas, embalagens e uniformização;
- Partilha ou redução de custos operacionais pela racionalização de investimentos e otimização do uso de bens/serviços;
- Representatividade e governança comercial, controle administrativo, redução da dependência dos intermediários;
- Facilidade no acesso aos programas e políticas públicas para a agricultura familiar.

Para Singer (2000, p. 44):

A importância dessas experiências é o aprendizado que proporcionam a segmentos da classe trabalhadora de como assumir coletivamente a gestão dos empreendimentos produtivos e operá-los segundo princípios democráticos e igualitários. (SINGER, 2000, p. 44).

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI), fundada em 1895, é a entidade que representa todas as cooperativas do mundo. A ACI serve como um fórum para impulsionar a cooperação entre cooperativas. Singer (2001, p. 42) afirma que “o cooperativismo como desafio prático e pacífico capitalismo era uma realidade significativa no fim do século XIX, quando se tratou de criar a Aliança Cooperativa Internacional (ACI)” (ACI, 2019).

Entre suas ações está a responsabilidade de desenvolver relações comerciais e parcerias entre seus membros, organizar eventos regionais e internacionais em que as organizações se reúnem regularmente para compartilhar ideias, fornecer ferramentas de apoio e disseminar conhecimentos, e facilitar programas de treinamento, eventos e publicações desenvolvidos em colaboração com agências de desenvolvimento cooperativas.

Para a ACI, uma cooperativa é uma associação de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente

administrada. Cooperativas são formas coletivas de organização do trabalho, serviços, e produtos que preconiza a participação dos trabalhadores em todos os processos decisórios.

Segundo ACI, as cooperativas baseiam-se em valores de ajuda e responsabilidade próprias, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e transparência pelos outros (ACI, 2019).

Singer (2004) aponta a cooperativa como uma sociedade de pessoas, o relacionamento ocorre entre sócios do mesmo empreendimento e é formada para prestar serviços aos associados. Distinguem-se das demais sociedades pelas seguintes características: a) empresa sem fim lucrativo; b) igualdade de direitos e deveres dos associados, independentemente de suas participações no capital social; c) tratamento do capital como fator de produção e serviço do associado; d) o associado é usuário e empresário (dono da cooperativa) ao mesmo tempo.

Os primeiros registros de uma cooperativa existente vêm de Fenwick, na Escócia, onde, em 14 de março de 1761, em uma casa mal mobiliada do Sr. John Walker, produtores de cereais começaram a vender o conteúdo de uma sacola de aveia na sala da frente com desconto, formando assim a Fenwick Spinner Society (ACI, 2019).

A partir de registros a respeito do movimento cooperativo infere-se que as cooperativas iniciaram atividades como pequenas organizações comunitárias na Europa Ocidental, América do Norte e Japão, porém, os 28 Tecelões de Rochdale (Os Pioneiros de Rochdale) são considerados os precursores das sociedades cooperativas modernas e os fundadores do movimento cooperativo em 1844 (ACI, 2019).

Entre fim do século XIX e início do século XX, fez-se um grande debate a respeito da autogestão nas empresas criadas por cooperativas de consumo e de comercialização sendo estas as mais poderosas no cooperativismo (Singer, 2000).

A preferência dos dirigentes dessas cooperativas era pela mão de obra assalariada, e os empregados, por sua vez, não se importavam com organização não autogestionária satisfazendo-se com direitos sindicais e trabalhistas, abdicando com a participação nos lucros e gestão das empresas, à essa prática Singer (2000) chamou de cooperativismo de negócios.

No Brasil, dados históricos do cooperativismo remetem à década de 1880, com a criação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, cujo objetivo era o consumo de produtos agrícolas (OCB, 2022). Em seguida foram fundadas outras cooperativas em Minas Gerais, Rio de Janeiro, em São Paulo (de empregados), Pernambuco (de Consumo), Rio Grande do Sul (OCB, 2022). No início do século XX, foram criadas cooperativas agropecuárias com a chegada de imigrantes de origem europeia, alemães e italianos.

O funcionamento cooperativo foi regulamentado pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971 sem, no entanto, que seus associados tivessem autonomia, e que só foi superado adquirindo os princípios autogestionários a partir da Constituição de 1988 e que vigoram até hoje.

São sete princípios básicos, presentes até hoje, que regem as cooperativas, que são: adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa e étnica e desenvolvimento do ensino em todos os graus. Estes princípios passaram por redefinições em 1995, através da ACI, sendo então:

1) Princípio Adesão voluntária e livre: as cooperativas são abertas a todas as pessoas que queiram participar e estejam alinhadas ao seu objetivo econômico, e dispostas a assumir suas responsabilidades como membro. Não existe qualquer discriminação por sexo, raça, classe, crença ou ideologia. Os membros devem conhecer os direitos e deveres dos associados, conhecer o estatuto e os princípios do cooperativismo;

2) Princípio Gestão democrática: as cooperativas são organizações democráticas controladas por todos os seus membros, que têm a premissa de participar ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. Seus representantes são eleitos pelo grupo de associados;

3) Princípio Participação econômica dos associados: em uma cooperativa, os membros contribuem igualmente para a formação do capital da organização. Parte do montante é normalmente, propriedade comum da cooperativa e, quando existem excedentes da cooperativa podem ser destinados às seguintes finalidades: benefícios aos membros; apoio a outras atividades aprovadas pelos cooperados ou para o desenvolvimento da própria cooperativa. Tudo decidido de forma democrática;

4) Princípio Autonomia e independência: as cooperativas são organizações autônomas e independentes, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros e

estes devem decidir sobre as atividades da cooperativa sem a interferência governamental;

5) Princípio Educação, formação e informação: ser cooperativista é se comprometer com o futuro dos cooperados, do movimento e das comunidades. As cooperativas promovem a educação e a formação para que seus membros e trabalhadores possam contribuir para o desenvolvimento dos negócios e, conseqüentemente, nas comunidades onde estão inseridos. A informação deve ser transparente quanto às atividades da cooperativa;

6) Princípio Intercooperação entre cooperativas: cooperativismo é trabalhar em conjunto. É assim, atuando de forma conjunta, que as cooperativas dão força ao movimento e servem de forma mais eficaz aos cooperados. Sejam estas unidas em estruturas locais, regionais, nacionais ou até mesmo internacionais, o objetivo é sempre se articular em torno de um bem comum;

7) Princípio Interesse pela comunidade: contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades com a geração de empregos, produção, serviços e preservação ambiental. Deve ser algo natural ao cooperativismo.

Alguns destes princípios, no entanto, em muitas cooperativas, especialmente, as cooperativas agrícolas, que movimentam uma enorme quantidade de *commodities* e funcionam, na verdade, como empresas capitalistas, são adotados, ou em parte, ou só na questão formal. O cooperativismo, para estas empresas é adotado, muitas vezes, apenas como forma de obter ainda mais lucro.

Diferindo, neste sentido, dos empreendimentos de economia solidária que se organizam desta forma para melhoria de toda rede. Ao que Singer (2000) reforça afirmando que “O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias, mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos” (SINGER, 2000, p. 13).

2.2 Economia Solidária e os princípios norteadores

Esse item apresenta a complementaridade dos temas agricultura familiar, cooperativismo e economia solidária ao abordar a autogestão, a democracia, a solidariedade, atuação em redes dos empreendimentos da agricultura familiar e da economia solidária como condição básica de gestão sendo estes princípios que regem o cooperativismo, bem como outros princípios que são seguidos tanto no cooperativismo como na Economia Solidária.

Muitos autores remetem o início da Economia Solidária aos primórdios do capitalismo industrial, em meados do séc. XIX na Europa, com o aparecimento de novas conformações produtivas – associativas, mutualistas e cooperativas, chamada de Economia Social (Gaiger, 2014), estabelecendo o contraponto da exploração da mão de obra dos trabalhadores. Nestas décadas os empreendimentos solidários eram constituídos em forma de cooperativa, associação produtiva e outras modalidades.

A discussão sobre a economia solidária no Brasil teve início na década de 1990, quando em um contexto de elevado desemprego para uma parte considerável da população a Economia Solidária se apresentou como alternativa para estes trabalhadores. Sobre isso, Singer afirma que “a Economia Solidária está se constituindo em rede mundial e seus membros se engajam nesta luta” (SINGER, 2003, p. 2).

Singer (2002) atribui ao desemprego ocorrido nas décadas de 1980 e 1990 o fator que impulsionou a economia solidária, lembrando que aquele foi um momento de grave crise social com a desindustrialização no Brasil sendo esta a causa da perda de milhões de postos de trabalho e exclusão social.

A Economia Solidária contrapõe-se à economia capitalista, ou à economia de mercado que é sustentada pelo princípio da competição “que vença o melhor”, ao observar esta afirmação teremos sempre um ganhador e um perdedor, pode-se concluir que a economia de mercado ou este capitalismo produz desigualdade (SINGER, 2002).

Decorre que os indivíduos excluídos do processo capitalista ou economia de mercado, necessitam de uma forma alternativa para atender às suas necessidades, estes recorrem à solidariedade e formas alternativas de produção, ou seja, surgem as formas coletivas de produção e consumo, sob a forma de cooperativas ou associações (SINGER, 2002).

Economia Solidária carrega com ela a essência e a busca por uma forma de relação econômica, que procura tratar a relação de trabalho e produção de forma digna, justa, solidária, com equidade e fundamentalmente pela cooperação (ARAÚJO *et al*, 2017).

Dentro da Economia Solidária não é o lucro que move os trabalhadores, associados, conforme lembra Benini,

Isso significa que a alienação do trabalho não diz respeito apenas ao seu fruto material, mas também está relacionada com as condições organizacionais, sociais e, em última análise, com as condições políticas de autodeterminação

dos seres humanos enquanto trabalhadores, ou seja, na sua mediação com a natureza para obter valores de uso (BENINI, 2011, p. 72).

Para Benini (2011, p. 71) a Economia Solidária é: “como um movimento que se situa no contexto do trabalho associado, e também um movimento que promove, sobretudo, múltiplas combinações e possibilidades”. Ao que Araújo *et al* (2017) apontam que a Economia Solidária não se limita a descrever as relações econômicas, é também definida pelas dimensões social, ambiental, cultural e territorial.

Corroboram neste entendimento Silva e Nagem (2012) para quem os Empreendimentos de Economia Solidária – EES, são organizados em três dimensões – sócio organizativa, socioeconômica e sociopolítica (SILVA; NAGEM, 2012).

Ao estabelecermos a relação entre Empreendimentos de Economia Solidária – EES e Agricultura Familiar, cabe acrescentar a sustentabilidade e aspectos ambientais na discussão (Araújo *et al*, 2018), definidos pelo tripé sustentabilidade:

- Aspectos ambientais: buscando uma produção que preserve o meio ambiente para gerações futuras;

- Aspectos econômicos: que o EES seja economicamente viável, ou seja, que a produção possa atender as necessidades econômicas, tanto dos agricultores familiares envolvidos na cadeia, como também as despesas administrativas do empreendimento;

- Aspectos sociais: que todos os participantes do EES estejam envolvidos em todos os processos produtivos e administrativos, bem como olhando sempre para o bem-estar das famílias envolvidas no EES, e extrapolando o empreendimento que se busque o desenvolvimento local e regional, sempre na perspectiva de todos os aspectos acima descritos (ARAÚJO *et al*, 2017).

Os EES se constituem a partir da formalização (em cooperativas ou associações) da relação previamente estabelecida, ou seja, nascem de uma relação social dos “cooperados ou associados” já existente, como forma de organizar os recursos ou processo produtivo, ou de comercialização da produção, como forma de melhorar a condição ou a inserção em determinado mercado (GAIGER, 2013).

A administração e organização do EES são realizadas pelos próprios cooperados ou associados na forma de autogestão, que pressupõem a participação de todos ou da maioria dos agricultores, as pessoas participam e se responsabilizam por todas as decisões tomadas, sempre na perspectiva de alcançar o bem comum, a

melhora da qualidade de vida de todos, e o respeito ao estatuto constituído de forma democrática (SILVA; NAGEM, 2012).

Gaiger (2013, p. 8), no entanto, argumenta que a figura jurídica adotada pelos EES “em geral um dos formatos institucionais disponíveis - basicamente a associação ou a cooperativa - precisamente porque faltam alternativas mais adequadas a seus objetivos e a sua dinâmica *sui generis*”. O autor argumenta que, de fato, cada uma dessas alternativas tem suas particularidades que os empreendimentos solidários precisam se ajustar para evitar a informalidade, que impossibilita, por exemplo, a captação de recursos por meio dos bancos.

Na agricultura familiar, o envolvimento dos agricultores fortalece a identidade do grupo, promovendo a unidade. Gaiger aponta que:

A cooperação no trabalho multiplica a capacidade individual de cada trabalhador; as decisões coletivas levam a resultados mais eficientes; o compartilhamento de informações e conhecimentos estimula a inovação e reduz os custos de transações; a confiança e o senso de pertencer a um projeto comum estimulam e motivam adicionalmente (GAIGER, 2008, p. 62).

Com a pandemia ocasionada pela COVID-19, a Economia Solidária se apresentou como alternativa e mostrou a importância de redes de apoio para parte da população que se viu sem alternativas de renda e sobrevivência. Nesta situação, é urgente a busca por alternativas que minimizem os impactos da crise sanitária, econômica e social. “A Economia Solidária aponta caminhos e cria soluções, a partir de seu conceitual teórico e princípios de atuação” (FRONZA, 2020, p. 55).

2.2.1 Redes de Economia Solidária

Euclides Mance (2000) aponta que as Redes de Colaboração Solidária ao se conectarem à rede os EES, se realimentam ao consumir os produtos e serviços intra rede, este consumo é chamado de consumo solidário. As Redes de Colaboração Solidária têm o objetivo, segundo Mance:

... gerar trabalho e renda para as pessoas que estão desempregadas e marginalizadas, melhorar o padrão de consumo de todos os que dela participam, proteger o meio ambiente e construir uma nova sociedade em que não haja a exploração das pessoas ou a destruição da natureza (MANCE, 2002, p. 3).

As redes de Economia Solidária são instituições de apoio que tendem a fortalecer os componentes por meio de ações: “A articulação da economia solidária muitas vezes ocorre por meio da ação de redes. As redes de economia solidária

funcionam como um elo entre consumidores, produtores e prestadores de serviços” (LEHUM e ZAZULA, 2022, p. 2).

O que diferencia os empreendimentos econômicos tradicionais das redes de economia solidária é a ajuda mútua, a colaboração solidária, o consumo solidário, consumo solidário. Essas características promovem o fortalecimento de toda a rede, ao que Brasil (2014) enfatiza que “promover o desenvolvimento e fortalecimento de redes é uma das características da Economia Solidária e um dos pontos fortes de formação dentro dos EES” (BRASIL, 2014, p. 11).

Fronza (2020) afirma que as redes de colaboração são caminho para superação da pobreza “de enfrentamento à pobreza em suas raízes econômicas, políticas e culturais, exatamente como o atual contexto pandêmico exacerba, a partir de práticas de financiamento, produção, comércio e consumo solidários (FRONZA, 2020, p. 55).

2.2.2 Os princípios da Economia Solidária

Os princípios da Economia Solidária são norteadores das formas de produção adotadas pelos empreendimentos econômicos solidários. Estes princípios convergem nos cuidados com a natureza, com a mulher, com os trabalhadores e com a sociedade, sendo estes os protagonistas dentro da Economia Solidária. A formação contínua é a ferramenta principal para que estes trabalhadores se reproduzam dentro da ES com inclusão social (SINGER, 2000).

Os princípios da ES, no entanto, variam de acordo com o espaço, a rede e os locais geográficos onde estão inseridos, e suas Cartas de Princípios são os documentos norteadores de atuação destes empreendimentos econômicos solidários. Os espaços de construção de consensos são os fóruns municipais, estaduais e federal que estes atores participam.

A ES adota os princípios do cooperativismo para sua constituição, visto que muitos ES se constituem na figura jurídica de cooperativas. Sobre os princípios Singer (2000) afirma que:

(...) construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana (SINGER, 2000, 112).

De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) os princípios da Economia Solidária se aproximam dos princípios do cooperativismo acordados em

Rochdale, Inglaterra, no século XIX, adotaram diferentes contextos, foram adaptados às realidades locais.

Durante a III Plenária Nacional da Economia Solidária, no FBES, em junho de 2003, foram discutidos e acordados princípios gerais e específicos para a Economia Solidária, a seguir:

(i) Princípios gerais

1. A valorização social do trabalho humano;
2. A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;
3. O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;
4. A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e
5. Os valores da cooperação e da solidariedade.

(ii) Princípios específicos:

- Por um sistema de finanças solidárias;
- Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias;
- Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático.

Estes princípios da Economia Solidária convergem para: autogestão, a solidariedade, a integração campo-cidade e o bem viver. Os dois primeiros, a autogestão e a solidariedade, permeiam os princípios gerais e específicos. A integração campo-cidade e o bem viver, figuram nos princípios específicos que serão apresentados a seguir.

Autogestão

Empreendimentos solidários têm a autogestão como princípio fundamental, que conforme Singer (2009) coloca todos os participantes em uma forma horizontal de gestão, e todos assumem igual responsabilidade pelo empreendimento solidário, com respeito aos direitos, responsabilidades e oportunidades e a autogestão é o caminho para a participação.

A autogestão nesta forma compartilhada de administração do empreendimento caracteriza por todos os atores terem voz e voto. E todos têm igual responsabilidade e deveres para com o empreendimento solidário, ou cooperativa que é a forma mais

comum onde se aplica esta forma de gestão horizontal. Benini aponta para um novo ciclo de resistência do trabalho em torno da Economia Solidária:

Nesse novo ciclo de resistência do trabalho, frente aos inúmeros artifícios de espoliação, é que a perspectiva da autogestão ganha renovado espaço como proposta de organização do trabalho, dentro do movimento da chamada Economia Solidária (BENINI, 2011, p. 75).

Para Singer (2002) o fato de em uma cooperativa ter como princípio – uma pessoa, um voto é a garantia de democracia, e como consequência a autogestão. Este princípio, ainda de acordo com Singer, é “a primazia do trabalho sobre o capital”. (SINGER, 2002, p. 40).

O empreendimento solidário, seja cooperativa, seja associação, ou qualquer configuração na qual esteja formalizada, a autogestão deve ser adotada, de modo que, a aplicação deste princípio une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores e que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (SINGER, 2002).

A autogestão é um contraponto ao modelo hegemônico na sociedade capitalista, a heterogestão, esta é a principal diferença apontada por Singer (2002) “administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima, e as ordens de cima para baixo” (SINGER, 2002, p. 16).

Singer (2002) afirma que nos modelos que aplicam a heterogestão os trabalhadores do nível mais baixo têm conhecimento necessário para executar tarefas rotineiras. À medida que os níveis de hierarquia aumentam, os níveis de conhecimento da empresa aumentam a respeito da empresa aumentam igualmente, isso provoca a competição entre esses níveis hierárquicos. As empresas se valem dessa competitividade interna para promover o maior esforço dos empregados em seu benefício. “A heterogestão funciona, sempre à procura de novas fórmulas que lhe permitam extrair o máximo de trabalho e eficiência do pessoal empregado” (SINGER, 2002, p. 17).

Os empreendimentos solidários, por sua vez, são administrados democraticamente, por meio da autogestão e com realização de assembleias anuais, lembrando que neste modelo, de acordo com o princípio, a exemplo das cooperativas, cada pessoa representa um voto. As decisões rotineiras podem ser decididas em menores espaços de tempo, do que as assembleias realizadas uma vez ao ano (SINGER, 2002).

O exercício da autogestão, no entanto, requer esforço, Singer (2002) lembra que “a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa” (SINGER, 2002, p. 18).

O autor continua, e afirma que “esse esforço adicional produz ótimos resultados quando se trata de envidar mais esforços para cumprir um prazo, eliminar defeitos de um produto ou para atingir algum outro objetivo que todos desejam” (SINGER, 2002, p. 18).

A vantagem da autogestão em empreendimentos solidários, é que “A autogestão promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários (em termos), que é o que os seus sócios precisam” (SINGER, 2002, p. 23).

Solidariedade

A solidariedade etimologicamente origina-se do francês “solidarité” que significa, segundo dicionários franceses⁹:

- 1) Dépendance mutuelle entre les êtres humains, existant à l'état naturel et due au besoin qu'ils ont les uns des autres. Solidarité de fait; solidarité humaine, mutuelle, naturelle; solidarité des hommes, avec les hommes, des âmes; solidarité dans le mal; solidarité étroite, profonde, réciproque; lien, sentiment de solidarité. Des âmes privilégiées ont surgi qui se sentaient apparentées à toutes les âmes et qui, au lieu de rester dans les limites du groupe et de s'en tenir à la solidarité établie par la nature, se portaient vers l'humanité en général dans un élan d'amour (Bergson, Deux sources, 1932, p. 97);
- 2) Responsabilité mutuelle qui s'établit entre les membres d'un groupe social. Solidarité étroite, profonde; liens de solidarité; sens, sentiment de solidarité; esprit de solidarité; faire appel à la solidarité de qqn, d'un groupe; solidarité des membres d'un groupe, entre les membres (CNTRL, 2023).

Destaca-se que desta conceituação a palavra “solidarité” implica em “responsabilidade mútua”, “dependência mútua”, reciprocidades. Isto quer dizer que o resultado da solidariedade é mutualidade, em que vários são solidários uns com os outros. Impõe e supõe sujeitos coletivos do ato, do agir, do ser solidário.

Singer (2008) aponta que a solidariedade como princípio pode ser observado na década de 1980, com relação aos desempregados a partir da organização dos sindicatos e movimentos sociais que encamparam a luta por direitos sociais, reforma agrária, organização de moradores de rua entre outras reivindicações.

⁹ Centre National de Ressources Textuelles (CNRTL, 2023). (<https://www.cnrtl.fr/definition/solidarit%C3%A9>).

Cabe ressaltar, que a solidariedade, na Economia Solidária, não se confunde com filantropia “da qual decorrem ações sociais de cunho caridoso, mas sim de uma solidariedade que se pauta pela igualdade, pela reciprocidade, e pela necessidade de organização para produzir” (LEAL; RODRIGUES, 2018, p. 212).

Desde o século XIX, observa-se em diversos países a presença de organizações econômicas ancoradas em laços de reciprocidade e em práticas de cooperação. Gaiger afirma que a Economia Solidária “contrapõe-se à supremacia do princípio de intercâmbio, do qual deriva a economia de mercado”. Para o autor, “em seu lugar, o princípio da reciprocidade, com o qual institui-se processos econômicos socialmente orientados” (GAIGER, 2021, p. 4).

Na Economia Solidária é necessário a vida em comunidade, a criação de laços comunitários, Gaiger aponta que:

o que está por trás das retribuições simétricas e repetidas entre indivíduos (no interior de organizações), categorias sociais (como nas sociedades camponesas) ou entre nações (cooperação internacional) é o princípio da reciprocidade - o mesmo modela o funcionamento das organizações EES, que assim configura um padrão de economia específico, mesmo sem exercer um papel dominante (GAIGER, 2021, p. 9).

Para Sabourin (2000, p. 56) “a lógica da redistribuição visa realmente ampliar relações sociais e afetivas através da redistribuição, ou seja, por meio da reprodução da dívida (ainda que defasada) ou do compartilhamento dos recursos”. O autor exemplifica várias iniciativas em projetos comunitários, desde construção de moradias, manejo de terras, agricultura, gestão de infraestruturas comunitárias.

Integração Campo Cidade

As cidades brasileiras têm origem a partir de aldeias indígenas organizadas pelos padres jesuítas, pelas feitorias militares, vilas formadas em torno da mineração, pousadas instaladas ao longo das estradas, vilas próximas aos portos, e às estações ferroviárias.

O critério que define o que é urbano e rural no Brasil é arbitrário, fruto da regra criada no Estado Novo pelo Decreto-lei nº. 311/1938, vigente ainda hoje e que considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características. Segundo esta definição administrativa tudo aquilo que não é uma aglomeração dotada de alguns serviços é rural.

Portanto, fica a critério do município, que a partir das suas necessidades de expansão delimitar o que é urbano e rural, sem levar em conta uma combinação de critérios de tamanho, densidade da população, e da sua localização, combinação essa que é boa indicadora do grau de modificação antrópica do meio ambiente.

Segundo o IBGE (Censo, 2022) existem 5.570 municípios, sendo que 1.669 com menos de 2.000 habitantes, 2.494 com menos de 10.000, e 3.860 com menos de 20.000, todas consideradas cidades do mesmo modo ao que é atribuído aos núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que formam os centros urbanos regionais.

Schneider e Navarro (1998) afirmam, que o resultado da “revolução verde”¹⁰ e aperfeiçoamento deste processo iniciado durante a segunda Revolução Industrial que “o aumento da produtividade do trabalho agrícola, a diminuição das populações residentes no meio rural e o crescimento extraordinário dos volumes de produção estão entre os seus resultados mais notáveis” (SCHNEIDER; NAVARRO, 1998, p. 1).

Esta mudança da forma como se passou a lidar com a terra, trouxe profunda crise tornando os trabalhadores rurais vítimas de um projeto de sociedade excludente. Observou-se custos por esta escolha de agricultura, não apenas ambientais, mas também socioculturais, ao adotar a substituição do trabalho humano em detrimento das práticas simbólicas e sociais (SCHNEIDER; NAVARRO, 1998).

Hespanhol (2013), em sua análise, reforça a compreensão de que a modernização e tecnicização na agricultura, especialmente adotada pela agricultura extensiva, resultou em grande subordinação do setor agrícola. Essa transformação favoreceu os interesses dos capitais urbano-industriais, mas também teve um efeito colateral significativo: a exclusão de muitos pequenos produtores e trabalhadores rurais.

A partir da década de 90, a literatura das ciências sociais especializadas passou a apontar reiteradamente as potencialidades do rural como espaços para reformas societárias de cunho integrativo e como base para se repensar a qualidade de vida na contemporaneidade (Ferreira, 2002). A autora afirma que neste período a literatura começa a ver as potencialidades do espaço rural para a integração com a cidade e ver qualidade de vida nesta integração.

¹⁰ Chamada de modernização da agricultura baseada em inovações tecnológicas, uso extensivo de insumos químicos, fertilizantes e agrotóxicos.

Essa dinâmica complexa entre campo e cidade, com suas particularidades e impactos, tem sido objeto de reflexão e estudo em diferentes contextos, considerando não apenas as atividades econômicas, mas também as dimensões sociais, culturais e políticas. A revalorização do campo como espaço de vida, além de produção agropecuária, é um aspecto importante a ser considerado no cenário contemporâneo.

A integração campo-cidade pode ser observada na estratégia de comercialização adotada por alguns agricultores familiares que são os circuitos curtos de comercialização, essa forma valoriza o rural e a agricultura familiar, uma forma de comercialização diferenciada, com ganhos para os produtores que percebem uma renda mais justa, e do lado do consumidor, o ganho é percebido pela qualidade dos produtos que chegam mais frescos, e com preços mais acessíveis.

Os circuitos curtos são uma forma de comercialização da produção da agricultura familiar que aproximam produtores e consumidores (Darolt; Lamine; Brandenburg, 2013), este autor aponta que produtores de base ecológica conseguem bons resultados comercializando em circuitos curtos como nas vendas em feiras do produtor, entregas de cestas, bem como as entregas de PAA e PNAE.

Essas cadeias agroalimentares curtas são uma forma de comercialização das redes e cadeias agroalimentares, denominadas curtas, que passam a fazer a reconexão entre produtores e consumidores, dissolvida pelas cadeias convencionais de commodities agrícolas” (FERRARI, 2011).

Neste sentido, a comercialização direta dos produtos agroecológicos, ou através dos circuitos curtos possibilita o acesso destes produtos aos consumidores que normalmente não teriam condições de comprá-los nas redes de supermercados visto que os preços praticados tornam estes produtos saudáveis inacessíveis à maioria da população, já que os orgânicos são mais caros que os produtos convencionais (CAMARGO FILHO; *et al*, 2004).

Alguns agricultores familiares são associados a empreendimentos de economia solidária e adotam essa forma de comercialização direta baseada nos princípios da economia solidária como o associativismo, a autogestão, a solidariedade, que são estratégias para reduzir a desigualdade, de romper com a comercialização que explora o trabalhador rural, como pode ser observada em (KIRSCH, 2007).

O circuito curto de comercialização, conforme Bishop (2016, p. 17) “representa uma das melhores alternativas de acesso ao mercado para a produção

em pequena escala dos agricultores familiares”. A entrega de cestas agroecológicas figura entre os exemplos citados pela autora, além de entregas em domicílio, feiras semanais, lojas especializadas, programas institucionais, espaços compartilhados em restaurantes, venda na propriedade, circuitos de turismo rural, mercados de cooperativas e associações, além de lojas virtuais (SINGER, 2003).

A comercialização direta aproxima agricultores e consumidores criando uma relação de confiança entre quem consome e quem produz compartilhando as dificuldades enfrentadas, estreitando os laços, promovendo uma maior compreensão sobre o caminho percorrido pelo alimento até chegar à mesa.

Os circuitos curtos de comercialização, ou comercialização direta, aproximam e, de certa forma, torna produtores e consumidores sócios, por um cuidado com o meio ambiente, preço justo e consumo consciente, aproximando espaços urbano e rural (Bischof, 2016), aponta para uma parceria entre produtores e consumidores, encurtando a distância entre campo e cidade, ou produtor e consumidor.

O reconhecimento e a valorização do meio rural como espaço de vida, e não apenas como local de produção de mercadorias, ou preservação dos recursos naturais, faz-se necessário para alcançarmos o tão desejado desenvolvimento justo e igualitário, uma “vez que este permeia as possibilidades de reprodução socioambiental dos agricultores familiares” (BISCHOF, 2016, p. 28).

Muitos agricultores familiares no intuito de melhorar a renda procuram outras formas de comercialização, no entanto, de acordo com Bischof (2016) parte destes agricultores não são movidos só pelo lucro, mas possuem finalidades multidimensionais (social, econômica, política, ecológica e cultural). Com esta forma diferenciada de comercialização coaduna Silva (2017) que lembra que a lógica de comercialização utilizada pelos agricultores familiares é diferente do mercado convencional.

A organização coletiva em torno da comercialização de circuitos curtos traz benefícios aos agricultores familiares no sentido de poder oferecer maior variedade de produtos, conforme aponta Bischof “nos circuitos curtos com produtos diversificados, a complementaridade de itens é o princípio que os norteia” (BISCHOF, (2016, p. 82).

No entanto, há a necessidade de fortalecer essa iniciativa visto que estas ações vão qualificar os processos de produção e comercialização dos produtos

gerando melhoria na renda, dando melhor visibilidade aos agricultores. Neste sentido, Belik aponta a necessidade de:

(...) suporte financeiro: envolver os produtores na comercialização, financiando instalações e equipamentos de embalagem, adiantando recursos (compra antecipada), promovendo a produção de especialidades e quebrando a intermediação na cadeia produtiva (BELIK, 2017, p. 226).

Essa forma de comercialização não são estratégias novas, mas trazem mais possibilidades aos agricultores familiares e contribuem para melhorar a sua renda eliminando a figura intermediária no processo de comercialização. Neste sentido, Braz (2017) chama atenção para a importância de os circuitos curtos serem um “canal alternativo ao onisciente mercado, e, paralelamente, contribui eficazmente para a valorização do pequeno agricultor e do campesinato mediante a geração de renda e o desenvolvimento local” (BRAZ, 2017, p. 12).

As feiras livres, conforme aponta Silva (2016, p. 6), onde os agricultores familiares comercializam seus produtos, são “um dos principais vínculos dos produtores rurais com os consumidores” e estes espaços são locais de socialização entre quem vende e quem compra.

Pesquisa realizada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec identificou 140 feiras ecológicas certificadas em 22 das 27 capitais brasileiras. O estudo aponta que onde a agricultura familiar está presente as vendas diretas são mais pronunciadas.

Em 2021 este mesmo Instituto mostra estudo para o ano de 2021, e demonstra um aumento de feiras, em todo o Brasil, foram mapeadas 895 feiras orgânicas. No Paraná o número de feiras orgânicas, de acordo com a mesma pesquisa, totalizava 68 feiras em 2021 e, neste ano, as feiras estavam presentes nas 27 capitais brasileiras.

Outra forma de circuito curto de comercialização que os consumidores exercem papel importante é a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA). Este modelo se aproxima ao modelo que Singer (2000) propõe que é a formação de grandes cooperativas de consumidores que se associam a elevado número de cooperativas de produção e que os interesses de ambos estejam presentes nos planos econômicos, no caso, a produção e consumo dos produtos agroecológicos resultantes desta sociedade.

A CSA é uma forma de consumo consciente que vai ao encontro dos princípios da economia solidária, que valoriza o trabalho do agricultor e ao mesmo tempo envolve o consumidor no processo, Silva *et al* (2018) afirmam que:

Para isso os cidadãos que utilizam a CSA se preocupam como são realizados o cultivo dos seus alimentos, e os próprios fornecedores parceiros devem manter uma linha de produção voltada às regras e ao objetivo do grupo de consumidores (SILVA *et al*, 2018, p. 7).

Destaca-se o papel dos consumidores que são atores que assumem papel importante na comercialização direta “A noção de circuitos curtos de comercialização facilita a compreensão dos mecanismos que favorecem ampliar a área de produção e a oferta de alimentos frescos, diversificados e de qualidade a consumidores cada vez mais conscientes” (RAMOS; CALGARO, 2021, p. 3).

A integração campo-cidade é observada nas diversas modalidades com uma conexão e respeito com a natureza, a valorização do trabalho do agricultor, e uma procura por um bem social, que esta iniciativa de consumo de alimentos e produtos sustentáveis e locais, sem agressão ao meio ambiente, vão de encontro aos princípios da economia solidária.

Bem Viver e o “Jeito de Viver”

Segundo Acosta, “o Bem Viver, enquanto alternativa ao desenvolvimento, exige outra economia”. Corroborar Mance, para quem a Economia Solidária “é afirmação de uma outra economia, baseada na colaboração e não na competição” (Mance, 2007, p. 12). A Economia proposta por Acosta, coincide com os princípios da Economia Solidária, os quais:

Solidariedade e a sustentabilidade, além da reciprocidade, ou complementaridade, a responsabilidade, a integralidade (todos os seres vivos somos necessários ao planeta), a suficiência (e, de alguma maneira, também a eficiência), a diversidade cultural e a identidade, as equidades e, claro, a democracia (ACOSTA, 2000, p. 163).

Acosta afirma que o termo Bem Viver se relaciona aos povos originários do Equador e Bolívia:

As expressões mais conhecidas do Bem Viver remetem a idiomas originários do Equador e Bolívia: no primeiro caso é Buen Vivir ou sumak kawsay, em kichwa, e no segundo, Vivir Bien ou suma qamaña, em aymara, além de aparecer também como nhandereko, em guarani. Existem noções similares entre outros povos indígenas, como os mapuches do Chile, os kunas do Panamá, os shuar e os achuar da Amazônia equatoriana, e nas tradições maias da Guatemala e de Chiapas, no México (ACOSTA, 2020, P. 75).

Para o autor o “Bem Viver recolhe o melhor das práticas, das sabedorias, das experiências e dos conhecimentos dos povos e nacionalidades indígenas”, e ainda “o bem viver como alternativa ao desenvolvimento, é uma proposta civilizatória que reconfigura um horizonte de superação do capitalismo” (ACOSTA, 2020, P. 75).

Outro exemplo é a Economia Solidária, que surge como um modo de produção e distribuição amparado por valores éticos, “criado e recriado pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho”. Reúne “o princípio da ‘unidade entre posse e uso’ dos meios de produção e distribuição com o “princípio da socialização destes meios” (SINGER, 2000, p. 12-14).

Rossini et al (2021) sugere que a prática agroecológica sustentável é um caminho para promoção da saúde e do bem viver. Para estes autores a agroecologia desempenha:

Para além de seu papel importante na consolidação de modelos e práticas de agricultura sustentável, as quais integram uma concepção mais ampla, de sociedades sustentáveis, a agroecologia tem sido reportada como uma ponte para o bem viver (ROSSINI et al, 2021, p. 7).

O que move consumidores a optar por alimentos orgânicos é a vontade de consumir alimentos saudáveis, que sejam produzidos com respeito ao meio ambiente e ao trabalho digno, que está em consonância ao sentido do Bem Viver, que “necessita de um modelo de agricultura que seja mais sustentável” (DIEDRICH; BIONDO; BULHÕES, 2021, p. 232).

Mance (2002) aponta o consumo solidário para abordar o bem viver, tanto bens, como serviços que atendam as nossas necessidades, que o bem viver, seja observado tanto para o consumidor, como para o trabalhador ou trabalhadora. Nesta visão de bem viver o olhar para o modo como o produto foi produzido ou o serviço prestado é mais importante.

Além de alimentos saudáveis, o bem viver, propõe que os vínculos sociais melhoram a qualidade de vida de diversas maneiras. As pessoas que se beneficiam de vínculos sociais numerosos avaliam positivamente sua vida, pois, entre as atividades pessoais mais agradáveis, numerosas são aquelas que envolvem relações sociais. “A concepção do Bem Viver busca o fortalecimento das relações comunitárias e solidárias, os espaços comuns e as mais diversas formas de viver coletivamente, com respeito à diversidade e à natureza” (DIEDRICH; BIONDO; BULHÕES, 2021, p. 232).

2.3 Processos organizativos dos empreendimentos de Economia Solidária

Optar por gerir um empreendimento solidário é mais do que tirar dali o sustento, ou a renda, é uma escolha por um modo de vida, ou um “jeito de viver”, de se relacionar, o que Sen (2009, p. 94) chama de “as capacidades de escolher uma vida que se tem razão para valorizar”. Mais valorizado nesta forma de empreender é socializar, praticar a solidariedade, do que os bens materiais que possam resultar como fruto do trabalho.

Os funcionamentos valorizados podem variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida comunitária e ter respeito próprio (SEN, 2009, p. 95).

Os EES experimentam inúmeras dificuldades em sua constituição, dentre elas a formalização é uma das mais importantes, visto que sem uma empresa constituída os recursos mais básicos como o crédito necessário para capital de giro, compra de insumos, reposição de estoque, tudo isso representa obstáculo aos empreendedores na gestão do EES.

Neste sentido Gaiger alerta que os empreendimentos devem observar a legislação complementar complexa e geralmente inespecífica, que não diferencia os EES de empresas tradicionais, os submete aos efeitos nocivos ao caráter e viabilidade dessas organizações (GAIGER, 2014, p. 16).

No entanto, este é o impasse, pois ainda não se tem uma forma de constituição totalmente adequada para os empreendimentos solidários, que muitas vezes se assemelham às cooperativas no que diz respeito aos seus processos organizativos. Isto devido a necessidade de garantir sua manutenção precisam, em alguma medida, se adequar às regras de funcionamento para garantir a comercialização.

Para Lechat (2007) o empreendimento solidário é um projeto ideológico e aponta a Economia Solidária como uma proposta socioeconômica, política e cultural, este autor indica que o projeto busca o desenvolvimento humano dentro dos princípios democráticos e de respeito ao meio ambiente, a partir de relações sociais de produção autogestionárias, democráticas e solidárias, exatamente opostas ao sistema capitalista cujo fim é o lucro e invariavelmente a exploração do trabalhador.

Gaiger (2011) coaduna com este entendimento apontando que esta iniciativa de trabalho e produção dentro da Economia Solidária pode atuar como vetores de redução de desigualdades. Ainda, de acordo com Gaiger (2011), os empreendimentos econômicos solidários, em sua constituição, que voluntariamente firmam “sociedades de pessoas” atuando coletivamente no campo econômico, já partem de uma condição igualitária, com respeito aos direitos uns dos outros com o reconhecimento pelo direito ao trabalho e à renda. A equidade, nos empreendimentos solidários para o autor funciona “como elemento intrínseco aos empreendimentos, torna-se parte de sua lógica de reprodução” (GAIGER, 2011, p. 81).

As experiências existentes de Economia Solidária como clubes de troca, bancos do povo, cooperativas de crédito, são exemplos que inspiram empreendimentos que queiram seguir pela ES, mas experimentam diversas dificuldades gerenciais, conforme afirma Singer que a importância dessas instituições é “o aprendizado que proporcionam a segmentos da classe trabalhadora de como assumir coletivamente a gestão de empreendimentos produtivos e operá-los segundo princípios democráticos e igualitários” (SINGER, 2000, p. 46).

Para (Borges; Scholz; e Cargnin, 2015) o processo gerencial de tomada de decisão são compartilhadas dentro do empreendimento, os autores afirmam que “o processo de tomadas de decisão é realizado por meio do diálogo, da conversa, do consenso com todos os participantes da ação, é determinado pela solidariedade, pelo diálogo coletivo” (BORGES; SCHOLZ; CARGNIN, 2015, p. 110).

Para os autores, além de gerar renda, os empreendimentos solidários contribuem significativamente na gestão social com a distribuição de uma renda mensal entre os integrantes, a partir das horas de contribuição de cada associado. Em relação às cooperativas, o associado pode observar os resultados do seu trabalho no curto prazo, ou seja, quanto maior sua atividade, maior sua renda. Porém, é preciso entender que esta não é uma relação simples “mais atividades, mais renda”. Porém, mais importante do que a renda auferida, é o exercício dos princípios do cooperativismo solidário (BORGES; SCHOLZ; CARGNIN, 2015).

(Borges; Scholz; e Cargnin, 2015, p. 114) apresentam o conceito de estratégia como prática, que aborda a forma como os empreendimentos são geridos, como os “processos são realizados” por indivíduos, para alcançar resultados, ou objetivos. Os autores explicam que se refere às metas almejadas e as políticas adotadas para atingi-las, os processos de planejamento dos empreendimentos.

Estes autores apontam que há uma lacuna acadêmica quanto às práticas de trabalhadores e suas atividades, desde as rotineiras dos gestores como as administrativas, as autogestões, as atividades inerentes às suas experiências acumuladas durante sua vida profissional, o conhecimento técnico destes trabalhadores. “A abordagem da estratégia-como-prática detém seu interesse no trabalho e na fala dos trabalhadores da estratégia, e isso implica nova direção no pensamento estratégico” (BORGES; SCHOLZ; CARGNIN, 2015, p. 115).

2.4 I Plano Municipal de Economia Solidária

O I Plano Municipal de Economia Solidária (I PLAMSOL) de Curitiba foi elaborado de forma participativa, por representantes de Cooperativas, Associações, Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária, Gestores Públicos, Empreendimentos Econômico Solidários. Com o objetivo de integrar ações do poder público e da sociedade civil organizada no campo da ES e programar ações públicas para um horizonte de quatro anos. Para uma vigência de 2022 a 2025 (I PLAMSOL, 2021).

Foi criado em 2013 com o objetivo de contribuir para a formulação da Política Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária, acompanhar, monitorar e avaliar os programas de fomento aos empreendimentos de economia solidária, desenvolvidos pelos órgãos e entidades públicos do município; e definir mecanismos para facilitar o acesso dos empreendimentos de economia solidária aos serviços públicos da cidade (I PLAMSOL, 2021).

Como resultado da construção do Plano foram apresentados para cada eixo trabalhado: metas, ação responsável, envolvidos, atendimento/alcance, periodicidade, indicadores, prazo de execução e a fonte dos recursos a serem aplicados (I PLAMSOL, 2021).

2.5 Síntese das principais contribuições teóricas do trabalho

A Economia Solidária e os seus princípios têm no cooperativismo solidário uma de suas bases e se apresentam como uma proposta para uma sociedade mais justa, democrática, que traga melhores condições de vida e trabalho, para o desenvolvimento humano, ao contrário da sociedade capitalista que se pauta pelo acúmulo de capital.

No entanto, a contradição está no fato de que os empreendimentos econômicos solidários estão imersos nesta sociedade que valoriza o dinheiro. A economia solidária é um modo de vida diferenciado e está nas pessoas que querem viver baseado em outros princípios, que não seja somente o lucro individual (SABOURIN, 2020).

Singer (2000) sugere que a manutenção dos empreendimentos econômicos solidários para se manterem dentro da Economia Solidária é um exercício contínuo, em termos de formação política, ideológica, democrática no caminho da redução das desigualdades e fortalecimento dos empreendimentos dentro da proposta da Economia Solidária.

Os empreendimentos solidários da cidade se formalizam para atuar, por vezes, na forma de cooperativas, assim como os agricultores familiares que adotam a mesma estratégia para, em conjunto, realizar suas negociações comerciais e assim conseguir aumento na renda.

Igualmente conduzem a gestão das cooperativas ou os empreendimentos econômicos solidários, seguindo os princípios da economia solidária, e do cooperativismo, sendo a autogestão o modo de produção adotada por ambos.

Os autores como Sônia Bergamasco e Guilherme Delgado (2017), Alfio Brandenburg (2010), Cátia Grisa e Sérgio Schneider (2015) afirmam que o reconhecimento da existência de uma população rural, numericamente importante e sociologicamente diversificada, foi historicamente excluída do processo de desenvolvimento. Estes autores relatam que isso resulta na dimensão da pobreza rural e na fragilidade das condições do exercício das outras formas de agricultura. Essa população, que se organiza socialmente e politicamente, expressa uma demanda pelo acesso ao exercício pleno da cidadania e ao reconhecimento de sua diversidade e às particularidades de seus modos de viver e trabalhar.

Para esta postura teórica, a associação e/ou assimilação do meio rural com o meio ambiente tem uma transcendência política, pois coloca o diálogo do campo com a cidade num novo patamar, o qual se sustenta na importância que tem adquirido a natureza para as populações urbanas.

Nesse quadro, as representações sobre o rural deixam de ser elaboradas a partir de categorias opostas em relação ao urbano (atrasado/moderno), conforme lembra Ferreira (2002) apoiadas em aspectos econômicos, para se firmarem em valores de cunho ambiental e cultural.

3 A REDE MANDALA E AS “REDINHAS”

Este capítulo trata do estudo empírico no qual aborda a Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade - Rede Mandala, que é a entidade apoiadora das chamadas “redinhas”, as Redes de Economia Solidária organizadas em torno dela, como se dão essas relações e a forma como o campo e a cidade se conectam.

Apresenta-se a Rede Mandala, o contexto político e histórico de sua criação, e mostra como articuladora da Rede Estadual de Cooperação Solidária, com a intenção de organizar os empreendimentos solidários econômicos e não econômicos, do campo e da cidade. Será detalhada a forma de organização da rede, com seus Grupos de Trabalho que têm a intenção de fortalecer as “redinhas” que fazem parte da Rede Mandala (BEATRIZ *ET AL*, 2023).

No componente campo descreve-se o papel do Assentamento Contestado para a “redinha” Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra, sua origem, e como foi planejado desde sua constituição no ano de 1999. A opção deste assentamento por trabalhar com produção agroecológica, e neste planejamento inclui-se a forma de comercialização dos produtos na configuração de circuitos curtos, seja nas feiras, ou fornecimento dos produtos para a montagem das cestas agroecológicas. A CCA e a Cooperativa Terra Livre e o CD são o elo entre campo e cidade.

A componente cidade, trata do objeto da pesquisa, a “redinha” Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra. Faz-se um detalhamento da “redinha”, quanto a criação do empreendimento econômico, desde o início da comercialização das cestas agroecológicas até a evolução para o formato atual *e-commerce*. Apresenta-se o processo organizativo, e a aplicação dos princípios da economia solidária no empreendimento.

Ao fim deste capítulo apresenta-se uma síntese dos principais pontos observados ao longo do capítulo, o histórico dos empreendimentos estudados, como a integração campo-cidade é fortalecida por cada componente da Rede Mandala, e o papel desta para a formação política e manutenção dos empreendimentos na ES. Os princípios da ES objeto do estudo, sejam a autogestão, solidariedade, integração campo-cidade e bem viver puderam ser observados em todos os empreendimentos do capítulo.

3.1 Rede Paranaense De Economia Solidária Campo-Cidade – Rede Mandala

Fundada em 11 de setembro de 2018 a Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade – REDE MANDALA é uma rede de Economia Solidária, composta por: Associações, Cooperativas, EES, Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária (EAFs), consumidores apoiadores e simpatizantes da Economia Solidária.

Sobre a integração campo-cidade observada na Rede Mandala, e a interação entre os seus empreendimentos econômicos solidários do campo e da cidade, Beatriz *et al* (2022, p. 65) afirmam que “o fio condutor que nos aproxima, enquanto Rede Mandala, é o compromisso de contribuir na construção de uma nova sociedade, a partir dos valores e princípios que nos orientam”.

Antes de sua fundação, a Rede Mandala foi idealizada, em 2017, em um contexto de desmonte das políticas públicas voltadas para a Economia Solidária. Este desmonte foi em decorrência do golpe de estado ocorrido em 2016, quando a Presidente Dilma Rousseff sofreu o *impeachment* e se instalou o governo Temer. O novo governo não tinha compromisso com as políticas sociais vigentes até aquele momento, implantando um governo neoliberal, e a partir dele avançou a degradação das relações trabalhistas, a precarização e o aumento da terceirização do trabalho (De Oliveira, 2016).

O desmantelamento das políticas públicas ocorridas após a instalação do Governo Temer, que não foi eleito, portanto não assumiu compromisso com a população podem ser explicadas por Grisa (2022):

Mudanças no regime político podem afetar as condições em que esse desmonte é legitimado ou pactuado entre os diferentes atores compreendendo, aqui, que as dinâmicas do *policy dismantling* não são necessariamente pactuadas ou referendadas no debate público, sendo resultado de decisões mais amplas de política econômica ou de planejamento estatal” (GRISA *et al*, 2022, p. 16).

Ao fim do Governo Temer e ascensão do governo Bolsonaro, em 2018, aprofundou-se o declínio de políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Observa-se o avanço do agronegócio e regularização em terras griladas, beneficiando médios e grandes proprietários rurais, com aval e incentivo do governo, promovendo mudanças no cenário agroalimentar e agroambiental, conforme Grisa *et al* (2022).

Estes autores afirmam que desde 2016 o desmonte das políticas públicas ocasionou perda de capacidades estatais na agenda agrária e alimentar citando o Programa PAA que primeiramente mudou de nome para Programa Alimenta Brasil (PAB), mas que na prática foi descontinuado. Grisa *et al* (2022) definem este percurso como “separação das partes componentes” e “desmontagem” “do arranjo e das estruturas institucionais de políticas públicas voltadas à agricultura familiar estabelecidas em nível federal” (GRISA *et al*, 2022, p. 8).

3.1.1 O surgimento da Rede Mandala

A Rede Mandala é fruto de um processo de amadurecimento da economia solidária no Estado do Paraná, de integração de trabalhadores do campo e da cidade, de fortalecimento dos EES's, com apoio de entidades da sociedade civil, universidade pública com a participação da TECSOL - Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). A Rede Mandala foi gestada há muitos anos, desde 2017, com a ideia de formar uma Rede para integrar as Redes de Economia Solidária existentes do campo e da cidade (BEATRIZ *et al*, 2023).

Ainda, no Governo Dilma, antes do golpe, foi lançado pelo governo federal um edital com objetivo de apoiar projetos de economia solidária, por meio de financiamento para fortalecimento desses EES. A partir desta articulação, a Rede Mandala foi criada, após a celebração do Termo de Fomento nº 00029/2017, do Ministério do Trabalho (Governo Federal) por intermédio da Subsecretaria de Economia Solidária (SENAES), com a Organização da Sociedade Civil (OSC) Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), com início em 28 de dezembro de 2017, e término em dezembro de 2022, com cinco anos de vigência.

O Termo de Fomento tinha como objeto construir a organização da Rede Estadual de Cooperação Solidária, constituída por redes e empreendimentos solidários do campo e da cidade. O objetivo deste Termo de Fomento era criar e fortalecer ações para fortalecimento da produção, comercialização e consumo sustentável.

Foi neste cenário adverso à Economia Solidária e à Agricultura Familiar que, em 2018, a Rede Mandala foi criada com o objetivo de fortalecer os empreendimentos solidários do campo e da cidade. Estes empreendimentos já existiam, mas ainda não estavam organizados em rede. Com proposta de integração entre estes

empreendimentos, consumo sustentável, consumo entre os empreendimentos, troca de experiências, formação contínua e cooperação mútua.

A Rede Mandala, é regida pelos princípios da Economia Solidária¹¹, reúne empreendimentos de economia solidária do campo e da cidade. A participação na Rede Mandala, conforme aponta Trevisan (2021) prevê que:

(...) deve ser assumida como forma de integração e coesão social, isto é, como base de configurações sociais que procurem constituir-se de maneira democrática, autogestionária, cooperativas e solidárias, onde as atividades econômicas sejam meios para possibilitar a constituição de formas de convivência coletivas, buscando o bem viver e o bem-estar coletivo (TREVISAN, 2021, p. 10).

Outro princípio da Rede Mandala é primar pelo consumo e aquisição de organizações que protejam a natureza e valorizem o trabalho humano, isto inclui a ética ao acessar recursos, adquirir matérias primas e contratar serviços que prezam pelo cuidado com estes valores (Carta de Princípios – Rede Mandala, 2020).

A forma de atuação é autogestionária, sem a figura do “chefe” seguindo os princípios inerentes aos empreendimentos de economia solidária, de maneira horizontal e igualitária, sem relação de subordinação. Desta forma, os integrantes devem ter consciência que a participação nas instâncias de decisão é um dever, pois estes espaços coletivos de decisão são também de construção coletiva.

A rede é formada por Grupos de Trabalho (GTs)¹² que são divididos em três outros GTs: o de Formação, o de Comercialização e o de Comunicação. Cada GT é formado por ao menos um integrante de cada EES, rede, cooperativa e/ou associação que compõem a Rede Mandala.

O GT de Formação, tem a função de oportunizar aos integrantes da Rede Mandala, de forma permanente, capacitação, fomentar a troca experiências, com o intuito de fortalecimento da Rede Mandala e os empreendimentos econômicos solidários que dela fazem parte, é uma forma de construção coletiva. Nesses espaços os integrantes participam de cursos como comercialização, contabilidade, de comunicação, de panificação, corte e costura, entre outros.

O GT de Comercialização articula ações para comercialização dos EES. Este GT é responsável por buscar novas oportunidades de comercialização, como organização de eventos, feiras, locais onde possam ser levados os produtos para as

¹¹ Disponível em: Carta de Princípios da Rede Mandala: <https://redemandalapr.com/conheca-a-rede/>

¹² Disponível em: Regimento Interno da Rede Mandala: <https://redemandalapr.com/conheca-a-rede/>

vendas. O grupo é responsável por organizar feiras itinerantes que beneficiam todos os EES que podem comercializar seus produtos.

O GT de Comunicação é responsável por compartilhar informações sobre as atividades da Rede Mandala, participações em fóruns de Economia Solidária e oportunidades para os integrantes da Rede como participação em editais, eventos onde os EES's possam comercializar os seus produtos. Este grupo é responsável pela divulgação de cursos de formação e capacitação de interesse dos trabalhadores dos empreendimentos solidários.

O GT de comunicação organizou cursos para promover produtos e serviços da Rede Mandala, na modalidade Educação à Distância devido à Pandemia do COVID-19, em parceria com a TECSOL/UTFPR.

A Rede Mandala é composta por oito redes, sendo três do campo e cinco da cidade, são as chamadas “redinhas”.

As “redinhas” da cidade são cinco entre comercialização de produtos (de padaria, artesanato, costuras) e serviços (jardinagem, entregas, comunicação, terapias integrativas, cultura, contabilidade) ou até mesmo exercendo atividades não comerciais (clube de trocas):

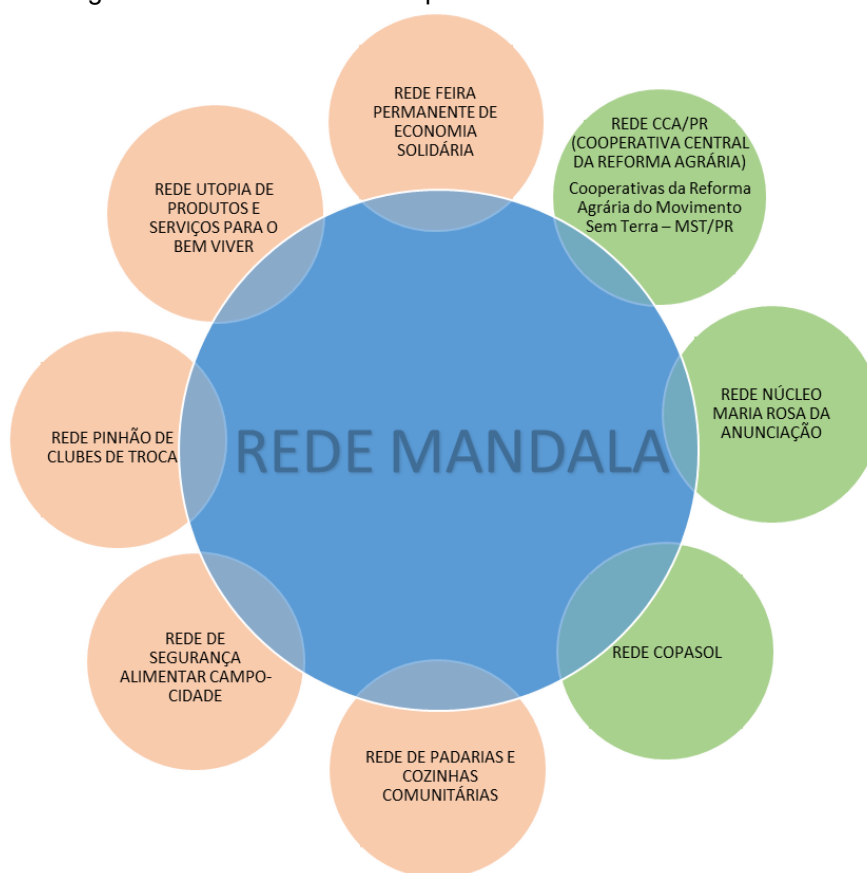
- (i) Padarias e Cozinhas Comunitárias Fermento na Massa;
- (ii) Rede Feira Permanente de Economia Solidária, composta por artesãos;
- (iii) Rede Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver;
- (iv) Rede Pinhão de Clubes de Trocas; e
- (v) Rede de Segurança Alimentar Campo Cidade.

As “redinhas” do campo são divididas em três redes:

- (i) CCA que integrou a Rede Mandala trazendo consigo seis cooperativas da reforma agrária distribuídas pelo Estado do Paraná, das 21 que a compõem; a Associação de Pequenos Produtores Rurais para a Sustentabilidade da Mata Atlântica – Comunidade José Lutzenberg e o CD, que é a filial da CCA instalada em Curitiba;
- (ii) Rede Núcleo Maria Rosa da Anunciação;
- (iii) Rede Copasol - Cooperativas de Processamento Alimentar e Agricultura Familiar Solidária.

Algumas dessas “redinhas” comercializam produtos e serviços entre si, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1 – “Redinhas” do Campo e da Cidade da Rede Mandala



Fonte: Rede Mandala, 2023.

3.1.2 Uma breve contextualização dos membros do campo na Rede Mandala

As “redinhas” do campo dentro da Rede Mandala representam diversas famílias que produzem e comercializam alimentos para a cidade.

1. Cooperativa Central da Reforma Agrária (CCA-PR)

A CCA é uma cooperativa central, do MST, que se integrou à Rede Mandala juntamente com outras seis cooperativas, que estão instaladas em assentamentos distribuídos pelo Estado do Paraná. Além das cooperativas, a CCA tem como filial o CD, que funciona como um entreposto, um local para armazenamento e distribuição dos produtos para as cooperativas em Curitiba. O CD é o empreendimento que integra o campo e a cidade na “redinha”, visto que é o responsável pela comercialização e distribuição das Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra.

2. Núcleo Maria Rosa da Anunciação

Esta “redinha” é formada por 27 grupos de agricultores agroecológicos que atuam em vários municípios do Paraná. Estes grupos atuam na orientação para

famílias na certificação dos seus produtos orgânicos de forma participativa. Estes momentos dos grupos são chamados “olhares externos”, que para Beatriz, “têm sido momentos de intercâmbio entre campo e cidade” (BEATRIZ *et al*, 2023, p. 110).

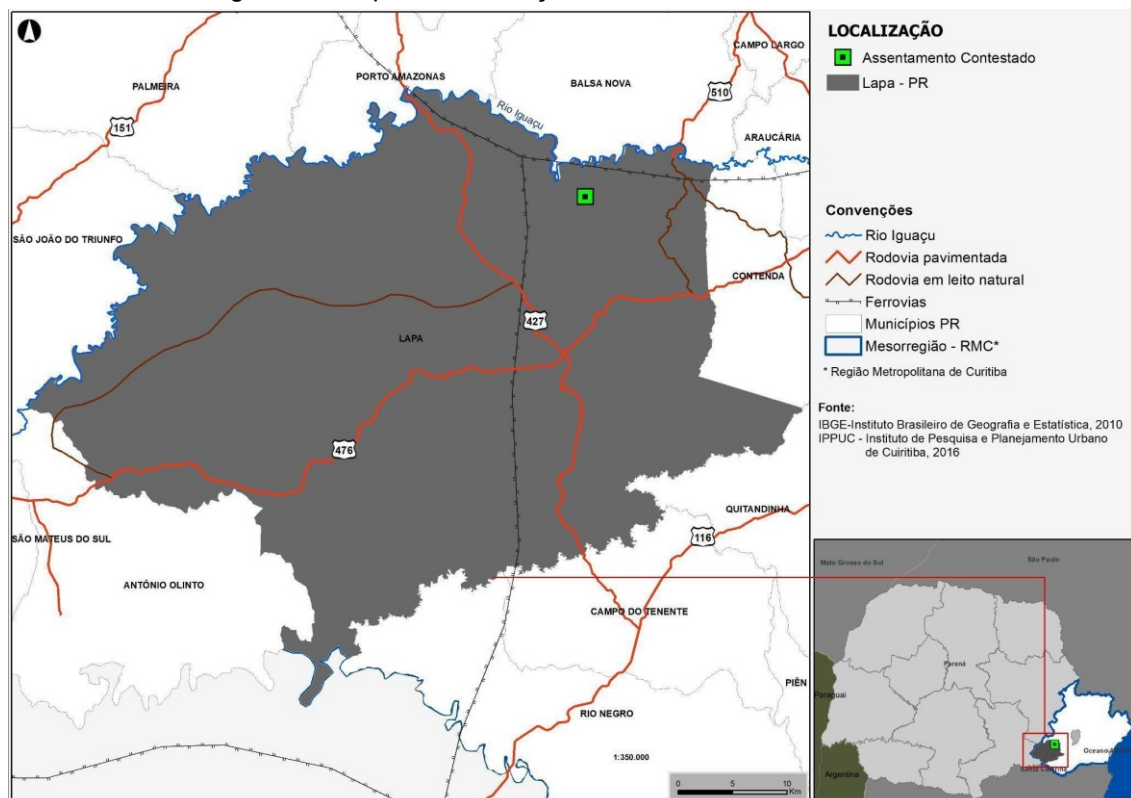
3. Rede Copasol

A Copasol é formada por um grupo de cooperativas da Agricultura Familiar da RMC. Os produtos comercializados pela Copasol são *in natura* e processados. A Copasol é ligada à União das Cooperativas da Agricultura Familiar - Unicafes-PR (Beatriz *et al*, 2023).

3.2 O assentamento de Reforma Agrária - Assentamento Contestado

O Assentamento Contestado localiza-se na Lapa/PR, Município integrante da Região Metropolitana de Curitiba, distante aproximadamente 62 km da capital paranaense. O assentamento encontra-se na região norte da Lapa, distante aproximadamente 15 km da sede do município, próximo a margem do Rio Iguaçu, possui uma área de 3.180,86 ha. Importantes rodovias encontram-se próximas ao assentamento como as BR's 116 e 476, além das rodovias estaduais PR's 151 e 427 (Figura 2).

Figura 2 – Mapa de localização do Assentamento Contestado



Fonte: Autoria própria (2022)

O Assentamento Contestado, foi instalado na Fazenda Santa Amélia após ocupação realizada em 07 de fevereiro de 1999 por 60 famílias sem-terra. A Fazenda Santa Amélia, originalmente de propriedade da Incepa¹³, atendia critérios que a habilitava como imóvel passível à desapropriação para Reforma Agrária, por possuir débitos junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) com o Estado do Paraná (PDA – DESER/INCRA, 2001).

A desapropriação de imóveis que não cumpram a função social, de acordo com a Constituição Federal de 1988, está previsto, em seu capítulo III, artigo 184, que é competência da União desapropriar imóveis rurais que não estejam cumprindo a função social sendo passíveis a serem destinados à reforma agrária (BRASIL, 1988).

Após a ocupação da Fazenda Santa Amélia, pelo grupo de 60 famílias, iniciou-se a organização para identificar qual seria o número ideal de famílias que a área comportaria. O MST havia calculado que 80 famílias poderiam ser assentadas no local. Posteriormente, em reunião de elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), chegou-se à conclusão que o local seria dividido em 10 grupos, com aproximadamente 10 famílias em cada grupo (PDA – DESER/INCRA, 2001) (Figuras 3 e 4).

Figura 3 – Barraco instalado no Acampamento Contestado



Fonte: Judivânia Nunes Rodrigues (2001)

Figura 4 – Reunião participativa de elaboração do PDA do Assentamento Contestado



Fonte: Judivânia Nunes Rodrigues (2001)

Ao fim do levantamento foram contabilizadas 108 famílias assentadas, com procedência de vários estados do Brasil, em sua grande maioria do Estado do Paraná,

¹³ Empresa do ramo de cerâmica instalada em Campo Largo - PR.

Santa Catarina, e Rio Grande do Sul e uma menor parte de outros estados. Praticamente todos os assentados tinham familiaridade com o trabalho rural, com diferentes graus de experiência, como nascidos e criados, até pessoas que trabalhavam como empregados por empreitada em período de safras (PDA – DESER/INCRA, 2001).

Os assentados, na ocasião da implantação do assentamento, tinham a intenção de adotar a forma agroecológica na produção dos alimentos, visto que a forma convencional demandava altos desembolsos de investimento em insumos, maquinários, infraestrutura, recursos esses que eram escassos e uma forma de evitar endividamento desses agricultores (PDA, 2001).

Outra atividade que os recém-assentados demonstraram interesse à época da elaboração do PDA foi de implantar a agroindustrialização no assentamento, como forma de agregar valor aos produtos comercializados. Corroboram neste sentido Sandri e Gonçalves (2019) e sugerem que:

A estratégia das cooperativas de assentados da reforma agrária não deve ocorrer por meio da disputa de mercado com as grandes empresas do complexo agroindustrial ou grandes cooperativas produtoras de alimentos, mas sim, de forma a apresentar uma diferenciação da sua produção, pela agregação de valor dos produtos de forma diferente da tradicional, buscando-se canais alternativos, priorizando-se os circuitos curtos de comercialização via venda direta ao consumidor e com foco no mercado local/regional, tendo-se como marketing a busca pela sustentabilidade social e ambiental (SANDRI; GONÇALVES, 2019, p. 3).

Desta forma, somente a reforma agrária não é suficiente para que se cumpra a função social da propriedade, Sandri (2019, p. 19) observa que “é fundamental uma política pública que incentive o desenvolvimento dos assentamentos por meio da promoção da criação de associações e cooperativas”. O autor afirma que há a necessidade de “assistência técnica que ofereça possibilidade de escolha pela produção orgânica ou de base ecológica em alternativa à produção convencional” (SANDRI, 2019, p. 19).

Na ocasião da elaboração do PDA os assentados manifestaram o desejo de procurar outros canais de comercialização como feiras, entregas de porta a porta, diretamente ao consumidor final, aos supermercados da região, ou mesmo a associação de produtores (PDA – DESER/INCRA, 2001). Estas modalidades de comercialização são compatíveis com circuitos curtos de comercialização.

Atualmente o Assentamento Contestado abriga 160 famílias camponesas com parte de sua produção agroecológica. Em 2010 foi fundada a Cooperativa Terra Livre, que deu ao assentamento melhores condições na comercialização dos seus produtos, apesar de haver agricultores convencionais no assentamento, a produção comercializada pela Cooperativa Terra Livre é toda agroecológica.

A comercialização dos produtos do Assentamento Contestado é feita pela Cooperativa Terra Livre e combinam duas modalidades de circuito curto de comercialização visto que algumas das cestas agroecológicas são entregues direto aos consumidores que podem retirá-las nas feiras orgânicas distribuídas pela cidade de Curitiba/PR, nos bairros Centro, Cristo Rei, Batel e Cabral.

3.3 Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra: surgimento, consolidação e atores chaves no processo

Este empreendimento econômico solidário é atuante em Curitiba, capital do Estado do Paraná, município da região Leste do Estado. A atuação do empreendimento estende-se por diversos bairros na cidade, sendo a região Metropolitana de Curitiba o cenário da Integração campo-cidade estreitando laços entre os trabalhadores do campo com a população da cidade.

3.3.1 Surgimento e atores das Cestas Agroecológicas

A comercialização das Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra teve origem, a partir da observação, por parte dos trabalhadores envolvidos nas entregas de produtos para o Programa PAA do Governo Federal, e que também queriam consumir esses produtos orgânicos.

Então, as pessoas que trabalhavam ali estavam envolvidas na entrega do PAA, tipo os técnicos, nutricionistas, também queriam consumir aqueles produtos sem veneno. E eles começaram a se organizar, fizeram o primeiro grupo de whatsapp e esse é o evento que marca nossa data de aniversário (Helena Cantão, 2023).

O EES Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra iniciou a organização das vendas das Cestas Agroecológicas, em 2016, com a articulação de entidades parceiras, como a CCA, a Cooperativa Terra Livre, a Incubadora Trilhas de Economia Solidária (PUC/PR), a “redinha” da cidade Sinergia Alimentos Saudáveis, e

a Rede de Segurança Alimentar Campo Cidade, da qual fazem parte o Centro Comunitário Padre Miguel (CECOPAM) e o Cefuria.

A CCA é uma cooperativa de 2º grau, que é uma cooperativa que agrega outras 21 cooperativas da Reforma Agrária, distribuídas em assentamentos pelo estado do Paraná. Dentre as cooperativas que integram a CCA está a Cooperativa Terra Livre, que fica localizada dentro do Assentamento Contestado, na Lapa-PR, e tem como associados os assentados do Contestado, quilombolas, faxinalenses e agricultores familiares.

O papel da Cooperativa Terra Livre nas cestas agroecológicas é fornecer os produtos in natura para compor as cestas agroecológicas. Além disso, a Terra Livre comercializa os seus produtos em feiras orgânicas, além da entrega dos produtos para o PNAE para várias escolas no Paraná e outras compras institucionais (MST, 2023).

As entidades da sociedade civil Cefuria e Cecopam fazem parte da Rede de Segurança Alimentar Campo Cidade. Essas duas entidades são responsáveis pela operação do PAA em Curitiba e Região Metropolitana, são responsáveis junto à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) pela distribuição dos alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar. Em operação conjunta o Programa PAA é operado em parceria do campo e da cidade que conta ainda com a parceria da “redinha” da cidade Sinergia Alimentos Saudáveis.

O PAA visa atender e incentivar agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, pescadores artesanais, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos fornecem os alimentos. Os beneficiários do Programa que recebem os alimentos são pessoas em situação de vulnerabilidade social, situação de insegurança alimentar e nutricional, como a rede pública e filantrópica de ensino, entidades assistenciais, creches, associações de catadores, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, entre outros.

Nesta época as cestas agroecológicas, ainda não tinham a marca Produtos da Terra, que foi criada posteriormente.

Uma coisa foi muito importante também, assim, nesse processo, que contribuiu com a gente. Os próprios consumidores, tem consumidor que está há 7 anos com nós, desde o início, foram os que pediram os produtos, que nossas cestas começou devido às entregas do PAA que fazia ali no Cecopam, o pessoal queria produtos, né? Alimentos orgânicos, saudáveis, de assentamentos, da cultura familiar e nisso eles deram, fizeram nessa força-tarefa, de se reunirem e se organizar enquanto consumidores. Que era

uma coisa nova (Isabela Graciano, Coordenadora da Frente Coordenação, 2023).

Neste local da entrega, segundo Helena Cantão, formavam uma feirinha, em seguida começaram a se formar grupos de *whatsapp* para fazer os pedidos dos produtos. Este ponto de entrega dos alimentos localiza-se no Bairro Xaxim. Este é o início da ideia da venda das Cestas Agroecológicas, conforme lembra a Coordenadora do empreendimento:

A gente não tá vendendo um produto, a gente tá vendo uma história do produto, a gente tá contando uma história do nosso processo, aquele processo que se iniciou, pra estar onde a gente tá, então é muito grande" (Isabela Graciano, Coordenadora da Frente Coordenação, 2023).

Com o objetivo de atender a demanda dos voluntários que auxiliavam no trabalho de organização das entregas de alimentos do Programa PAA nasceu a ideia de comercializar as cestas agroecológicas para essas pessoas que tinham interesse em consumir os alimentos orgânicos. Esta ideia avançou, em 2016, para outros consumidores que também mostraram interesse em adquirir os produtos agroecológicos na forma das cestas como associações de moradores, paróquias, professores e até então se chamava "Cestas Campo e Cidade" (Czyzca, 2019).

Para iniciar as vendas das cestas agroecológicas foram organizados grupos de *whatsapp* onde se ofereciam os produtos disponíveis para a semana. Neste período, os pedidos dos produtos pelos integrantes dos grupos eram realizados entre sábado e segunda-feira, os consumidores listavam os pedidos e os inseriam nos grupos. Então a coordenação de comunicação e relacionamento com o consumidor repassava os pedidos para a coordenação de logística que intermediava os pedidos junto aos agricultores.

Em 2018, com a fundação da Rede Mandala, na qual a Cooperativa Terra Livre e a CCA/PR se associaram, fortalecendo o componente "campo" da Rede Mandala, passaram a gerir a, agora, "redinha", com a marca Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra, este é o início da marca Produtos da Terra, segundo Helena Cantão:

Produtos da Terra é uma marca que a gente tem e que começou a partir das Cestas Agroecológicas, que surgiram lá em 2016 (...) A cooperativa Terra Livre vinha fazer entrega pro PAA, as pessoas que trabalhavam ali envolvidas na entrega do PAA, tipo os técnicos, nutricionistas também queriam consumir aqueles produtos sem veneno, eles começaram a se organizar, fizeram o

primeiro *whatsapp*, e esse é o Evento que marca a nossa data de aniversário (Helena Cantão, Coordenadora da Frente Comunicação, 2023).

Entre 2018 e o início da Pandemia, em 2020, houve um aumento nos pedidos das cestas, e por isso, foi necessário abrir novos grupos de *whatsapp*, devido à limitação em número de membros que o aplicativo suporta, que até maio de 2022 era de 256 membros. Segundo relato da Coordenadora de Comunicação, havia naquele momento 8 grupos de *whatsapp*:

Quando eu cheguei na iniciativa a gente tinha oito grupos de *whatsapp* já feitos, consolidados ali, uns estourando já, não cabia mais gente, por isso que a gente foi criando outros grupos (Helena Cantão, Coordenadora da Frente Comunicação, 2023).

Em março de 2020, quando iniciou a Pandemia, e o *lockdown*, ao mesmo tempo que se ampliou o número de pontos de entrega de cestas agroecológicas, o coordenador da frente feiras apontou a dificuldade inicial em administrar esta nova realidade imposta pelo COVID-19:

O que que a gente fazia? A gente levava, continuava os pedidos que as pessoas faziam no site um e aí eram poucos naquela época, muito poucos pedidos pelo site até 2020... A gente foi lidando com isso, a gente fazia entregas em caminhões na rua. Assim, levava o caminhão lá em determinado ponto, porque não podia parar e nem expor muito, porque senão a gente podia ter até ser multado, tinha um momento que não podia nada... (Luiz Pequeno, Coordenador da Frente Feiras, 2023).

Foram se desenvolvendo estratégias para a venda das cestas agroecológicas de modo que se atendesse as necessidades de todos, do lado do agricultor, que precisava vender os seus produtos, e do lado do consumidor que precisava comprar os alimentos:

E naquela época, eu trabalhava na Feira da Osório, eu era o coordenador das feiras e eu ajudava na feira da Osório às sextas, nem a feira a gente podia fazer. A gente falou: "e agora, como fazemos?" Aí a gente inventou de fazer as entregas num caminhão lá na rua, na calçada e marcava com o consumidor, ia lá, pegava. É, com todos os cuidados sanitários, higienizava as mãos, usava máscara e tudo mais e fizemos porque era urgente, porque a comida não é um privilégio, é... é necessidade urgente (Luiz Pequeno, Coordenador da Frente Feiras, 2023).

Os consumidores faziam seus pedidos entre sábado à segunda-feira, pelos grupos de *whatsapp*, e a partir disso os pedidos eram inseridos em uma planilha repassada para o Coordenador da frente Compra e Relacionamento com os

Fornecedores, responsável pela ponte entre os agricultores da Cooperativa Terra Livre e os consumidores dos produtos *in natura*.

O Centro de Distribuição mantinha um pequeno estoque de alguns produtos processados que vinham de outras cooperativas da Reforma Agrária do Estado do Paraná. Nesta época havia disponibilidade de aproximadamente 70 produtos para comercialização.

Esta comercialização em forma de circuito curto expandiu para diversos bairros de Curitiba, atuando em um raio de abrangência de aproximadamente 50 km, primeiramente em feiras e mais tarde a comercialização tomou o formato das cestas, agregando outros produtos industrializados com procedência de cooperativas da Reforma Agrária distribuídas pelo Estado do Paraná.

Segundo estudo de Darolt e Rover (2021):

Os produtores que comercializam em feiras orgânicas e agroecológicas são majoritariamente de origem familiar, com destaque para a ascensão da categoria de agricultores neorurais (que migraram para o rural, mas tem origem no meio urbano). Nota-se uma grande diversificação de produtos na propriedade (entre 20 e 40 espécies, em média), com propriedades com áreas, em média, menores de 20 hectares no total. Um dos pilares de sustentação é a mão de obra familiar, que tem uma carga de trabalho intensa e deve aliar diferentes competências (produção, transformação e comercialização) no intuito de diminuir custos e agregar valor ao produto. Se situam normalmente nos cinturões verdes das grandes cidades, num raio médio de até 150 km das feiras (DAROLT; ROVER, 2021, p. 193).

A frente e comercialização Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra configura dois tipos de circuito curto de comercialização, que são as entregas das cestas e a comercialização dos produtos nas feiras, evoluindo a comercialização posteriormente para o *e-commerce* a partir do *site* Produtos da Terra.

Essa multiplicação dos circuitos curtos e de formas inovadoras de acolhida na propriedade pode potencializar a agricultura de base ecológica, aproximar agricultores e consumidores e reconectar o mundo rural e o urbano (DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013, p. 10).

3.3.2 O processo organizativo das Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra

Atualmente a montagem e vendas das cestas inicia com a chegada dos produtos do Assentamento Contestado (Lapa-PR) no CD, e alguns produtos vindos de parceiros da Agricultura Familiar. Os produtos chegam em dois dias da semana, na segunda-feira e quinta-feira pela manhã. Então, são separados, avaliados,

classificados e divulgados no *site* com os preços, que variam semanalmente, devidos a intempéries, perdas e variações na colheita.

No *site* são informados a variedade e o número disponível para venda na semana. Sempre cuidando para a reposição do estoque e evitar a falta de determinado produto. Caso haja algum problema no *site*, a equipe entra em contato com os consumidores para verificar a possibilidade de troca, ou cancelamento com recebimento do valor pago, ou o recebimento de cupom do produto faltante, para receber na próxima compra que o produto esteja disponível.

As compras realizadas pelo *site* Produtos da Terra possibilitam uma melhor previsibilidade quanto à compatibilização de estoque com os pedidos, facilitando a gestão das vendas, visto que o pagamento é feito durante o pedido. Neste site o consumidor entra em contato com a parte do *e-commerce*, mas também é possível navegar em outras abas, que apresentam a história do empreendimento, as parcerias, receitas, entre outras informações.

A comercialização, a partir do *whatsapp*, por sua vez, é a preferida pelos consumidores devido a facilidade e rapidez na comunicação, sendo que é uma forma mais direta. Sendo por este canal a realização dos alertas quanto aos produtos disponíveis na semana, os preços e quantidades, conforme observado nas Figuras 5 e 6 a seguir.

Figura 5 – Produtos *In natura*

Pg. 1/4

Cesta Agroecológica Campo Cidade		
Produtos para entrega dia 22/01/22		
Instruções: Pedir em única postagem (whatsapp); Colocar nome e sobrenome; Escolher ponto de busca; Especificar qual batata ou arroz ou feijão; Dizer a quantidade de cada item de acordo com a unidade de medida ofertada; Priorizar pedido e pagamento no produtosdaterra.pr.com.br		
PRODUTO	UNIDADE	PREÇO
Folhosas		
CELGA ORGÂNICA	UNI	R\$ 3.50
LFACE CRESPA ORGÂNICA	UNI	R\$ 2.63
LFACE MIMOSA ROXA ORGÂNICA	UNI	R\$ 2.63
DUVE MANTEIGA ORGÂNICA - maço	MAÇ	R\$ 3.50
IPINAFRE ORGÂNICO	MAÇ	R\$ 4.03
EPOLHO ROXO ORGÂNICO	UNI	R\$ 3.50
EPOLHO VERDE ORGÂNICO	UNI	R\$ 3.50
Legumes e Caules		
BÓBORA CABOTIA ORGÂNICA FRACIONADA - pedaço de 1kg	UNI	R\$ 4.90
BOBRINHA ORGÂNICA - 500g	UNI	R\$ 6.13
IRINGELA ORGÂNICA - 500g	UNI	R\$ 4.38
RÓCOLIS ORGÂNICO IN NATURA	UNI	R\$ 4.90
UMITO PUPUNHA ORGÂNICO (Haste)	UNI	R\$ 14.88
DMATE CEREJA ORGÂNICO - 250g	UNI	R\$ 4.38
DMATE ORGÂNICO - 500g	UNI	R\$ 5.69
Tubérculos/ Raízes		
ÇAFRÃO IN NATURA (CÚRCUMA) - 200g	UNI	R\$ 5.25
NTATA DOCE ORGÂNICA - 1kg	UNI	R\$ 8.75
NTATA INGLESA ORGÂNICA - 500g	UNI	R\$ 4.38
INOURA ORGÂNICA - 500g	UNI	R\$ 3.50
INOURA ORGÂNICA - Maço	MAÇ	R\$ 7.00
ENGIBRE IN NATURA ORGÂNICO - 100g	UNI	R\$ 2.63
Frutas		
BACATE ORGÂNICO - 500g	UNI	R\$ 4.38
ANANA CATURRA ORGÂNICA - kg	KG	R\$ 6.13
ANANA PRATA ORGÂNICA - kg	KG	R\$ 6.13
URANIA COMUM ORGÂNICA - 500g	UNI	R\$ 3.50
MÃO SICILIANO ORGÂNICO - 500g	UNI	R\$ 3.50
IAÇÃ EVA ORGÂNICA - 600g	UNI	R\$ 9.45
VA NIAGARA ROSADA ORGÂNICA - 500g	UNI	R\$ 8.75
Ervas Medicinais		
LECRIM ORGÂNICO - 50g	MAÇ	R\$ 3.50
MPIM LIMÃO ORGÂNICO - 50g	MAÇ	R\$ 3.50
ORTELÃ ORGÂNICA - 50g	MAÇ	R\$ 3.50
IANJERONA ORGÂNICA - 50g	MAÇ	R\$ 3.50
RÓPOLIS - 30ml	UNI	R\$ 14.88
LVIA ORGÂNICA - 50g	MAÇ	R\$ 3.50
Temperos		
ÇAFRÃO EM PÓ ORGÂNICO (CÚRCUMA) - 30g	UNI	R\$ 8.75
LHO-PORÓ ORGÂNICO	UNI	R\$ 2.98
!BOLA ORGÂNICA - 500g	UNI	R\$ 4.86
!BOLA ROXA ORGÂNICA - 500g	UNI	R\$ 7.88
!BOLINHA ORGÂNICA - maço	MAÇ	R\$ 3.50
DRANTE DE URUCUM - 200g	UNI	R\$ 13.30
ENGIBRE EM PÓ ORGÂNICO - 30g	UNI	R\$ 8.75
LSINHA ORGÂNICA - maço	MAÇ	R\$ 3.50
LHO PORÓ (bulbo) DESIDRATADO ORGÂNICO - 6g	UNI	R\$ 5.69
URANIA EM PÓ ORGÂNICO - 6g	UNI	R\$ 5.69
IANJERICÃO VERDE DESIDRATADO ORGÂNICO - 6g	UNI	R\$ 5.69
LSA DESIDRATADA ORGÂNICO - 6g	UNI	R\$ 5.69
IMPERO DESIDRATADO PARA PEIXE ORGÂNICO - 6g	UNI	R\$ 5.69
IMPERO PARA AVES ORGÂNICO - 7g	UNI	R\$ 5.69
IMPERO PARA LEGUMES ORGÂNICO - 7g	UNI	R\$ 5.69
INAGRETE DESIDRATADO ORGÂNICO - 7g	UNI	R\$ 5.69

Fonte: Grupo de whatsapp - Produtos da Terra (2022).

Figura 6 – Oferta de produtos processados da semana - Cesta Agroecológica Campo Cidade

		Pg. 3/4
Doces e Geleias		
BANANADA ORGÂNICA SEM AÇÚCAR - 250g	UNI	R\$ 12.25
BANANINHA EM BARRA SEM AÇÚCAR - 30g	UNI	R\$ 3.72
DOCE DE LARANJA E LIMÃO ORGÂNICO BARRA - 250g	UNI	R\$ 12.25
DOCE DE LEITE COOPERARCA-ZM - 230g	UNI	R\$ 15.58
DOCE DE LEITE TERRA VIVA - 400g	UNI	R\$ 7.05
DOCE DE MAÇÃ ORGÂNICA - 500g	UNI	R\$ 21.00
GELEIA DE AMORA ORGÂNICA TERRA LIVRE RS - 280g	UNI	R\$ 22.37
GELEIA DE PIMENTA VEREDAS DA TERRA - 230g	UNI	R\$ 24.15
GELEIA DE UVA ORGÂNICA TERRA LIVRE RS - 280g	UNI	R\$ 22.37
Bebidas		
LEITE L.V. DESNATADO TERRA VIVA - 1L	UNI	R\$ 5.23
LEITE L.V. INTEGRAL TERRA VIVA - 1L	UNI	R\$ 5.23
LEITE UHT O LACTOSE TERRA VIVA - 1L	UNI	R\$ 5.97
Bebidas Alcoólicas		
CACHAÇA CAMPONESES ORGÂNICA - 150ml (VIDRO)	UNI	R\$ 14.16
CACHAÇA CAMPONESES ORGÂNICA AMBURANA - 1L (PET)	UNI	R\$ 37.63
CACHAÇA CAMPONESES ORGÂNICA AMBURANA - 700ml (VIDRO)	UNI	R\$ 43.05
CACHAÇA CAMPONESES ORGÂNICA BÁLSAMO - 1L (PET)	UNI	R\$ 37.63
CACHAÇA CAMPONESES ORGÂNICA BÁLSAMO - 700ml (VIDRO)	UNI	R\$ 43.05
CACHAÇA CAMPONESES ORGÂNICA CARVALHO - 1L (PET)	UNI	R\$ 37.63
CACHAÇA CAMPONESES ORGÂNICA CARVALHO - 700ml (VIDRO)	UNI	R\$ 43.05
CACHAÇA CAMPONESES ORGÂNICA PRATA - 1L (PET)	UNI	R\$ 37.63
CACHAÇA CAMPONESES ORGÂNICA PRATA - 700ml (VIDRO)	UNI	R\$ 43.05
CACHAÇA VEREDAS DA TERRA AMBURANA - 670ml	UNI	R\$ 47.25
LICOR DE CAJA ARTESANAL VEREDAS DA TERRA - 275ml	UNI	R\$ 24.50
LICOR DE MARACUJÁ DO MATO VEREDAS DA TERRA - 275ml	UNI	R\$ 24.50
VINHO ROSE DE MESA SECO ORGÂNICO - 750 ml	UNI	R\$ 43.75
VINHO TINTO DE MESA SECO BORDÔ - 720ml	UNI	R\$ 43.75
VINHO TINTO DE MESA SECO BORDÔ ORGÂNICO - 375 ml	UNI	R\$ 22.75
VINHO TINTO DE MESA SECO BORDÔ ORGÂNICO - 750ml	UNI	R\$ 43.75
VINHO TINTO DE MESA SUAVE BORDÔ ORGÂNICO - 750ml	UNI	R\$ 43.75
Sucos Integrais		
SUCO DE GOIABA E MAÇÃ MONTE VENETO - 300ml	UNI	R\$ 6.74
SUCO DE GOIABA E MAÇÃ MONTE VENETO - 1L	UNI	R\$ 14.65
SUCO DE MAÇÃ E UVA INTEGRAL MONTE VENETO - 1L	UNI	R\$ 14.14
SUCO DE MAÇÃ INTEGRAL MONTE VENETO - 1L	UNI	R\$ 13.77
SUCO DE MAÇÃ INTEGRAL MONTE VENETO - 300ml	UNI	R\$ 6.48
SUCO DE MANGA E MAÇÃ MONTE VENETO - 1L	UNI	R\$ 16.12
SUCO DE TANGERINA, MANGA E MAÇÃ MONTE VENETO - 1L	UNI	R\$ 14.72
SUCO DE TANGERINA, MANGA E MAÇÃ MONTE VENETO - 300ml	UNI	R\$ 6.76
SUCO DE UVA TINTO INTEGRAL MONTE VENETO TETRA PAK - 1L	UNI	R\$ 11.29
SUCO DE UVA TINTO INTEGRAL MONTE VENETO TETRA PAK - 200ml	UNI	R\$ 3.22
SUCO DE UVA TINTO INTEGRAL ORGÂNICO MONTE VENETO - 300ml	UNI	R\$ 8.40
SUCO DE UVA TINTO INTEGRAL ORGÂNICO MONTE VENETO - 750ml	UNI	R\$ 15.73

Fonte: Grupo de whatsapp – Produtos da Terra (2022).

Para melhorar a operação das vendas das cestas foi criado um *site*, elaborado por uma consumidora das cestas, mas a proposta de se utilizar esta ferramenta de comercialização foi rejeitada no início, tanto pelos trabalhadores das cestas, quanto por consumidores, por dificuldade em operar a tecnologia que demandava a partir deste canal de comercialização, conforme pode ser observado na fala da Coordenadora de Comunicação:

Quando eu cheguei na iniciativa a gente tinha 8 grupos de *whatsapp* já feitos, consolidados ali, uns estourando já, não cabia mais gente, por isso que a gente foi criando outros grupos. Senão me engano, eram 8 (oito) pontos de entrega também, tinha o site, mas o site ainda... Foi uma consumidora nossa que fez o site junto com uma galera que é super parceira nossa que é a Rede Livre, mas ainda tinha uma, uma dificuldade tecnológica, tanto pela parte dos trabalhadores que geriam as cestas, quanto dos consumidores, uma: “tipo não, não quero, prefiro pelo *whatsapp*” (Helena Cantão – Coordenadora de Comunicação, 2023).

Lembra, Luiz Pequeno, Coordenador de Feiras, que o início da Pandemia incrementou o funcionamento do *site*, os pedidos feitos por este canal eram poucos, no momento que houve o *lockdown*, eles aumentaram consideravelmente vencendo a barreira da rejeição, e se tornando uma oportunidade para o empreendimento:

O que que a gente fazia? A gente levava, continuava os pedidos que as pessoas faziam no site um e aí eram poucos naquela época, muito poucos pedidos pelo site até 2020 Eram 20 e 30, no máximo eram os pedidos no site, era bem pouquinho. E aí, o que que aconteceu? As pessoas começaram a pedir mais pelo site. Isso foi uma oportunidade boa para nós, porque a gente, a Pandemia, ajudou a democratizar o acesso, aquele, aquele instrumento que é o site [produtosdaterrapr.com.br](https://www.produtosdaterrapr.com.br) (Luiz Pequeno - Coordenador de Feiras, 2023).

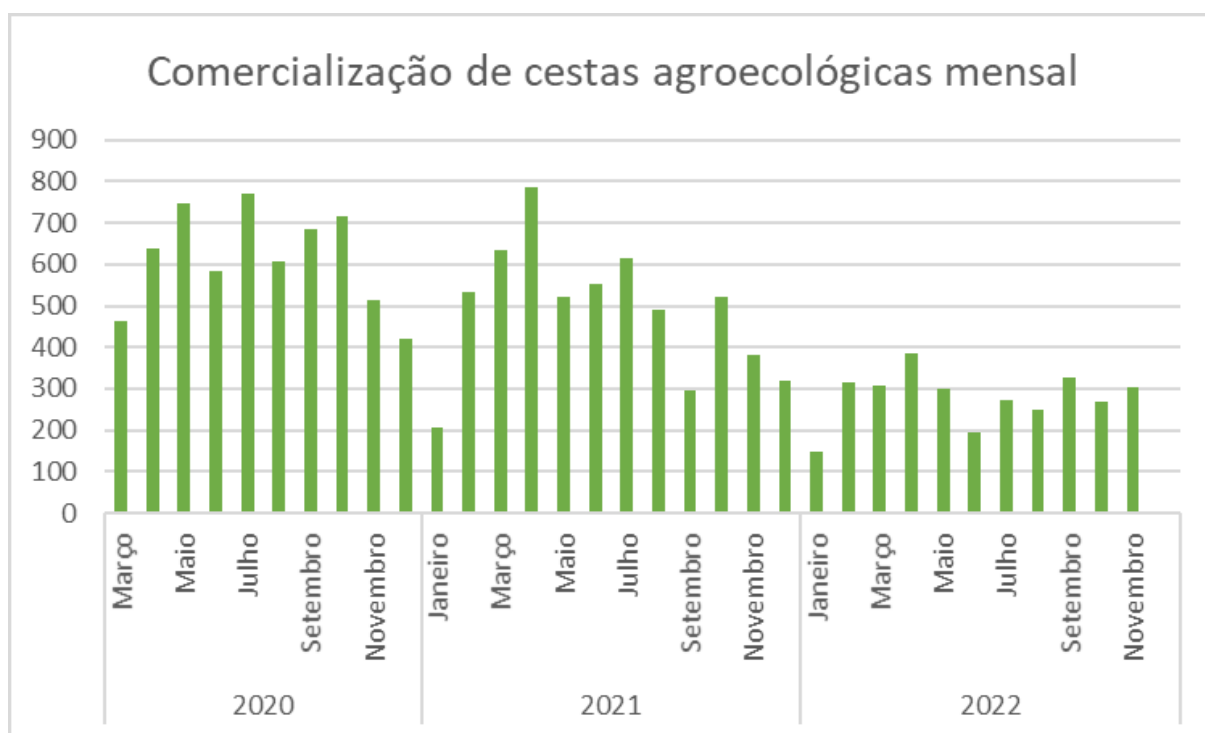
Até 2019, a “redinha” vendia aproximadamente 100 cestas agroecológicas semanalmente (Czyca, 2019), mas neste momento ainda não havia um registro formal do número de cestas comercializadas. A partir de 2020, em razão da Pandemia COVID-19 a comercialização das cestas aumentou consideravelmente, segundo levantamento realizado no site¹⁴, quando começou a divulgação dos números de pedidos de cestas semanais. Este levantamento demonstrou que foram comercializadas desde março de 2020 até novembro de 2022 14.174 cestas agroecológicas.

¹⁴ Disponível em: PRODUTOS DA TERRA: <https://www.produtosdaterrapr.com.br/mapeamento-semanal-de-numero-de-cestas-agroecologicas-pedidas/>.

O levantamento demonstrou que em 2020 foram comercializadas 6.146 cestas, o maior número de pedidos desde que se iniciou o registro, este aumento no pedido de cestas coincide com o recrudescimento das bandeiras sanitárias que, neste período, alternavam entre vermelha e laranja, na maior parte do tempo, cujas restrições impediam a livre circulação. No ano de 2021, foram comercializadas 5.857 cestas, observando-se uma diminuição de 289 cestas, com relação a 2020.

Em 2022, foram comercializadas 3.072 cestas até o mês de novembro, data da última divulgação pelo site. Observa-se uma diminuição no número de pedidos se comparada ao início da Pandemia, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Comercialização das Cestas Agroecológicas Produtos da Terra (Mar/2020 – Nov/2022)



Fonte: Produtos da Terra, autoria própria (2022).

A partir de 2021 houve um desaquecimento no pedido de cestas sucessivamente, até que agora, em 2023, diminuíram drasticamente. Reflexão feita pelos trabalhadores do empreendimento é que no início da Pandemia não havia muita concorrência. Como o empreendimento já fazia entregas através de pedidos por *whatsapp* desde 2016, quando começou a Pandemia foi uma adaptação mais suave para a nova realidade devido a expertise adquirida, de acordo com Helena Cantão:

Então a gente teve esse começo porque a gente não tinha concorrência, sendo bem objetiva assim mesmo né. A gente não tinha concorrência. Teve o momento dos empreendimentos se adaptarem”. “... Imagina, a gente tem uma cidade que tem várias feiras né, querendo ou não, comparativo com outras cidades, feira orgânica, aqueles empreendimentos que tavam só nas feiras, eles tiveram que começar do zero essa parte de entregas (Helena Cantão - Coordenadora da Frente Comunicação, 2023).

3.3.2.1 O Centro de Distribuição (CD)

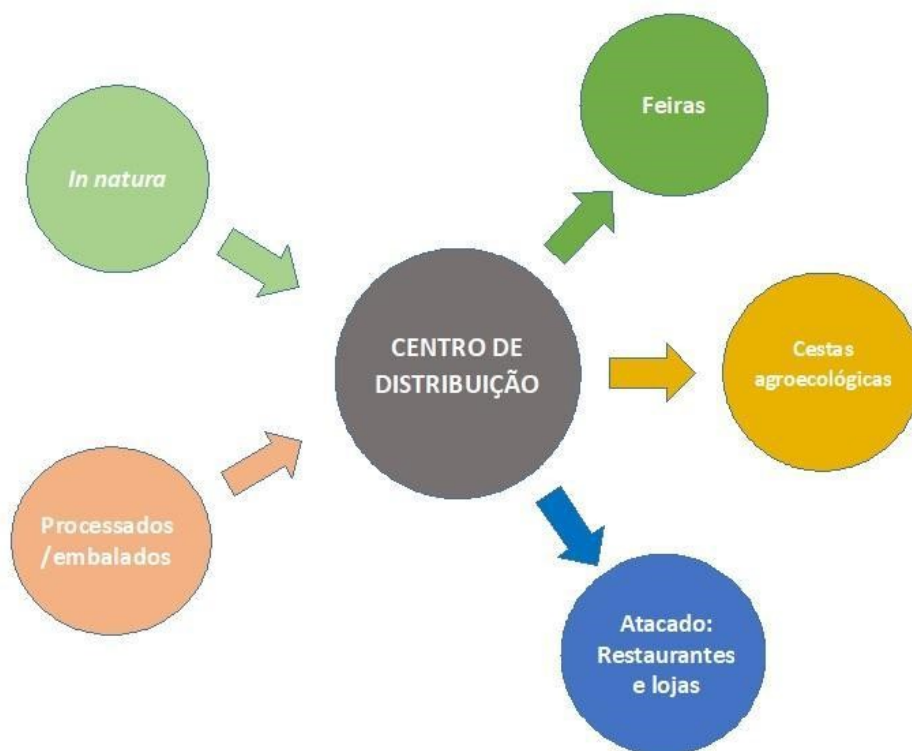
Até o início de 2020 a frente de comercialização não tinha um espaço próprio para desenvolver o trabalho de montagem das cestas agroecológicas e os preparativos para as vendas nas feiras. Este serviço era realizado em um espaço cedido pelo Sindicato dos Bancários, no Bairro Rebouças, no estacionamento do local. Isso devido a uma parceria que o empreendimento e a Rede Mandala tinham com o Sindicato. A equipe de trabalhadores montava ali a estrutura para a triagem dos produtos orgânicos para as feiras, e montagem das cestas agroecológicas, havia também uma feira no local.

Em 2020, a CCA alugou um espaço para abrigar sua filial, o Centro de Distribuição, e ampliar a comercialização dos produtos da reforma agrária das cooperativas de assentamentos do Paraná. Este espaço fica localizado no Bairro Xaxim. O CD que possui CNPJ próprio, tem a função de operar a logística da montagem, comercialização e distribuição das cestas agroecológicas.

Outra atividade que o CD desempenha é servir de apoio, como um entreposto para armazenagem, estocagem e distribuição para outras Cooperativas da Reforma Agrária do Estado do Paraná afiliadas à CCA/PR. Estas cooperativas, através do CD, atendem ao mercado institucional dos governos do Estado do Paraná e Federal como o PAA, PNAE e as Compras Institucionais.

O CD divide sua comercialização a partir das chamadas “Frentes de Comercialização”: (i) Frente feiras; (ii) Frente atacado e (iii) Frente Cestas Agroecológicas, conforme ilustrado na Figura 7.

Figura 7 – Frentes de comercialização da Redinha Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra



Fonte: “Redinha” Cestas Agroecológicas Produtos da Terra, elaboração própria (2023).

Além disso, a venda das cestas agroecológicas também é organizada em frentes de trabalho, com a função de realizar as tarefas cotidianas do empreendimento. São divididas em três Frentes de Trabalho: (i) Frente de comunicação e relacionamento com o consumidor; (ii) Frente de compras e relacionamento com os fornecedores; e (iii) Frente de trabalho interno do empreendimento, como a coordenação geral, o financeiro e o administrativo.

Com a Pandemia todo o trabalho teve de ser reorientado, pois houve um aumento considerável no pedido das cestas, fato que demandou desafio para a equipe de logística devido ao aumento elevado de pedidos de cestas, conforme relato de Helena: “... em algumas semanas o número de pedidos de cestas chegava a 200 por semana”, segundo Helena Cantão, Coordenadora da Frente de Comunicação (2023). Neste ano começaram as entregas em domicílio.

Para o EES foi um desafio a montagem das cestas naquele momento, um dos motivos é o fato de os produtos *in natura* serem perecíveis, outro motivo é o volume de pedidos de cestas, e a complexidade que envolve a montagem das cestas, em um

período curto de tempo, pois entre a chegada ao e a distribuição dos produtos a equipe tinha dois dias para que as entregas fossem possíveis, segundo relato da Helena:

(...) tipo de montar cesta, e que dá uma trabalhadeira do cão, montar cesta, dá uma trabalhadeira do cão! É bem complicado, e a gente trabalha com cesta personalizada né, não é cesta fechada, então imagina montar, é igual você fazer a compra de mercado pra 200 pessoas numa semana só, daquele produto fresco ainda né! A gente trabalha com produto *in natura*, se fosse só produto processado, os produtos beneficiados, que a gente chama, não dá tanto trabalho, mas o produto *in natura* ele exige. A logística dele, toda uma complexidade assim (Helena Cantão - Coordenadora da Frente Comunicação, 2023).

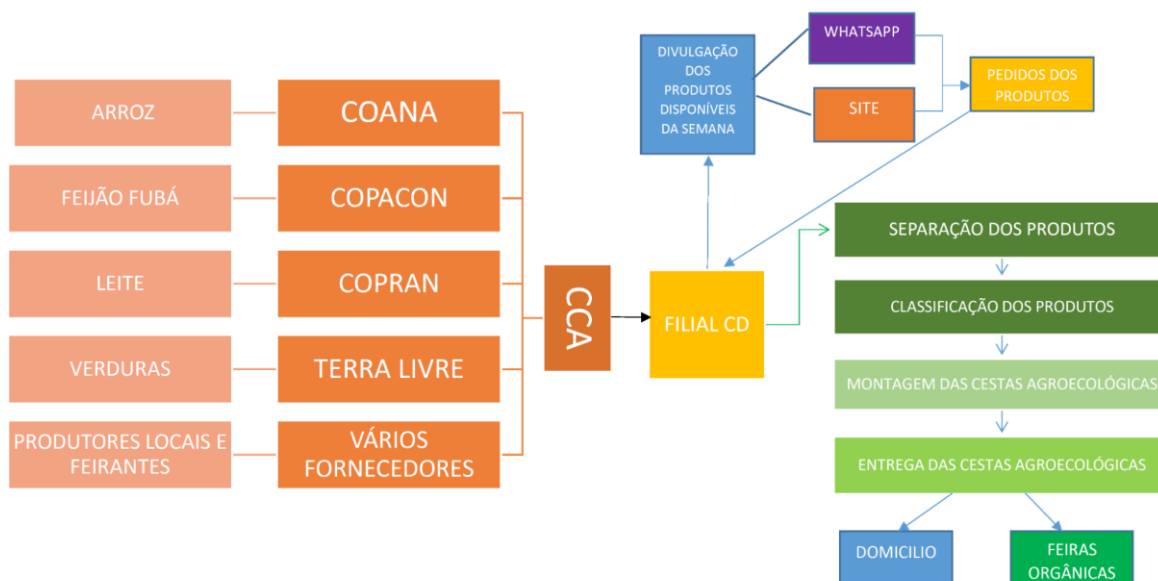
Por outro lado, os agricultores foram beneficiados, porque com a Pandemia, quando foi decretado o *lockdown*, e o fechamento de restaurantes, escolas, e instituições para onde os produtos eram comercializados a venda das cestas agroecológicas equilibrou a baixa demanda pelos produtos, principalmente nas compras institucionais que paralisaram, conforme lembra Luiz Pequeno:

Naquele momento que tudo... Lembra do *lockdown*? Tudo tinha que fechar tudo tinha... Nós ficamos num impasse, se a gente não leva o produto, o agricultor perece, porque ele já colheu, ele já plantou tal, se a gente não atende o consumidor, o consumidor fica sem ter lugar para comer, porque ele é, lembrem-se que fechou tudo, supermercado era tudo restritivo (Luiz Pequeno, Coordenador da Frente Feiras, 2023).

Os produtos que compõem as cestas variam de alimentos *in natura*, como hortaliças, tubérculos, legumes, frutas, temperos, bem como industrializados com valor agregado como farinhas, sucos integrais, doces, geleias, biscoitos, lácteos, bebidas alcóolicas e até cosméticos podem ser solicitados para compor as cestas (Produtos da Terra, 2022).

Atualmente os pedidos das cestas podem ser feitos diariamente pelo *site* Produtos da Terra, onde o consumidor monta sua cesta, com os produtos disponíveis na semana, e os retira nos pontos de entrega, ou tem a opção de receber as cestas agroecológicas em casa, mediante o pagamento de uma taxa de entrega em domicílio, os locais de feiras e pontos de entrega podem variar conforme a semana, conforme Figura 8.

Figura 8 – Fluxograma de organização e entrega das Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra



Fonte: Autoria própria elaborado com base nos Produtos da Terra (2023)

O trabalho do CD é complexo e envolve além dos serviços administrativos, a comunicação, tanto com fornecedores, como com os consumidores. Além disso, tem o trabalho de logística com o atendimento às cooperativas da reforma agrária do estado que entregam diversos produtos, incluindo os perecíveis que demandam cuidados especiais para conservação de forma a evitar perdas.

Por isso, o ingresso do empreendimento na Rede Mandala teve especial importância, pois um dos resultados do Termo de Fomento foi a doação de uma câmara fria para armazenagem dos produtos perecíveis, isso possibilitou incremento na comercialização do CD. Além do mais, a integração campo-cidade que era uma diretriz do MST e da CCA se efetivou com a abertura dos diversos tipos de circuitos curtos de comercialização, como as feiras, a entrega de cestas direto ao consumidor, o *e-commerce* e eventos como as Jornadas de Agroecologia.

3.3.2.2 A equipe de trabalho do CD

Cada Frente de Trabalho tem um responsável chamado Coordenador, as cinco frentes de trabalho do CD são: (i) Frente Coordenação; (ii) Frente Administrativo e Financeiro; (iii) Frente Comunicação; (iv) Frente Feiras; e (v) Frente Logística. Esses trabalhadores são contratados com salário mensal. Além dos coordenadores há outros profissionais como: contador, auxiliar administrativo e auxiliar financeiro e outro

profissional responsável pela parte de informática e administração do site. Nestas funções mais 4 profissionais, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Trabalhadores do Centro de Distribuição

Profissionais	Número de profissionais
Coordenação geral	1
Coordenação administrativo e financeiro	1
Coordenação comunicação	1
Coordenação feiras	1
Coordenação logística	1
Auxiliar administrativo	1
Auxiliar financeiro	1
Profissional de TI	1
Contador	1
TOTAL	9

Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra, 2023.

Alguns dos trabalhadores do CD são assentados da reforma agrária de assentamentos do Paraná, e eles vêm para o CD representando suas cooperativas que por sua vez entregam produtos para o mercado institucional. O Coordenador da Frente de Trabalho Administrativo e Financeiro, explica que os assentados fazem este rodízio no trabalho e que esta é uma prática comum dentro do MST, conforme aponta Cristiano Cyszka:

O que é colocado como um, como um valor, aí os princípios, de economia solidária, que é essa questão da autogestão. Então, de a gente é trabalhar um processo de comercialização que nós mesmos é representando as cooperativas, é porque a gente na CCA, a gente tem esse papel, que é a Central, ela é uma representação das suas cooperativas, a seu principal objetivo é isso! É então, então, quem tá na CCA, cumprindo qualquer tarefa na CCA, ela é uma tarefa de representação das cooperativas. Então é, eu tô aqui representando a minha cooperativa e as outras 20, 21, 22 cooperativas que fazem parte da CCA! (Cristiano Cyszka, coordenador da Frente Financeiro, 2023).

Além dos cinco profissionais coordenadores, o CD conta com trabalhadores voluntários e diaristas que são contratados por empreitada, como por exemplo, para realizar as entregas dos alimentos do PAA, para montagem das cestas agroecológicas, profissionais de feiras, os motoristas e ajudantes. Aproximadamente 10 profissionais, esses trabalhadores recebem por hora trabalhada.

3.3.3 Os pontos de entrega das Cestas Agroecológicas Produtos da Terra

Até início de 2023 as cestas agroecológicas poderiam ser retiradas em locais parceiros do empreendimento como o Sindicato dos Bancários e o Sindipetro – Sindicato dos Petroleiros, no Bairro Rebouças, no Cefuria, Bairro Bigorrilho, Mercado Natural Ugami, no Bairro Alto da XV, e na Universidade Federal do Paraná - Campus Litoral em Matinhos. No entanto, as entregas de cestas no litoral e Mercado Natural Ugami foram descontinuadas.

Toda semana, os locais de entregas são previamente avisados no site da Produtos da Terra e em grupos de *whatsapp*, conforme Figura 9.

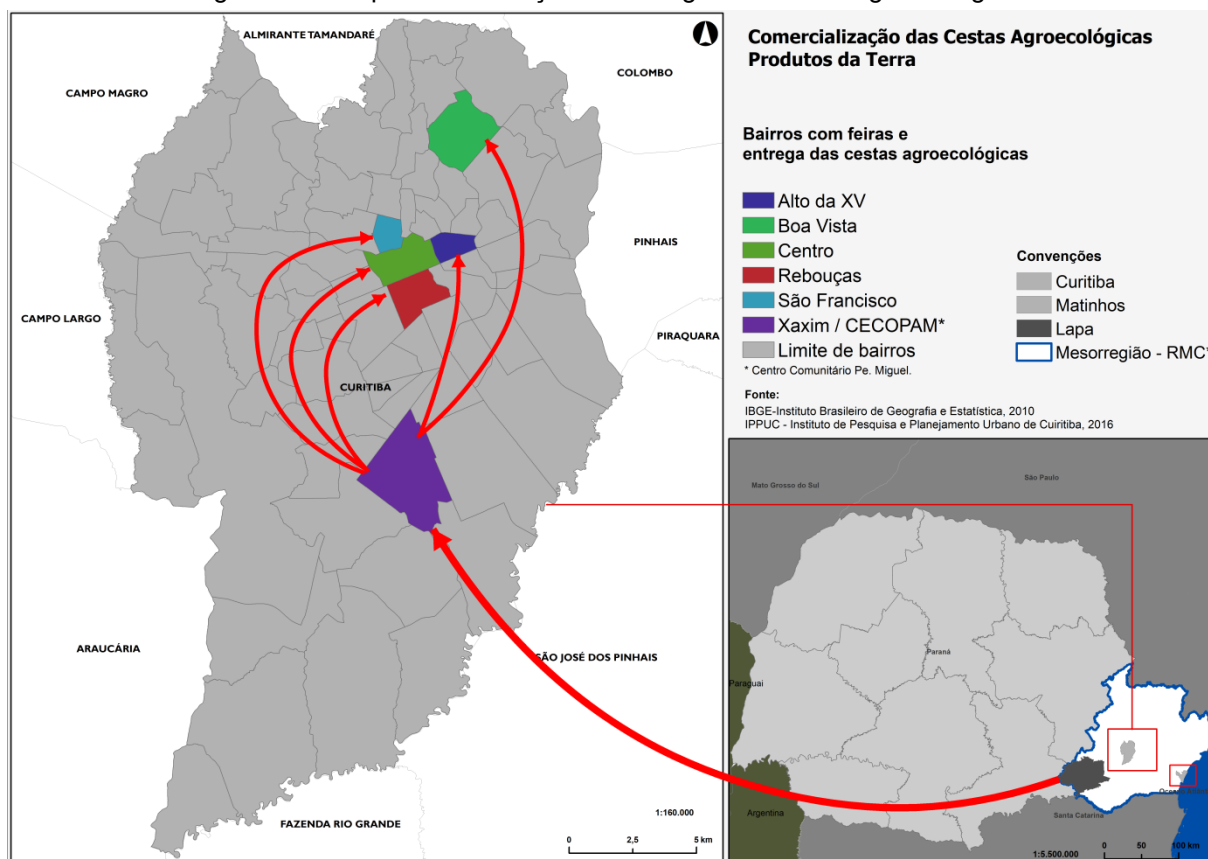
Figura 9 – Avisos semanais para retirada das cestas agroecológicas nos grupos de *whatsapp*



Fonte: Produtos da Terra (2022).

Atualmente os pontos de retiradas das cestas são as feiras de produtos orgânicos, e estão localizados nos bairros: Água Verde (Praça do Japão), Cristo Rei/Tarumã, Centro (UFPR Campus Reitoria e na Feira das Cooperativas na Praça Osório), e no Xaxim (Centro de Distribuição) (Figura 10).

Figura 10 – Mapa de localização de entrega das cestas agroecológicas



Fonte: Autoria própria (2022)

O único espaço de entrega das cestas agroecológicas localizado em bairro mais afastado da área central de Curitiba é o Centro de Distribuição que está instalado no Bairro Xaxim. A Coordenadora do Centro de Distribuição demonstrou interesse em estender as vendas para outros bairros periféricos, para que as pessoas desses locais também possam consumir os produtos orgânicos.

A gente quer fazer um Armazém, um Armazém num bairro, mas que ele seja, com o preço mais em conta, que seja mais baixo, não é que a gente também coloque isso, né! Com esse custo mais baixo, para quem possa estar, pra que todo mundo possa consumir, porque o produto orgânico tinha que ser para todo mundo consumir. Que às vezes tem coisa que não dá, que não consegue, porque a gente entende também, que o produto, vem de longe, essa logística encarece o produto (Isabela Graciano, coordenadora do empreendimento, 2023).

Os outros pontos de entrega são as feiras orgânicas, todas localizadas em bairros no entorno da Região Central de Curitiba.

A comercialização dos produtos *in natura* em feiras orgânicas começou em 2018/2019, e nesse período foi uma estratégia adotada para aumentar as vendas dos

produtos. A primeira feira foi a da Praça Osório, e aos poucos foi aumentando. Hoje o empreendimento atende cinco feiras orgânicas em Curitiba.

A Feira do Cristo Rei tem o horário de atendimento entre 16h e 20h. Neste espaço são entregues aproximadamente três a quatro cestas. Como o início da participação da Produtos da Terra neste espaço foi após a Pandemia, em 2022, o número de cestas retiradas não é comparável aos outros espaços com maior volume de entrega de cestas.

A Feira da Universidade Federal do Paraná (UFPR) localizada no Bairro Centro, pátio da Reitoria, no entanto, foi durante a Pandemia do COVID-19 que o empreendimento entregou mais cestas, atualmente são entregues aproximadamente 8 cestas por dia de feira. A Feira Praça do Japão, localiza-se no Bairro Água Verde, nesta feira são entregues uma média de 08 cestas agroecológicas por dia de feira. (Figuras 11 e 12).

Figura 11 – Praça do Japão (Água Verde)



Figura 12 – Reitoria (Centro)



Fonte: Autoria própria (2023).

Fonte: Autoria própria (2023).

Na Feira das Cooperativas (Praça Osório) - Programa Nossa Feira, são comercializados os produtos orgânicos, da Produtos da Terra. Esta feira tem o histórico de entrega de muitas cestas agroecológicas em todo o período pandêmico, seguindo com as entregas após a Pandemia, um número de aproximadamente 4 a 6 cestas. Além de ser frequentada por clientes fiéis semanalmente (Figuras 13 e 14).

Figura 13 – Feira da Praça Osório (Centro)



Figura 14 – Feira da Praça Osório (Centro)



Fonte: Autoria própria (2023).

Fonte: Autoria própria (2023).

A Feira do Passeio Público está inserida em um espaço tradicional de venda de alimentos orgânicos na cidade de Curitiba a barraca do EES Produtos da Terra, apesar de instalada quando a feira já possuía público cativo nas outras barracas, foi comemorada por consumidores do local, conforme lembra Isabela Graciano, que os consumidores comemoraram a chegada da barraca do empreendimento ali na feira do Passeio Público:

“Tem essa conversa ali e também são pessoas que conhecemos e que estão em outros espaços. É um pessoal que já foi no assentamento, que é professor, que já deu aula não sei pra quem. E tudo isso gerou, gera esse fomento de cestas, né! Então eles já sabem disso. E ali no Passeio Público também o pessoal: Ah! Não estava esperando vocês, porque eu conheço vocês, eu conheço o Ademir...”. (Isabela Graciano, coordenadora do empreendimento, 2023).

A Feira do Passeio Público funciona aos sábados, das 8h às 12h e não faz entregas de cestas agroecológicas, mas é uma feira importante para o empreendimento pela localização e por ser um local tradicional de venda de produtos orgânicos em Curitiba e levar os produtos da reforma agrária para o espaço central, conforme demonstrado nas Figuras 15 e 16.

Figura 15 – Feira do Passeio Público (Centro)



Fonte: Autoria própria (2023).

Figura 16 – Feira do Passeio Público (Centro)



Fonte: Autoria própria (2023).

3. Jornadas de Agroecologia

As Jornadas de Agroecologia tiveram início em 2001, com a articulação de movimentos sociais, com destaque para o MST, Organizações Não Governamentais, marcada pela mobilização contra o uso de agrotóxicos e o uso de transgênicos¹⁵, chamando a atenção para a luta pela Reforma Agrária. Milhares de pessoas participam das Jornadas de Agroecologia todos os anos, com diversas atividades de formação política e atividades culturais. Desde as primeiras edições somaram-se às Jornadas de Agroecologia as Universidades Estaduais, Federal do Paraná e Instituto Federal.

Este ano de 2023 foi realizada a 20ª edição da Jornada de Agroecologia. A Carta da 20ª Jornada de Agroecologia¹⁶ chama a atenção para as mudanças climáticas, a importância de produzir alimentos sem agrotóxicos e com o respeito ao meio ambiente. Denuncia a violência no campo, aponta a necessidade de ampliação e retomada de políticas públicas como o PAA e PNAE, a busca pela segurança alimentar e nutricional, educação ambiental nas escolas. Aponta para a necessidade da garantia da igualdade e da diversidade racial, de gênero e de sexualidade (Figuras 17, 18 e 19).

¹⁵ Transgênico é sinônimo para a expressão "Organismo Geneticamente Modificado" (OGM). É um organismo que recebeu um gene de outro organismo doador. Essa alteração no seu DNA permite que mostre uma característica que não tinha antes, como por exemplo, a resistência ao glifosato, no caso da soja transgênica (Embrapa, 2023).

¹⁶ Carta da 20ª Jornada de Agroecologia de 26 de novembro de 2023: <https://jornadadeagroecologia.org.br/2023/11/26/fomento-a-agroecologia-deve-ser-prioridade-para-garantir-o-direito-a-alimentacao-adequada-diz-carta-da-20a-jornada/>.

Figura 17 – 20ª Jornada de Agroecologia



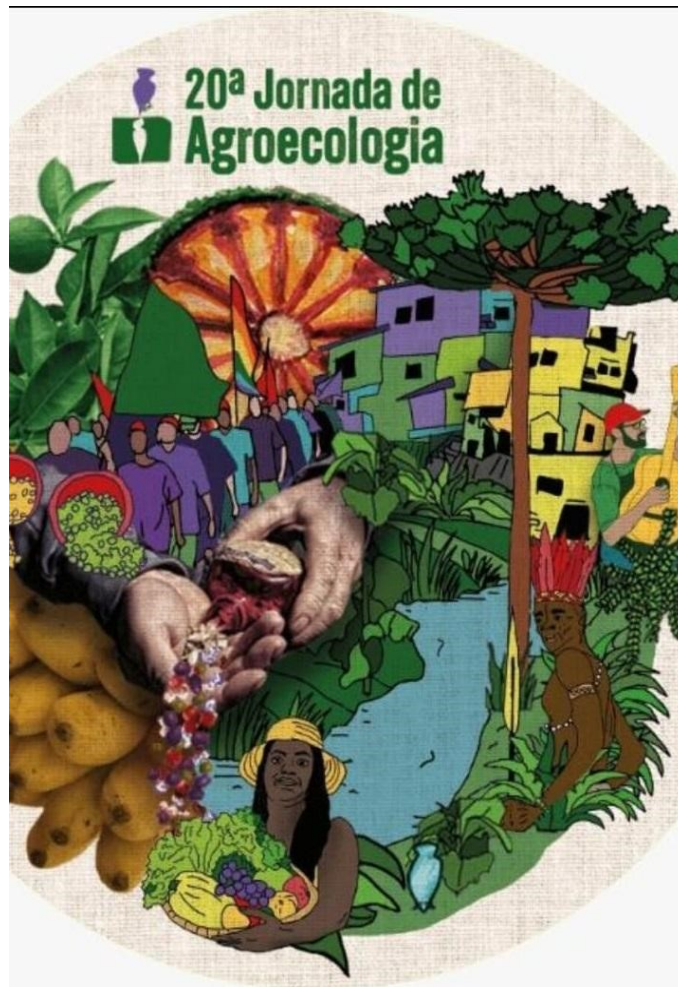
Fonte: Autoria própria (2023)

Figura 18 – 20ª Jornada de Agroecologia



Fonte: Autoria própria (2023)

Figura 19 – 20ª Jornada de Agroecologia



Fonte: 20ª Jornada de Agroecologia (2023)

3.4 Síntese dos principais apontamentos do funcionamento e organização da “redinha”

Idealizada muito antes de sua fundação, a Rede Mandala é um processo de longo tempo, a articulação de empreendimentos solidários existentes da cidade e do campo, com o apoio de entidades como a TECSOL, o CEFURIA, o MST e a CCA. O apoio recebido dessas entidades foi determinante para a consolidação, e com isso fortalecer as suas “redinhas”.

Sob guarda-chuva da Rede Mandala se beneficiaram do Termo de Fomento (Nr. 00029/2017), celebrado entre o Ministério do Trabalho, através da SENAES, e o CEFURIA, com apoio, em todas as fases da TECSOL, os diversos empreendimentos solidários do campo e da cidade se beneficiaram e se fortaleceram. Este apoio, foi essencial para atravessar o período difícil para a economia solidária desde o golpe de estado.

Com o projeto foram realizadas formação e capacitação em áreas como gestão de empreendimentos econômicos solidários, planejamento estratégico, comercialização, assessoramento contábil, fiscal e jurídico. Os empreendimentos receberam equipamentos, apoio para realização de feiras locais e nacionais.

Observa-se a importância de construção de políticas públicas de apoio na consolidação dos empreendimentos de economia solidária, que carecem de formação contínua, sem o apoio do Estado esses empreendimentos não se mantêm. Também para o desenvolvimento de redes de economia solidária, essas redes se mantêm, se fortalecem através de contínua formação e capacitação.

O Assentamento Contestado idealizado na sua instalação em 2000, para ser um assentamento 100% orgânico, produz toneladas de alimentos e distribui esta produção orgânica para diversos bairros através das Cestas Agroecológicas além de fornecer alimentos para compras institucionais como o PAA e o PNAE.

A CCA, que é a matriz do empreendimento solidário, sendo o Centro de Distribuição a sua filial e as Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra, uma das frentes de comercialização do Centro de Distribuição. A CCA responde juridicamente pelo empreendimento e dá suporte no seu planejamento.

O processo organizativo das Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra é dividido em frentes de trabalho: (i) coordenação; (ii) comunicação; (iii) comercialização, que se desdobra em três outras frentes (feiras; atacado; e cestas agroecológicas); (iv) frente de administração e financeiro; e (v) logística. Apesar desta

divisão de trabalho, o número de trabalhadores é escasso, isso dificulta o rodízio entre as frentes.

As feiras agroecológicas, estão localizadas em bairros centrais na cidade de Curitiba, porém ainda com pouca inserção em bairros mais distantes da área central. Atualmente a venda das Cestas Agroecológicas são realizadas em dois bairros periféricos, o Xaxim, no endereço CD¹⁷ e Sítio Cercado.

Apesar de a comercialização das Cestas Agroecológicas se concentrarem em bairros centrais, observa-se que as ações de solidariedade realizadas pelo empreendimento atingem diversos bairros mais afastados da região central, com doação de toneladas de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar desde o início da Pandemia.

As ações de solidariedade continuam em parceria com o Movimento Sem Terra e os consumidores das cestas agroecológicas apoiam a iniciativa comprando cestas para doação ou doando valores em dinheiro.

Para a agricultura familiar e orgânica um dos desafios é a comercialização, que envolve além da venda a logística para distribuição. Somado a isso o fato de os produtos serem *in natura*, potencializa a dificuldade, pois é necessário que esses produtos, pelo fato de não serem processados terem um tempo de prateleira mais curta. Isso faz com que muitos agricultores optem pela venda a intermediários, em detrimento da venda direta, que poderiam ver uma negociação mais vantajosa, em termos de preços e condições.

Observou-se que essa rede de comercialização é complexa, pois envolve além de um bom planejamento na produção, a parte da relação com o consumidor, a parte do marketing. Outro ponto importante a ser observado neste conjunto de fatores é a sazonalidade, as condições climáticas que interferem na produção dos alimentos.

O Assentamento Contestado é o mais importante fornecedor dos alimentos *in natura* para o CD, encontra-se na RMC, isto facilita a comercialização em forma de circuitos curtos de comercialização. Somado a isso há a facilidade de logística, visto que importantes rodovias do estado se encontram próximas ao assentamento, sendo um diferencial.

¹⁷ Centro de Distribuição da Economia Solidária, Agricultura e Reforma Agrária (CD) localizado na Rua Othoniel Reinhardt, 409, Bairro Xaxim.

Vendas diretas ao consumidor são importantes para a agricultura familiar, mas é possível combinar uma diversificação dos canais de comercialização. Esta diversificação é importante para que as organizações que comercializam pela agricultura familiar não fiquem dependentes de um único tipo de consumidor.

Com a diversificação, quando um dos canais não se encontra em condições favoráveis às vendas, outro pode compensar essas dificuldades do mercado. Neste sentido, é possível explorar os canais convencionais de mercado, como as redes varejistas, os atacados, os sacolões e outros.

Outro fator a ser explorado pelo empreendimento é o beneficiamento dos produtos *in natura*, a exemplo de algumas empresas familiares da Região Metropolitana de Curitiba, no município de Colombo, com destaque para as empresas: Chácara Strapasson, Irmãos Lazarotto e a Chácara Cavalli, Verdura Net, Chácara Bertolin, Sabor do Campo. Estas empresas familiares embalam os alimentos frescos, mas sem o diferencial de ofertarem produtos da reforma agrária e da economia solidária.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS

Neste capítulo serão apresentadas as análises das entrevistas realizadas com os coordenadores das frentes de trabalho na pesquisa de campo relacionados aos seguintes objetivos específicos apresentados no primeiro capítulo: **(i)** interações políticas da frente de comercialização Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra; **(ii)** Autogestão, participação social dos membros internos nos debates coletivos do empreendimento econômico solidário; **(iii)** os laços de solidariedade e os modos de vida relacionados ao bem viver; **(iv)** os circuitos curtos de comercialização - campo cidade; e **(v)** os pontos que se afastam e os pontos que convergem o empreendimento econômico solidário de um empreendimento tradicional.

4.1 Interações políticas da frente de comercialização Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra

Os entrevistados apontaram que o empreendimento tem atuação e representação nos fóruns que discutem os temas Economia Solidária, Agroecologia e Agricultura Familiar, apesar de alguns apontarem a Rede Mandala como representante do empreendimento nestes espaços de discussão, conforme lembra Luiz Pequeno sobre a participação das mulheres do EES no Encontro Nacional das Mulheres da Reforma Agrária, no ano de 2020 em Brasília:

A gente lá em 2020, quando da pandemia, em março de 2020, lembro perfeitamente quando foi decretada a Pandemia oficialmente, as mulheres da Reforma Agrária estavam em Brasília. A Helena, minha colega de trabalho no sinergia, tava a Isabela e a Ana ela, elas estavam em Brasília no Encontro Nacional das Mulheres, o primeiro encontro do MST das Mulheres da história... O MST já tem mais de 40 anos de história e nunca tinha feito um Encontro só de mulheres. Isso só dá um caldo de conversa, porque não, não é! (Luiz Pequeno, Coordenador da Frente Feiras, 2023).

Observou-se que a participação nos fóruns municipal, estadual e federal, acontece a partir da Rede Mandala, sendo a partir dela, com representação do EES, a provocação para participação em espaços de discussão relacionados à Economia Solidária. Participam desses espaços de discussão representantes de outras Redes que fazem parte da Rede Mandala. É composta por diferentes segmentos da economia solidária, como as padarias comunitárias, os empreendimentos que trabalham com confecções, artesanato, os que prestam serviços, os que não comercializam, nem produtos, nem serviços, como os Clubes de Troca. Mas, a

participação do EES Produtos da Terra, na opinião da coordenadora da frente de trabalho de comunicação Helena Cantão, ainda é incipiente:

... hoje em dia a gente não tem representatividade. Eu já fui uma das pessoas que fui para o fórum. Então eu vou dizer uma coisa que eu sinto, já naquela época, viu Cynthia...“O fórum municipal eu sinto que é muito ainda o espaço do artesanato...eu senti uma certa dificuldade quando eu fazia parte...e aí, mas aí, é, a gente tá junto né! A gente nunca, por mais que a gente não participe do fórum que é uma instância representativa da sociedade civil, a gente, hoje, não consegue ter a representação lá, mas acho que também é por sobrecarga de trabalho, que eu sinto que a gente não consegue dentro das tarefas...enfim, não temos condições (Helena Cantão, Coordenadora da Frente Comunicação, 2023).

Ainda conforme as palavras da coordenadora, os trabalhadores da frente de comercialização acabam se desdobrando em várias atividades, o que faz com que estes trabalhadores acumulem muitas tarefas, sendo este um dos motivos para que algumas atividades deixem de ser realizadas, como a participação mais ativa nos fóruns de discussão da Economia Solidária, segundo Helena Cantão.

Esta é uma dificuldade apontada também pelo Coordenador da Frente Logística Ademir Fernandes que menciona a sobreposição de atividades em poucos trabalhadores, isso dificulta a participação em algumas das reuniões.

No entanto, os entrevistados participam em alguns fóruns, como exemplo, no Conselho Municipal de Economia Popular Solidária¹⁸, representando o componente rural da Rede Mandala na elaboração do I Plano Municipal de Economia Popular Solidária¹⁹, com participação do Coordenador de Logística.

Os integrantes do EES são incentivados, por parte do MST, ao exercício no processo organizativo, desde a gestão no empreendimento, como na comercialização dos produtos vindos das Cooperativas distribuídas no Estado:

¹⁸ O Conselho Municipal de Economia Solidária de Curitiba para gestão 2022/2023 tem conselheiros representantes: (i) Governamentais: Fundação de Ação Social (FAS), Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN), Secretaria Municipal de Saúde (SMS); (ii) Representantes de Empreendimentos Solidários: As Arteiras, Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA), Associação Utopia de Produtos e Serviços Para o Bem Viver, Cozinha Solidária do Movimento Nacional da População de Rua; e (iii) Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária: Rede de Saúde Mental e Economia Solidária - Libersol; Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA); Incubadora de Economia Solidária da UTFPR - Campus Curitiba - TECSOL; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UFPR); e Cáritas Curitiba.

¹⁹ O I Plano Municipal de Economia Popular Solidária foi aprovado em dezembro de 2021, com o objetivo geral construir participativamente o I PLAMSOL de Curitiba integrando ações do poder público e da sociedade civil organizada no campo da Economia Solidária visando o prazo de 2022-2025 e como objetivos específicos, dentre outros, fortalecer empreendimentos e entidades da Economia Solidária no cenário da política pública municipal.

Então, essa questão de ter da CCA fazer esse exercício de comercialização, tem um pouco esse intuito de a gente dominar a gestão dessa, desse, dessa, vamos dizer assim dessa, não sei se dessa fase, mas desse, enfim desse processo de comercialização, né! (Ademir Fernandes, coordenador da Frente Logística, 2023).

O EES recebe apoio do MST em todas as fases do processo organizativo, Conforme aponta Singer (2000) as EES tem uma razão de existir, e não apenas para ganhos materiais, visto que elas são além de econômicas, político e ideológicas. Segundo o autor, “os integrantes, por exemplo, de cooperativas formadas em assentamentos de reforma agrária compartilharam por vários anos acampamentos à beira de estradas e ocupações de fazendas, choques com a polícia, etc.” (Singer, 2000, p. 21).

Empreendimentos solidários, desde sua constituição, experimentam toda sorte de dificuldades, por isso Singer (2000), aponta que “o nascimento requer, em geral, o patrocínio de apoiadores externos, que podem ser outras empresas solidárias, incubadoras (órgãos especializados em formar e amparar tais empreendimentos” (SINGER, 2000, p. 21).

A interação política se verifica nos inúmeros encontros realizados, que significa para os integrantes do empreendimento espaços de fortalecimento, de aprendizado, de formas de construir juntos respostas às dificuldades encontradas em outros empreendimentos. Esta troca de experiências que os espaços participativos proporcionam permite construir, em conjunto, as propostas e reivindicações de ações que beneficiem todo o coletivo.

4.2 Autogestão, participação e democracia

A análise das entrevistas mostrou que o princípio autogestão, participação e democracia foi observado no EES entre os trabalhadores das coordenações das frentes de trabalho. Contudo, foi apontado que, por vezes, o volume de trabalho de montagem e distribuição das cestas, muitas vezes, impossibilita o exercício pleno da autogestão, com a participação de toda a equipe, em reuniões regulares para tomada de decisões inerentes ao funcionamento do empreendimento. As reuniões, quando acontecem, de planejamento, de comercialização, de preparação para participação em Eventos são decididas pela equipe de coordenação das frentes do EES.

Observou-se dificuldade, apontada pelos entrevistados do EES, que alguns trabalhadores da cidade têm em entender as implicações em ser associado a um

empreendimento solidário. Conforme o Coordenador de Logística, alguns trabalhadores da cidade não tem a mesma ligação com a Economia Solidária que os trabalhadores vindos dos assentamentos rurais:

“Não tem essa visão que há, não que eu tenho que eu vou continuar fazendo o meu trabalho, mas eu estou ajudando a cooperativa comprando, estou ajudando o Cefuria, estou ajudando no movimento, eu estou num, num papel maior do que um funcionário, não é?” (Ademir Fernandes, Coordenador de Logística, 2023).

Para Cançado (2004, p. 18) “há uma tendência a aceitar o trabalho hierarquizado (heterogestão) como a situação normal em relação ao trabalho, pressupondo que sempre há quem manda (o patrão) e quem obedece (o empregado)”. Isabela Graciano, Coordenadora do empreendimento aponta que muitos trabalhadores ainda resistem ao trabalho autogestionário:

E o pessoal que trabalhou aqui com a gente e muitos vinham disso né! De.... De aquela, aquela forma de patrão e empregado, a gente até coloca aqui não é assim e também não aceitava, enquanto uma mulher em coordenação... (Isabela, Coordenadora das Cestas Agroecológicas, 2023).

A observação do Coordenador da Frente Financeiro observa que dentro do MST, os trabalhadores são incentivados a participar da gestão em várias frentes, para adquirir experiência em todas:

A gente é fazer parte disso, não é? E de entender como que é esse processo. É de administrar isso, de gestionar, de relação com fornecedores, que são principalmente, as nossas cooperativas filiadas, de relação com o consumidor, de relação com outros processos de comercialização que podem, é se somar como parcerias! (Cristiano Cyszka, coordenador da Frente Financeiro, 2023).

Se os trabalhadores do EES que vieram de assentamentos de reforma agrária, ou de outros EES têm o princípio da autogestão apropriado na forma de gerir o empreendimento. No entanto, alguns trabalhadores sem ligação com ES não têm este entendimento, do que é ser um associado de empreendimento solidário. Essa é uma cultura a ser gestada e difundida, conforme sugere Luiz Pequeno:

Por isso que desafia, nossa gente, parece empregadores no deserto, sabe? Se a gente tá o tempo todo em alerta. Às vezes eu me sinto assim, mas ótimo, nós não queremos número. Não importa que seja milhares ou trilhões, às vezes é, é centena. Deixa essas centenas fazer bem, porque a cultura de um novo jeito de viver, trabalhar. É uma cultura, está em gestação, faz uns 10, 20 e 30 anos atuar (Luiz Pequeno, Coordenador da Frente Feiras, 2023).

Singer (2000) aponta que as empresas solidárias, são ao mesmo tempo associações comunitárias, os trabalhadores associados devem entrar com o entendimento que os seus anseios individuais não devem se sobrepor aos seus companheiros.

Azambuja (2009), atribui a esse trabalhador:

... o perfil de assalariamento seria aquele que efetivamente não faz a transição do modelo de empresa privada para o de cooperativa autogerida, fazendo potencial educativo da autogestão não se realizasse nesse grupo (AZAMBUJA, 2009, p. 312).

Há uma preocupação em manter o EES no princípio mais básico da Economia Solidária que é a autogestão e isso gera uma incomodidade com o fato de que outros trabalhadores não assumem o trabalho autogerido, conforme aponta Luiz Pequeno:

Por isso que a autogestão se dá, então, quando ninguém é autogestão, nada mais é do que não ter um patrão e não ter um empregado. Todos sabem das responsabilidades e todos são coparticipes dela, seja para ganhar ou para perder, porque às vezes a gente se ferra também. E aí a responsabilidade é do coletivo, né? De um só porque se o outro foi bom todo mundo ganha. Mas se um de nós falha, o todo também perde. Então é. É por isso que esse conceito da autogestão na economia solidária (Luiz Pequeno, Coordenador da Frente Feiras, 2023).

O MST tem essa política de incentivo aos associados de suas cooperativas ao exercício da gestão do empreendimento, à prática da autogestão e ao rodízio nas funções. A vinda dos associados para o empreendimento para exercer o rodízio nas funções do processo organizativo do EES, propicia a apropriação de todas as atividades dentro do empreendimento. Estes associados vêm representando suas cooperativas onde são assentados, conforme afirma o Coordenador da Frente de trabalho Financeiro:

Então, esse processo de desenvolver um processo de comercialização próprio, vem com esse intuito de a gente, se, é, se apossar, é desse, nessa perspectiva, de nós, como camponês e camponesa que estamos lá na organização da produção, organizando os processos de agroindustrialização, nas cooperativas das agroindústrias." Também, dá esse passo a mais que é, é desenvolver um processo de comercialização próprio (Cristiano Czcza, coordenador da Frente Financeiro, 2023).

A autogestão envolve os associados fazerem rodízio nas funções do EES, no entanto, atualmente há carência de profissionais que assumam algumas funções que estão descobertas no empreendimento, impossibilitando essa alternância de funções, ou de coordenação dentro do empreendimento, conforme aponta o Coordenador de Logística, que atualmente acumula funções:

Então, mas, mas a intenção nossa é nessa nossa, nesse nosso planejamento, não é ele. De qualificar mais a equipe, a equipe participar de todo o processo nosso, de entender o processo pra que também daqui a pouco vai assumindo essas coordenações (Ademir Fernandes, Coordenador da Frente Logística, 2023).

A diferença entre a empresa tradicional e a capitalista está no fato de o aprendizado gerencial ser limitado aos executivos, enquanto que esta capacitação se estende a todos os associados dos empreendimentos econômicos solidários têm a oportunidade, através da autogestão ao aplicar o rodízio de funções, de adquirir competências para todas as áreas da gestão do empreendimento (Singer, 2000).

4.3 Os princípios da Economia Solidária: Solidariedade, Bem Viver (Jeito de Viver)

4.3.1 Solidariedade

O empreendimento durante o período pandêmico organizou uma ação de solidariedade, as Cestas da Esperança, que consistia em alguns consumidores comprarem Cestas para serem doadas em ações conjuntas com o MST, dos trabalhadores do campo, para os trabalhadores da cidade moradores em assentamentos informais de moradia em Curitiba. A doação tinha procedência no Assentamento Contestado, segundo Isabela Graciano: “... Chegava caminhão, e caminhão aqui de produto que ia para as comunidades”. E lembra:

... São alimentos de qualidade, a gente sabe a procedência... Os nossos não são orgânicos, mas não são certificados, mas estão no processo que tem ali na agroecologia, né! Não tem o trabalho análogo à escravidão, então a gente já sabe disso ... Então, você tem a procedência do produto, igual se fala, não é só levar comida, mas saber a procedência (Isabela Graciano, Coordenadora da Frente de Comercialização Cestas Agroecológicas).

Outra ação solidária, do Centro de Distribuição, foi a ação executada em parceria com o Coletivo Luzia, que é um conjunto de mulheres formado com o intuito de ajudar mulheres, mães solas, pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, consiste em realizar entregas de cestas agroecológicas nas comunidades. Esta iniciativa foi continuada após o período pandêmico.

Tem um pessoal também que fizeram um trabalho bem bonito que foi a Coletivo Luzia... Elas compravam verduras nossas, a gente montava só cesta de verduras pra elas entregarem, elas faziam uma Campanha de Doação pra arrecadar e comprava da gente aqui, A gente ia lá e entregava pra elas (Isabela Graciano, Coordenadora da Frente de Comercialização Cestas Agroecológicas).

Segundo Roberto Baggio²⁰, coordenador do MST- Paraná, mais que uma ação beneficente ou de caridade, essa atitude tinha como princípio a colaboração do trabalhador do campo para o trabalhador da cidade, enfatizando a ação como um ato político de união e luta da classe trabalhadora.

4.3.2 Bem viver

Freddi (2015) identificou que o bem viver é contingente e pode ser restrito a algumas pessoas, em um tempo, e espaço onde vivem. Luiz Pequeno, Coordenador da Frente Feiras (2023) corrobora apontando que o jeito de viver está sendo construído, nem que seja para usufruto das próximas gerações “... estamos fazendo nossa parte, dos nossos netos, bisnetos, que faço melhor, com base naquilo” (Luiz Pequeno, Coordenador da Frente Feiras, 2023).

Para Souza (2015, p. 67) “as mulheres se sentem mais fortes, valorizadas, com maior autoestima por seu conhecimento e sua capacidade de inovar a partir do pouco” o protagonismo das mulheres nos EES. Este sentimento de protagonismo, de empoderamento pode ser verificado em entrevista:

(...) porque enquanto as pessoas não entendem que assim, enquanto uma mulher, enquanto coordenação, parece que não é muito validada quando é um homem, a gente sempre né! E às vezes fala a mesma coisa, só que daí ele fala, ele fala a mesma coisa que ela falou, mas é muito mais validado (Isabela Graciano, Coordenadora da Frente de Comercialização Cestas Agroecológicas).

E a coordenadora do EES segue apontando a discussão sobre gênero:

Foi muito importante para mim ter esse, outras opiniões, outras pessoas falando que eu pude também me senti à vontade, tipo ó antes eu ia numa reunião, eu não conseguia falar porque achava, que todo mundo tava falando bem, se eu não sei o que eu falava, gente, se eu for falar, acho que vou falar bobagem. Até tipo essas entrevistas assim eu fugia, eu falava, meu Deus, acho que eu não sei falar direito, eu não sei falar dessas coisas (Isabela Graciano, Coordenadora da Frente de Comercialização Cestas Agroecológicas).

Observa-se que a questão de gênero é consenso o incentivo por parte do MST, o respeito pelo lugar da mulher nas decisões e opiniões. Ainda que apareça pontualmente desconsideração pelo lugar de fala das mulheres. As ações promovidas

²⁰ Roberto Baggio, coordenador do MST em live informação verbal em live Partilha de alimentos e gás em Curitiba e Região, em 02/08/2020.

pelo MST com relação à gênero são espaços de conscientização e debates em torno do tema.

O ato político relacionado à compra das cestas agroecológicas não deve ser refletido apenas em comprar e se alimentar de produtos orgânicos, é necessário saber a procedência desses alimentos, conforme aponta Luiz Pequeno:

Não adianta você comprar as coisas maravilhosas do Fulano se ele bateu na esposa dele, se ele estuprou a filha da vizinha, porque assim, ó, não tem sentido esse produto agroecológico. Não faz sentido, ele está contaminado, moralmente contaminado. Ele não é o mais orgânico, porque o bem viver não está só na produção. Está também no fazer, no jeito de falar, no agir, não agir, né? Então, se é sobre o trabalho de uma mulher, está sendo escravo, aquele exemplo que houve lá no Rio Grande do Sul, dos sucos do trabalho escravo, assim, um escravo é um ótimo exemplo. Aquilo se acontecesse uma cooperativa nossa, acabou, destruiu. Aquela, aquele selo de qualidade (Luiz Pequeno, Coordenador da Frente Feiras, 2023).

Os eventos realizados pela Produtos da Terra integram outras redinhas, também envolvem outras pessoas que apoiam o empreendimento como parceiros, pessoas que em algum momento trabalharam no empreendimento e voluntários. Eles assumem a função de fortalecer a comunidade em torno enquanto integrantes da Rede de Economia Solidária.

Uma coisa que foi legal nesse Armazém Cultural nosso. Teve muito voluntário. Que a gente trabalhou e foi o bom desse trabalho, assim foi a equipe não se cansou, foi uma equipe legal que trabalhou... A gente aqui da CCA, trabalhou e mais o pessoal, amigos, nossos parceiros que estão em volta, já trabalhou com a gente em algum momento, ou namorado, marido ou esposa de algum trabalhador nosso aqui, e isso foi gostoso, foi cansativo, foi, mas não foi aquela coisa tipo de alguém está mandando você fazer de alguém, sabe? Foi uma coisa livre. A gente falou no nosso relatório que teve foi isso.... Foi a coisa boa de poder trabalhar, mas trabalhar bem, que é uma das coisas que a gente trabalha, fala: "Ah, a gente está aqui porque a gente realmente gosta (Isabela Graciano, Coordenadora da Frente de Comercialização Cestas Agroecológicas).

Os consumidores assumem o papel importante no fortalecimento e contribuem para a manutenção do empreendimento, o apoio dos consumidores foi observado quando a Coordenadora informou que muitos dos consumidores acompanham o empreendimento solidário desde o início da comercialização das cestas agroecológicas:

Uma coisa foi muito importante também assim, nesse processo que que contribuiu com a gente, os próprios consumidores, tem consumidor que está 7 anos com nós, desde o início, foram os que pediram os produtos, que nossas cestas começou devido às entregas do PAA que fazia ali no CECOPAM, o pessoal queria os produtos, né! Alimentos orgânicos, saudáveis, de assentamento, da agricultura familiar e nisso eles deram,

fizeram nessa força-tarefa de se reunirem e se organizar enquanto consumidores (Isabela Graciano, Coordenadora das Cestas Agroecológicas, 2023).

Os consumidores fazem parte daquela comunidade quando a Coordenadora afirma que eles têm afinidade com a ideologia, apoiam as políticas públicas voltadas para a Reforma Agrária, para a Economia Solidária:

Daí, assim, as pessoas têm esse trabalho com a gente antes de consumir cesta. Então, e, é isso que é isso que é o bom, assim! A gente fala, a gente tem o consumidor, mas também tem os amigos consumidores (Isabela Graciano, Coordenadora das Cestas Agroecológicas, 2023).

Após a Pandemia o empreendimento passou por um momento de queda nos pedidos de cestas, coincidente com o relaxamento das bandeiras sanitárias, atribuído, de acordo com a Coordenadora do empreendimento, ao avanço da vacinação contra o COVID-19. Visto que durante o período crítico os consumidores das cestas buscavam forma mais saudável de se alimentar, conforme aponta Isabela Graciano:

E daí depois que foi, conforme, foi tomando as vacinas e foi mudando, foi abrindo os espaços, o pessoal foi diminuindo, então isso é uma questão muito da alimentação, digo no geral, porque não é só com nós, outros espaços também. As pessoas pararam de se alimentar bem. E é isso também que caiu, tipo, não é questão de ser só o orgânico, mas de se alimentar porque se é alimentar, o comer direito! (Isabela Graciano, Coordenadora das Cestas Agroecológicas).

A agroecologia é uma forma de respeito à natureza que vai de encontro ao sentido do bem viver, apontado por Alcântara e Sampaio (2017) que aborda duas práticas: o respeito à diversidade e a natureza, bem como exalta o fortalecimento das relações comunitárias, dois temas caros à economia solidária.

Para o empreendimento a parceria com os consumidores é importante para sua manutenção, eles desempenham o papel político de apoio ao MST. Este apoio perpassa a escolha por consumir os produtos orgânicos para melhorar a saúde. O consumo das cestas agroecológicas para uma boa parte dos consumidores é apoiar a causa da Reforma Agrária, da manutenção do agricultor familiar no campo, de apoiar a economia solidária.

4.4 Integração Campo Cidade

A coordenadora da frente Comunicação aponta o início da integração campo-cidade na composição das cestas agroecológicas:

O meu empreendimento fazia feira, na Feira do Portão, Feira de Economia Solidária do Portão, que é um empreendimento da Rede Mandala e a gente trazia alguns dos produtos que faziam parte das Cestas. Mas, era tudo muito de experimentação, sabe! ((Helena Cantão, Coordenadora da Frente Comunicação, 2023).

Na Integração Campo-Cidade ressalta-se o papel político do consumidor que contribui para o fortalecimento da agroecologia e a permanência do agricultor no campo, conforme aponta Cardoso “que vai além da busca por alimentos saudáveis, em direção é crescente o interesse em saber como esses alimentos foram cultivados e sob que condições ambientais (SILVA *et al*, 2018, p. 2).

O efeito pedagógico da Cesta Agroecológica não pode ser perdido, porque ele não é só comer, é também formar cidadãos e cidadãs críticos de que aquele alimento ele tem uma história, tem uma vida, tem uma sustentabilidade, tem uma habilidade econômica que manter a pessoa no campo é saudável (Luiz Pequeno, Coordenador da Frente Feiras, 2023).

Corroborando Isabela Graciano, Coordenadora das Cestas Agroecológicas que observa que os produtos trazidos do campo para a cidade contam uma história, vêm carregados de valores e princípios:

Esse Campo-Cidade para mim, eu acho muito, muito essencial assim, porque você está trazendo um produto, você está trazendo a história, a pessoa que produz aquele produto, né! E também você está levando, você está fazendo aquilo, a pessoa produz com carinho, você continua aquele carinho e leva aquele carinho, né, Para o consumidor, eu acho muito importante, isso! (Isabela Graciano, Coordenadora das Cestas Agroecológicas, 2023).

A coordenadora do EES destaca que o empreendimento só conseguiu avançar e ganhar visibilidade devido ao apoio do MST para a integração campo-cidade. Ela ainda ressalta que outro fator importante é que os consumidores se identificam com a luta do Movimento:

E a gente também tem esse negócio, né! A gente, a gente só sobreviveu tudo isso também porque também a gente é MST, tem um apoio muito grande, as pessoas também conhecem a história do MST. Isso que fortalece a gente, as pessoas que vêm e falam: “Não, eu vou comprar porque é do MST eu sei da onde veio”. Ou eles falam: “Eu tava lá no Assentamento da Lapa, eu fui lá na Cooperativa Terra Livre, e eu vou pegar um produto deles aqui (Isabela Graciano, Coordenadora das Cestas Agroecológicas, 2023).

Os consumidores foram atores importantes para a consolidação das cestas agroecológicas, visto que muitos acompanham o empreendimento desde o início da comercialização, de acordo com Isabela Graciano, construíram o trabalho juntos:

São um povo, né? E aqui ele sabe a nossa procedência, sabe de onde vem, sabe a luta do MST. E são pessoas que construiu com a gente, não é só um consumidor de internet, mas que construíram com a gente esse trabalho tem consumidor que a gente conhece, que vem aqui. A gente já está né! Tem essa conversa ali e também são pessoas que conhecemos que estão em outros espaços. É um pessoal que já foi no assentamento, que é professor, que já deu aula não sei pra quem quem? E tudo isso gerou, gera né esse nosso fomento de cestas (Isabela Graciano, Coordenadora do Centro de Distribuição, 2023).

Os consumidores assumem o papel político ao optarem por consumir os alimentos orgânicos, produzidos no Assentamento de Reforma Agrária, muitos acompanham o EES desde o início das atividades, há 7 anos compram as cestas agroecológicas, isso fortalece o empreendimento, fortalece o apoio à Reforma Agrária e o papel dela para a Segurança Alimentar, conforme apontado por Isabela Graciano, Coordenadora das Cestas Agroecológicas:

Então, eles já sabem isso. E ali no Passeio Público também, o pessoal: “ah! A gente só estava esperando vocês chegarem aqui no Passeio Público”. E já era vão em vocês ali. Outros espaços que a gente tá: “não estava esperando vocês, porque eu conheço vocês, eu conheço, conheço o Ademir”, que o Ademir, fala Ademir, todo mundo conhece o Ademir... (Isabela G. Graciano, Coordenadora do Centro de Distribuição, 2023).

A coordenadora enfatizou a vontade de o MST apoiar a instalação de Armazéns do Campo em bairros mais distantes da área central, com preços mais acessíveis:

Falar de, de, de agroecologia e de produção orgânica é isso né! A gente não, a gente tem... A gente falava assim: A gente quer fazer um Armazém (do Campo), um Armazém num bairro, mas que ele seja com o preço mais em conta, que seja mais baixo, não é que a gente também coloque isso né! Esse custo mais baixo para quem possa estar, pra todo mundo possa consumir produto orgânico, tinha que ser pra todo mundo consumir (Isabela Graciano, Coordenadora do Centro de Distribuição, 2023).

No entendimento sobre o que é de fato o trabalho cooperado nem todos os trabalhadores se apropriam da proposta de trabalho autogestionário, ao contrário dos trabalhadores do campo, em especial os assentados da reforma agrária que têm a prática da autogestão cotidiana na sua forma de agir.

Esta é uma dificuldade observada na integração campo-cidade, apontada em algumas entrevistas, que o entendimento sobre como funciona a autogestão por trabalhadores acostumados ao assalariamento, sobretudo os trabalhadores diaristas, os da cidade. Isso é atribuído ao desconhecimento dos princípios que norteiam a economia solidária.

4.5 Os pontos que afastam e o pontos que convergem o empreendimento econômico social de um empreendimento tradicional

Os EES da Rede Mandala tinham dificuldade em operar ferramentas tecnológicas, esse é um ponto que os empreendimentos tradicionais tendem a se adaptar mais facilmente a adoção de ferramentas tecnológicas que aumentem o lucro, e por outro lado diminuam os custos. No entanto, durante a Pandemia do COVID19, e pós Pandemia, se adaptaram e está nos planos implantar um comércio justo por este meio de comercialização, conforme relato do Coordenador da Frente Feiras:

Então nós temos que aprender com a tecnologia do mercado e fazer o mercado justo, que o comércio justo não é uma forma de, de mercado, só que isso aqui é um, é um comércio. como o próprio nome diz, justo que ele não tenha exploração ali. Então nós fazemos com essas tecnologias, o nosso *marketplace*, o nosso portal (Luiz Pequeno, Coordenador da Frente Feiras, 2023).

Uma dificuldade nos EES é aprender a precificar o trabalho, para justamente fugir da lógica do mercado de trabalho tradicional que privilegia o lucro em detrimento do bem-estar do trabalhador, conforme apontado por Luiz Pequeno:

Hoje, a gente estava cobrando, quer dizer, a gente está trabalhando de graça, pegando a bicicleta e a gente entrega de bicicleta ou de, ou de carro. Então a gente estava pegando a bicicleta, fazendo entrega nos bairros, num raio de abrangência que a gente domina, o que e, praticamente de graça, quer dizer não. Num banco, almoço, lanche, tal deslocamento daquele operário para trabalhar. Então, aí, ó precarização, precarização vale? Para isso, nós não podemos fazer com que os nossos sejam precarizações em nome da agroecologia na economia solidária, não, não podemos ser é, é, é escravizar tanto quanto o mercado normal, né! (Luiz Pequeno, Coordenador da Frente Feiras, 2023).

Citando o primeiro princípio do cooperativismo, a adesão voluntária e livre, o coordenador de logística enfatizou o fato de que a entrada de empreendimentos solidários é aberta a todas as pessoas que queiram participar:

Uma contribuição também dos parceiros, e sempre é aberto assim, não é um sistema fechado que às vezes acaba inibindo de outras cooperativas participarem, ou também de outros parceiros se aproximar. Então é uma iniciativa que ela tem essa abertura e todo mundo que vem, se identifica né e também dá sua opinião e contribui, então eu acho que esse é o diferencial que nós temos da empresa, sem conta na gestão, que a gestão é o coletivo que faz... (Ademir Fernandes, Coordenador da Frente Logística, 2023).

Outro ponto importante do empreendimento e abordado é o cuidado com as pessoas, com a saúde física e mental, conforme os coordenadores Ademir e Isabela citam:

Então eu acho que uma das coisas que a gente aprendeu muito com a questão do espaço ali que eu conversei com eles é a gente sempre colocar primeiro as pessoas... Se informa com as pessoas como ela está se sentindo na iniciativa, se estão se sentindo bem e depois a gente dá a sequência nos outros processos (Ademir Fernandes, Coordenador da Frente Logística, 2023).

Isabela Graciano aponta a possibilidade de cuidar da saúde como o fato que afasta do empreendimento tradicional:

Porque também é uma coisa muito humana, como que a gente trabalha isso. Como a gente traz essa relação, porque hoje aqui pra gente assim eu falo, assim, do jeito que eu estou aqui, se eu trabalhasse em outro lugar, eu já tinha sido mandada embora, porque você não pode parar pra você ir no médico, você não pode parar no meio do serviço para fazer alguma atividade, você não pode chegar atrasado em outro local. Então assim, aqui a gente tenta entender coisas que a gente tem, coisas que não tem, como você fazer regra em outro espaço não tem isso! (Isabela Graciano, Coordenadora do Centro de Distribuição, 2023).

Outra diferença apontada por Coordenadores do EES é que o empreendimento convencional apenas repassa o valor para o consumidor. Isabela Graciano aponta que o empreendimento segura o preço entendendo que o princípio do comércio justo deve ser observado:

Esses impostos que encarecem o produto, sabe? Então deixa tudo mais caro... Às vezes tem coisa que a gente não consegue segurar mais. A gente sempre tenta pra fazer isso, para todo mundo possa consumir os produtos, né! (Isabela Graciano, Coordenadora do Centro de Distribuição, 2023).

O EES da mesma forma que um empreendimento tradicional necessita esse olhar para a empresa, tem que pensar que o empreendimento não tem a figura do chefe, porque todos os trabalhadores são o chefe, e têm de pensar coletivamente no empreendimento, de forma horizontal e isso implica em obrigações para com o empreendimento, como aponta Luiz Pequeno:

Quando você está dentro do empreendimento, aí você vai aprender que lá é coletivo, é junto, é horizontal, não tem dono, mas também não tem empregado, não tem escravo, não tem nem patrão nem escravo. Aí já é ontem com outro para para. Aí tem outra coisa, finanças há não é muito melhor quando o patrão me paga salário, eu cumpro minha carga horária de trabalho vazo embora. Não existe na economia solidária, a gente trabalha mais do que quando é empregada. E também, não é só na economia solidária. Se você pegar um pequeno comerciante, uma pessoa orientada pelo Sebrae, eles reclamam da mesma coisa (Luiz Pequeno, Coordenador da Frente Feiras, 2023).

Corroborar esse entendimento o Coordenador de Logística:

As pessoas da cidade, a gente já contratou vários aqui, da, da cidade, também tem essa ligação com a economia solidária, mas eles entendem como um emprego: Ah, eu vou trabalhar no CD, eu tô trabalhando lá, pra ganhar a minha hora de trabalho e ir embora (Ademir Fernandes, Coordenador da Frente Logística, 2023).

Na visão dos coordenadores, o EES se aproxima das empresas tradicionais nas questões burocráticas, como contabilidade, financeiro, a parte administrativa, conforme apontado pelo Coordenador de Logística, Ademir Fernandes:

Daí, eu acho que o que nos iguala às outras empresas que não tem como fugir é a questão do nosso administrativo né... Aí ele passa a ser até pior, mais dificultoso no sentido de administrar né, porque não é você que toma as decisões sozinho, né, aí as coisas tem que ter momento de outros atores... (Ademir Fernandes, Coordenador da Frente Logística, 2023).

Segue o coordenador de logística, Ademir Fernandes:

E a gente precisa se igualar aos sistemas que as empresas usam, tem o sistema de controle de contas a pagar e a receber né, a gente tem que ter o nosso contador, toda essa questão aí de ter um controle fiscal, porque nosso sistema ele é vinculado à receita federal, e aí a gente tem que ver essa questão dos impostos todos. Então, nessa questão fiscal aí e administrativa a gente não tem como se diferenciar das outras empresas... (Ademir Fernandes, Coordenador da Frente Logística, 2023).

Nessa parte administrativa, o rodízio é limitado dentro do empreendimento, por ter questão burocrática e fiscal envolvida, que é necessário formação específica, como a figura do contador, continua Ademir Fernandes:

Daí, você tem... Imagina, você juntar todos esses atores pra fazer isso... Nós temos o Jonathan ali que ajuda nós ali na questão do sistema, ele vira e mexe tá quebrando a cabeça pra tentar organizar, você imagina, nós temos 22 cooperativas filiadas à CCA, e aí cada Cooperativa tem a sua linha de produção, seus produtos. E aí o contador também se vê doido às vezes também, fazer esses cadastros dos produtos, ver a documentação (Ademir Fernandes, Coordenador da Frente Logística, 2023).

Aproximação do empreendimento econômico solidário de um empreendimento tradicional está nessa dificuldade de vender a produção é parecida ao tradicional, a preocupação em vender, para poder fechar as contas, na visão da Coordenadora da Frente Comunicação:

A gente tem sempre que estar preocupado com isso, sabe? Por mais que a gente seja um empreendimento super bacana, que a gente tenha esse diferencial, etc. Se o nosso consumidor não tem dinheiro, e se o nosso consumidor não consome a gente não dá conta de se sustentar (Helena Cantão, Coordenadora da Frente Comunicação, 2023).

Ainda que a preocupação em fechar as contas, apareça como proximidade ao empreendimento tradicional, ela ainda difere, visto que o fim não é o acúmulo de capital, e sim a preocupação coletiva com a continuidade do empreendimento solidário. Em consonância com o comércio justo²¹.

4.6 Síntese das análises e discussões

Quanto ao princípio da Autogestão, que é o princípio fundamental da Economia Solidária, observa-se nas entrevistas que a autogestão é praticada no processo organizativo do empreendimento. São realizadas reuniões semanais para planejamento, controle de qualidade dos produtos, correção dos procedimentos na atuação das frentes de trabalho, para avaliação do trabalho semanal e de correção das deficiências. Já as decisões relacionadas às questões externas ao Centro de Distribuição são de responsabilidade da CCA que é a matriz do empreendimento.

Nas reuniões de autogestão cada frente de trabalho (administrativo, financeiro, comunicação, logística, feiras) traz as suas questões semanais e são discutidas coletivamente as soluções para as questões colocadas. Apesar de cada coordenador ser responsável por sua frente de trabalho, por vezes, auxiliam em outras frentes caso seja necessário.

Apesar de os coordenadores das frentes de trabalho terem consciência de como o princípio autogestão deve ser adotada no processo organizativo de um empreendimento solidário, e como deve ser a atuação por parte dos trabalhadores, muitos trabalhadores que se somam ao EES não têm esse entendimento, isso gera uma incomodidade no processo organizativo.

Sobre o princípio solidariedade, todos os entrevistados mencionaram a ação conjunta com o MST para doação de Cestas Esperança para comunidades em situação de insegurança alimentar. Esta ação conta ainda com a parceria de consumidores das cestas agroecológicas que adquirem uma cesta para doação, ou doam determinado valor para montagem da Cesta Esperança. A ação teve início na Pandemia do COVID-19 e foi continuada após o período crítico da Pandemia que pode ser adquirida ainda hoje pelo site do empreendimento.

²¹ Conforme princípio apontado na Carta de Princípios da Economia Solidária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - III Plenária, junho de 2003. <https://fbes.org.br/acervo/>.

Mas, a solidariedade dentro do EES é mais do que realizar as ações solidárias, dos trabalhadores do campo para os trabalhadores da cidade. Pode ser observada no respeito ao trabalhador, à saúde física e mental. A solidariedade pode ser verificada no apoio que o EES teve dos parceiros desde o início de funcionamento até a consolidação na venda das cestas agroecológicas.

Como redes de apoio ao trabalho, foram mencionados, a própria CCA, que é a matriz do CD. O MST foi fortemente mencionado como a instituição de apoio ao empreendimento, principalmente com relação à formação política dos trabalhadores, e nas ações de solidariedade executadas pelo empreendimento.

A Rede Mandala, que apoia o empreendimento com capacitação, organização, integração e articulação de toda a rede, além de articular a representação desses empreendimentos solidários nos fóruns municipal, estadual e federal de Economia Solidária, foi a responsável pela doação de equipamentos, como câmara fria para armazenamento de produtos e caminhão de entregas do empreendimento.

Os consumidores são importantes parceiros do EES, muitos acompanham o empreendimento desde antes da constituição como filial. Os entrevistados apontam que a escolha por consumir as cestas agroecológicas vai além de querer se alimentar com produtos orgânicos e saudáveis, eles afirmam que é um ato político.

A integração campo-cidade é importante para o MST, e de acordo, com os entrevistados foi planejada como uma diretriz, que foi materializada quando a CCA entrou na Rede Mandala. O empreendimento avançou muito desde o início das atividades, estando presente em cinco feiras orgânicas físicas e também no *site* produtosdaterra.com adentrando a comercialização dos produtos no *e-commerce*.

Os resultados da pesquisa apontam para a importância das políticas públicas que fortaleçam as iniciativas de integração campo-cidade. Isso contribui para os empreendimentos econômicos solidários da cidade, que comercializam os alimentos orgânicos da agricultura familiar e da reforma agrária, e que são a conexão com os trabalhadores do campo, que possam se fortalecer mutuamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo procurou-se analisar as interações entre os empreendimentos da agricultura familiar com os empreendimentos econômico solidários e como se organizam a partir dos princípios da economia solidária. Com a questão da pesquisa: Como os princípios da economia solidária estão inseridos cotidianamente solidário?

Para se alcançar o objetivo geral buscou-se analisar as interações políticas entre o empreendimento solidário e os atores externos. Analisar como os princípios da ES ocorrem nos debates coletivos, e no processo organizativo. E compreender o que os afasta e o que os aproxima de empreendimentos tradicionais.

Retomando a proposta do estudo empírico inicia-se pela apresentação da Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade - Rede Mandala, que é a Rede à qual estão ligadas oito redes de economia solidária do campo e da cidade, e a partir dela se articulam e se fortalecem mutuamente, para sua produção e sua reprodução social, são as chamadas “redinhas”.

Uma destas “redinhas” do campo, é a Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA/PR) e a sua filial, o Centro de Distribuição de Produtos da Reforma Agrária e Economia Solidária (CD). O CD se organiza em frentes de trabalho, dentre estas a frente de comercialização, que por sua vez se divide em três outras frentes, a frente feiras, frente atacado e a frente objeto desta pesquisa a frente Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra.

A metodologia utilizada na pesquisa para atingir o objetivo foi realizado um estudo de caso com o EES Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra. Realizou-se pesquisa de campo por meio de entrevistas com os atores que participam do processo organizativo do EES. O instrumento utilizado foi a coleta de informações por meio de um questionário estruturado composto por perguntas com ordem, fixa e iguais para todos os entrevistados (Gil, 2008). As perguntas estão relacionadas aos princípios da Economia Solidária estudados no processo organizativo do EES: autogestão; solidariedade; integração campo-cidade; e o bem viver

As entidades Cefuria, Tecsol, em consórcio, por meio do Termo de Fomento, Nº 00029/2017, celebrado entre o Ministério do Trabalho, através da Subsecretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), e o CEFURIA. A execução deste Termo de Fomento, contou com parceria da Incubadora TECSOL (UTFPR), em todas as fases desde a construção do Projeto até a total execução, na qual os

empreendimentos solidários do campo e da cidade da Rede Mandala se beneficiaram e se fortaleceram.

Este Projeto apoiou os EESs, do campo e da cidade, e verifica-se nos mais variados sentidos, desde disponibilização de equipamentos de câmara fria para resfriamento dos alimentos, caminhões para as entregas das compras institucionais, e no trabalho de logística das feiras. Também foram realizadas formação política e capacitações nas áreas de gestão de empreendimentos econômicos solidários como planejamento estratégico, comercialização, assessoramento contábil, fiscal e jurídico e apoio para realização de feiras locais e nacionais. Isto foi essencial para atravessar o período difícil para a economia solidária desde o golpe de estado.

Rede Mandala foi o nome proposto para a Rede de Integração Campo-Cidade composta por diversos empreendimentos do campo e da cidade que existiam, mas ainda não estavam estruturados em rede. O Termo de Fomento beneficiou todos os EESs, ou “redinhas” integrantes da Rede Mandala, que com o apoio recebido, avançaram e ampliaram os espaços de comercialização. Isso colaborou na organização e estruturação em rede de todos os EESs participantes deste processo.

A forte adesão da CCA à Rede Mandala foi facilitada pelo fato de haver um prévio planejamento para iniciar a integração campo-cidade através da comercialização em circuito curto, como no caso das Cestas Agroecológicas, as feiras e o *e-commerce* pelo site produtosdaterra.com. A CCA/PR, e as demais Cooperativas da Reforma Agrária distribuídas pelo Estado do Paraná são pilares para o funcionamento do EES, especialmente na organização dos empreendimentos do campo e para a Integração Campo-Cidade.

Todas estas entidades participam, juntamente com o EES de fóruns municipal, estadual, federal, participação em Seminários, Conferências, espaços de construção de políticas públicas para a Economia Solidária como a construção do I Plano Municipal de Economia Solidária de Curitiba. Estes fóruns se fortalecem mutuamente, ao que Mance (2002) chama de realimentação para colaboração solidária nos campos da economia, política e cultura.

Pode-se dizer que apesar do período político turbulento, quando foi fundada a Rede Mandala, e posteriormente a Pandemia do COVID-19, que por um lado, o período era de apreensão, devido à emergência sanitária, por outro lado, para a “redinha” foi comercialmente o melhor momento. As vendas das cestas agroecológicas tiveram aumento significativo. Isto, ajudou a dar mais visibilidade ao

empreendimento econômico solidário porque as vendas passaram de 20 a 30 por semana, para uma média de 200 cestas agroecológicas vendidas. Ampliaram-se os outros espaços, de vendas, bem como mais consumidores foram aderindo à proposta da comercialização das cestas agroecológicas.

Observou-se que o empreendimento recebeu apoio desde a sua concepção, e dentre as entidades que apoiam o EES, destaca-se o papel da TECSOL (UTFPR), como incubadora de Economia Solidária. A TECSOL tem atuação importante na Rede Mandala, faz a articulação dentro da rede, apoia com formação para os membros, promove reuniões, participa e fomenta a participação das “redinhas”, nos Seminários e Fóruns e instâncias políticas de Economia Solidária em Curitiba e RMC.

O MST foi fortemente mencionado como instituição de apoio ao empreendimento, apoio com relação à formação política dos trabalhadores. Como redes de apoio ao trabalho, destaca-se, a própria CCA, que é a matriz do CD, e as demais Cooperativas da Reforma Agrária distribuídas pelo Estado do Paraná.

A Rede Mandala e o CEFURIA, apoiaram o EES de várias maneiras, com o financiamento recebido, através do Projeto que estas entidades, em consórcio, foram contempladas, com o objetivo de apoiar projetos de economia solidária. Através deste Projeto foi possível fornecer ao EES equipamentos de infraestrutura, caminhões para melhorar a logística das feiras e entregas e capacitação. O apoio recebido destas entidades foi fundamental para a consolidação das Cestas Agroecológicas.

O princípio autogestão foi o trabalhado pela Incubadora TECSOL (UTFPR), e o Cefuria dentro da Rede Mandala, no GT de Formação com a intenção de aprofundar o tema junto aos EESs. Dentro da “redinha” este princípio não era novo, visto que alguns coordenadores das frentes de trabalho têm a autogestão internalizada, por fazerem parte do MST, e serem assentados da Reforma Agrária. O Movimento incentiva o exercício da autogestão, a participação democrática, a igualdade entre homens e mulheres, em todas as decisões. Os coordenadores que vieram de outros EESs, entraram nas Cestas Agroecológicas porque faziam trabalho relacionado às entregas do PAA. Estes atores também já tinham contato prévio com os princípios da economia solidária, e tinham a autogestão como norte na forma de organizar o trabalho.

Por outro lado, o fato de o empreendimento ter poucos associados, e sobrecarga na demanda de trabalho, eventualmente atrapalha o exercício pleno da autogestão, conforme observado na análise das entrevistas, que por vezes, não

conseguem manter a rotina de planejamento semanal, ou o rodízio nas funções do empreendimento mais adequada ao processo organizativo da “redinha”.

Há os trabalhadores “diaristas”, que recebem por dia trabalhado e sem vínculo prévio com empreendimentos solidários, estes trabalhadores não se apropriam dos princípios da economia solidária e se pautam pela lógica do patrão-empregado, conforme apontado nas entrevistas. Azambuja (2009, p. 312) atribui a isso “uma perspectiva que reconhece que o processo de formação de valores ideológicos depende tanto da experiência de trabalho autogerido como do sujeito social que expressa determinados valores”. Observa-se que esta diferença na forma como o trabalho é conduzido gera incomodidade entre os trabalhadores.

Foi observado durante as entrevistas que apesar da falta de regularidade, a autogestão é uma instância importante de decisões aos associados. Na organização de Eventos, de Feiras eventuais, a organização e decisões são feitas em conjunto, sendo cada representante da sua coordenação o responsável pelas decisões inerentes à sua coordenação, mas as decisões relacionadas à “redinha” são tomadas em conjunto.

Sobre as instâncias de decisões, relacionadas a questões jurídicas, foi relatado, por todos os entrevistados, que a CCA, matriz do empreendimento, é quem decide. Ao Centro de Distribuição são atribuídas as decisões quanto ao processo organizativo, às atividades cotidianas.

O princípio solidariedade, além das entidades de apoio citadas anteriormente, conta com apoio importante dos consumidores das cestas agroecológicas que contribuem para a integração campo-cidade, desde o início do EES com a iniciativa de criar os grupos de *whatsapp* para pedidos de cestas. São parceiros nas ações de solidariedade que o EES realiza, comprando Cestas Esperança e fazendo doações para montagem das mesmas, nas compras excedentes nas feiras.

Tal qual as cooperativas, o empreendimento econômico solidário não tem o lucro como fim, mas, conforme observado na análise das entrevistas, há interesse em se discutir uma forma de utilizar as sobras para, reinvestir no EES, ou para um fundo de solidariedade, ou ainda implantar um lucro social para que se possa utilizar essa “sobra social” em benefício dos associados. Esta estratégia possibilita que a distribuição possa gerar mais renda, visto que se reinvestida nas redes pode gerar mais riqueza e ser repartida entre os trabalhadores (CANÇADO, 2002).

O EES realiza ações conjuntas com o MST, a CCA para doação das Cestas Esperança para comunidades em situação de insegurança alimentar. Esta ação conta ainda com a parceria de consumidores das cestas agroecológicas que adquirem uma cesta para doação, ou doam determinado valor para montagem das Cestas Esperança. Esta ação não é um ato de caridade, pois o MST tem como premissa que a doação que se faz, também se recebe. Com estas ações de solidariedade executadas em conjunto, foram doadas toneladas de alimentos durante a Pandemia do COVID-19, e continuadas após o término.

Na integração campo-cidade, verifica-se na comercialização em circuitos curtos, e com a parceria dos consumidores que contribuíram para que a integração campo-cidade ocorresse, todos os entrevistados relataram que foi a partir da iniciativa desses consumidores que o empreendimento teve início, e que foram atores importantes com a provocação da venda das cestas agroecológicas.

Quanto ao princípio bem viver foram apontados diferentes aspectos, como o respeito ao trabalhador, o trabalho digno. Outro entendimento sobre o bem viver foi quanto à questão de gênero, o respeito a voz e vez da mulher nos debates coletivos, que muitas vezes é passado despercebido, e não é respeitado.

O bem viver pode ser observado no consumo consciente, quando o consumidor assume o papel político em adquirir os produtos agroecológicos, e apoiar a Reforma Agrária e os agricultores familiares estão dentro dela (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017).

Quanto ao consumo entre as “redinhas”, os entrevistados relataram que poderia ser mais praticada essa interação, mas que acontece um pouco, como a compra das sacolas (Ecobags) para a Feira de Agroecologia que aconteceu em São Paulo em 2022. Alguns atribuíram à falta de conscientização. No entanto, observa-se esta interação em Eventos, Feiras, Jornadas da Agroecologia que os EESs da cidade e do campo se unem para realizar em parceria.

Os empreendimentos tradicionais tendem a se adaptar a inovações tecnológicas mais rapidamente que os empreendimentos solidários. Durante a Pandemia ficou evidente essa distância. No entanto, ao se adaptarem, o empreendimento evoluiu rapidamente a ponto de passar a comercializar as cestas agroecológicas através de *e-commerce*.

O empreendimento econômico solidário as pessoas têm mais liberdade para desempenhar suas funções, o que não quer dizer que o trabalho seja menor, ao

contrário, sem a figura do chefe os associados, os trabalhadores têm mais trabalho, pois todos são o chefe. A forma horizontal de trabalho é um pensar coletivamente na gestão do empreendimento.

O cuidado com as pessoas é uma questão que afasta o empreendimento solidário do tradicional, para os entrevistados, é preciso cuidar da saúde dos trabalhadores. Nestes empreendimentos os trabalhadores não são somente os “colaboradores”, são pessoas que requerem uma atenção, um cuidado, de acordo com alguns entrevistados.

Sobre os pontos que se convergem para uma empresa tradicional refere-se ao fato de o empreendimento econômico solidário ter as mesmas obrigações fiscais e financeiras que a empresa tradicional. E apesar de o EES não ter o lucro como objetivo final, deve haver recursos para que o empreendimento se viabilize economicamente. Isso é um motivo de preocupação entre os coordenadores, visto que para o EES não é apenas a comercialização das Cestas Agroecológicas que importa, mas fortalecer a integração campo-cidade, a economia solidária e a reforma agrária.

Observou-se, ao fim da pesquisa, que o EES, apesar de dificuldades no processo organizativo, por fatores como ajustar expectativas, tanto dos trabalhadores acostumados com o trabalho autogerido e solidário, como dos trabalhadores acostumados em ter um chefe, um patrão. Os trabalhadores procuram pensar coletivamente no empreendimento e pautar o seu processo organizativo pelos princípios da economia solidária.

A partir das vendas das cestas agroecológicas o empreendimento apresenta avanços observado na abertura de novos espaços de comercialização como feiras, eventos, e o reconhecimento da marca Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra, que além de comercializar produtos agroecológicos de qualidade do campo para a cidade, promove o fortalecimento da Agricultura Familiar, da Reforma agrária e da Economia Solidária junto aos consumidores conscientes, e à sociedade em geral

Aponta-se como sugestão para novos estudos a observação do EES a partir do olhar dos consumidores, visto que muitos deles acompanham a trajetória do empreendimento desde a concepção. Isso possibilitaria uma melhor visão da integração campo-cidade, sob este ponto de vista. Para os gestores do EES é clara a importância do papel dos consumidores para que a integração campo-cidade seja plena, para o fortalecimento da agricultura familiar e da economia solidária.

REFERÊNCIAS

- ACI – Associação de Cooperativas Internacional. Disponível em: <https://www.ica.coop/>
- ACOSTA, A. O **bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução: Tadeu Breda, São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.
- ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 40, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/issue/view/2324/showToc>. Acesso em: 13/03/2023.
- DE ARAÚJO, A. L. *et al.* Economia Solidária – A economia real do desenvolvimento sustentável nas Colônias Iapó e Santa Clara no município de Castro–PR. In: **Tópicos em Gestão da Produção** Volume 3, p. 51, 2017. Disponível em: [Topicos em Gestao da Producao vol3.pdf \(poisson.com.br\)](#). Acesso em: 22/02/2024.
- AZAMBUJA, L. R. Os valores da economia solidária. **Sociologias**, p. 282-317, 2009. Disponível em: [SciELO - Brasil - Os Valores da Economia Solidária Os Valores da Economia Solidária](#). Acesso em: 03/03/2023.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa *snowball* (bola de neve). **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 27, 2011.
- BEATRIZ, M. Z. *et al.* **Rede Mandala: Economia Solidária Entrelaçando Campo e Cidade**. Curitiba: InVerso Editora, 2023.
- BELIK, W. **Circuitos de agricultura familiar no Brasil: notas para discussão. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 223-44, 2017.
- BENINI, E. A. Sistema orgânico do trabalho: uma perspectiva de trabalho associado a partir das práticas de Economia Solidária. In: BENINI, E. A. *et al.* (organizadores). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. Outras Expressões. 1. ed. São Paulo, 2011.
- BIANCHINI, V. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e a sustentabilidade da agricultura no Vale do Ribeira – Paraná**. 2010. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Paraná – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba, 2010.
- BISCHOF, M. S. **A construção social de mercados nos centros de comercialização permanente da agricultura familiar do Estado do Paraná**. 2016. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

BRANDEMBURG, A. **Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 6, 2002. Disponível em: [Open Journal Systems \(ufpr.br\)](http://ufpr.br). Acesso em: 25/03/2023.

BRANDEMBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, p. 417-428, 2010. Disponível em: [AmbSoc V13 N2.indb \(scielo.br\)](http://scielo.br). Acesso em: 25/02/2024.

BRASIL. Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27/09/2022.

BRASIL, F. S. *et al.* Indicador de desempenho em empreendimentos econômicos solidários. In: **IX Congresso RULESCOOP (La Plata, 2015)**. 2015.

BRAZ, M. I. Sistemas alimentares de proximidade: produção agroecológica em circuitos curtos. **VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – SINGA 2017**. Curitiba, 2017.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em *snowball* (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, v. 22, n. 1, 2021.

BORGES, M. de L.; SCHOLZ, R. H.; CARGNIN, T. D. de M. Estratégia-como-prática na economia solidária: resultados e ações de catadores de uma cooperativa. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 31, p. 108-142, 2015. Disponível em: [Estratégia-como-prática na economia solidária: resultados e ações de catadores de uma cooperativa | Desenvolvimento em Questão \(unijui.edu.br\)](http://unijui.edu.br). Acesso em: 28/02/2024.

CANÇADO, A. C. **Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática**. 2004. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia.

DE CAMARGO FILHO, W. P. *et al.* Algumas considerações sobre a construção da cadeia de produtos orgânicos. **Informações Econômicas**, São Paulo: 2004. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/2004/espec1-0204.pdf>. Acesso em: 23/05/2023.

Centre National de Ressources Textuelles (CNRTL). Disponível em: <https://www.cnrtl.fr/definition/solidarit%C3%A9>. Acesso em: 27/11/2023.

CHAYANOV, A. **La Organización de La Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

CZYCZA, C. **Cestas Campo e Cidade em Curitiba: outra forma de comercialização e a construção de novas relações, a partir da agroecologia**. 2019. Monografia. Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral – Educação do Campo. Curitiba, 2019.

CONAB. Conab—Boletim da Safra de Grãos, 8o Levantamento—Safra 2019/2020.

COSTA, B. R. L. Bola de Neve Virtual: O Uso das Redes Sociais Virtuais no Processo de Coleta de Dados de uma Pesquisa Científica. **Revista Interdisciplinar De Gestão**

Social, 7(1), 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/24649>). Acesso em 12/05/2023.

COSTA E SILVA, L. da. **As necessidades e fontes de informação para a comercialização de produtos agroecológicos na região metropolitana de Curitiba: um estudo de caso na Cooperafloresta**. Dissertação (Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação) – Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

CURITIBA. Resolução nº 05 de 09 de dezembro de 2021. Aprova o I Plano Municipal de Economia Popular Solidária – 2022 - 2025 para o Município de Curitiba. Disponível em: <https://fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?id=1477>. Acesso em: 16/05/2023.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 10 n. 2 p. 08-13, jun. 2013.

DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: ctg_file_1545382720_30072019083023.pdf (contag.org.br). Acesso em: 09/02/2024.

DE OLIVEIRA SANTOS, M. R. A retomada do programa neoliberal no governo Temer e seus possíveis impactos sobre a auditoria fiscal do trabalho brasileira. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 239, p. 795-812, 2016. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/268>. Acesso em: 30/11/2023.

DIEDRICH, G. E.; BIONDO, E.; BULHÕES, F. M. Agroecologia e Bem Viver como modo de vida e como modelo sustentável de produção agrícola e de consumo de alimentos. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 3, jul/set, p. 230-255, 2021. Disponível em: [Agroecologia e Bem Viver como modo de vida e como modelo sustentável de produção agrícola e de consumo de alimentos | COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional \(faccat.br\)](https://www.faccat.br/revista/colquio-revista-do-desenvolvimento-regional). Acesso em: 12/05/2023.

FERRARI, D. L. **Cadeias Agroalimentares Curtas: a Construção Social de Mercados de Qualidade pelos Agricultores Familiares em Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos sociedade e agricultura**, 2002. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/207>. Acesso em: 18/11/2023.

FREDDI, S. M. et al. A agricultura urbana e o "bem viver" nos espaços urbanos: um estudo de caso sobre as hortas comunitárias do município de Joinville/SC. 2015. Disponível em: <[A agricultura urbana e o "bem viver" nos espaços urbanos: um estudo de caso sobre as hortas comunitárias do município de Joinville/SC \(ufsc.br\)](https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/12345)>. acessado em: 30/03/2023.

FRONZA, C. S. *et al.* **Respostas das cooperativas e da economia solidária frente à crise social, econômica e sanitária da COVID-19 no Brasil.** Comitê Solidariiedade: Redes de Economia Solidária como alternativa à crise do COVID-19. p. 55, 2020.

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 04/03/2024.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katálysis**, v. 11, p. 11-19, 2008. Disponível em: [SciELO - Brasil - A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes](#). Acesso em: 29/11/2022.

GAIGER, L. I. G. Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 79-109, 2011. Disponível em: scielo.br/j/ln/a/mk8wfW6HDz5qhC6Lmqbg5TC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 09/08/2022.

GAIGER, L. I. G. O mapeamento nacional e o conhecimento da economia solidária. **Revista da ABET**, v. 12, n. 1, p. 7-24, 2013. Disponível em https://base.socioeco.org/docs/_ojs_index.pdf. Acesso em: 10/08/2022.

GAIGER, L. I. G. O Mapeamento nacional e o conhecimento da economia solidária. **ABET**, v. 12, Nº 1, 2014. Disponível em: < https://base.socioeco.org/docs/_ojs_index.pdf >. Acesso em: 18/08/2022.

GAIGER, L. I. G. A Economia Solidária na contramarcha da pobreza. **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 79, 2015, pp. 43-63. Disponível em: [A economia solidária na contramarcha da pobreza \(openedition.org\)](#). Acesso em: 03/03/2023.

GAIGER, L. I. G. A reciprocidade e a instituição plural de mercados: um prisma para entender o papel histórico da Economia Social e Solidária. **Nova economia**, v. 31, p. 157-183, 2021. Disponível em: scielo.br/j/neco/a/t5bXn8RQ6cPhXRDHCCMnQdg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17/05/2023.

GASPAROTTO, A; TELÓ, F. **Histórias de lutas pela terra no Brasil.** São Leopoldo: Oikos, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fabricio-Telo/publication/350241654_Historias_de_lutas_pela_terra_no_Brasil_1960-1980/links/6057dbca92851cd8ce5a2ced/Historias-de-lutas-pela-terra-no-Brasil-1960-1980.pdf. Acesso em: 12/09/2023.

GERHARDT, T. E. *et al.* Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 65-88.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GREGOLIN, M. R. P. **Diagnóstico de gestão em cooperativas da agricultura familiar no Estado do Paraná: limites e potencialidades em um modelo solidário e democrático.** 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável). Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de contribuições e desafios para o Desenvolvimento Rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.155-180. Disponível em: [000975223.pdf \(ufrgs.br\)](https://doi.org/10.1590/000975223.pdf). Acesso em: 09/02/2024.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de Políticas Públicas para Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.155-180. Disponível em: [v52 sulp1.indb \(scielo.br\)](https://doi.org/10.1590/000975223.pdf). Acesso em: 09/02/2024.

GRISA, C.; et al. **A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2022. Disponível em: [Repositório de Múltiplos Acervos da UFRRJ: A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações](https://repositorio.ufrj.br/handle/11362/54444). Acesso em: 31/10/2023.

GUEDES, Beto. **Sal da Terra**. Álbum: Contos da Lua Vaga, 1981.

HESPAHOL, R. A. de M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, número especial (2), p. 103-112, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2736/273628672008.pdf>. Acesso em: 07/08/2022.

IBGE, Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25/11/2022.

KIRSCH, R. **Empreendimentos da economia solidária e implicações das relações de reciprocidade**. 2007. Dissertação (Mestrado) Universidade de Brasília - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Brasília, 2007.

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar, comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1993.

LEAL, K. S.; RODRIGUES, M. de S. **Economia Solidária: conceitos e princípios norteadores**. Revista Humanidades e Inovação, v. 5, n.11 - 2018, p. 209-219. Disponível em: [v. 5 n. 11 \(2018\) | Humanidades & Inovação \(unitins.br\)](https://doi.org/10.11606/issn2175-9018.v5n11p209-219). Acesso em: 28/05/2023.

LECHAT, N. *et al.* **Gestão de empreendimentos econômicos solidários na Região Noroeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Civitas, v. 7, n. 1, jan-jun. 2007, p. 175-194.

LEFF, H. **Racionalidade ambiental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEHUM, M. A.; BEATRIZ, M. Z. Autogestão na Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade (Rede Mandala). XII Seminário de Extensão e Inovação, XXVII Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica da UTFPR, Pesquisa, Extensão e Inovação: Caminhos para a Sustentabilidade: **Anais [...]**. Santa Helena, PR, 7 a 11 de novembro de 2022.

MANCINI, E. A. Economia Solidária—Relato de Experiências no Paraná. **Economia Solidária volume I**, p. 90, 2000. Disponível em: [Microsoft Word - Textos Economia Solidária vol1.doc \(socioeco.org\)](https://doi.org/10.11606/issn2175-9018.v5n11p209-219). Acesso em: 05/03/2023.

MANCE, E. A. Revolução das redes. **A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis, Vozes, 2000. P. 28-31.

MANCE, E. A. Redes de colaboração solidária. Curitiba: **Ufil**, 2002. Disponível em: <https://www.solidarius.net/mance/biblioteca/redecolaboracao-pt.pdf>. Acesso em: 05/03/2024.

MANCE, E. A. **Redes de Economia Solidária: a expansão de uma alternativa global**. II Fórum Social Mundial. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <https://euclidesmance.net/docs/fsm2.htm>. Acesso: 05-03-2023.

MANCE, E. A. **Economia Solidária, Revolução Global e Sociedades Pós-Capitalistas**. IFIL, Curitiba, 2007.

MARKONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MST (Movimento Sem Terra). Disponível em: <https://mst.org.br/2022/02/08/assentamento-contestado-completa-23-anos-e-cresce-na-construcao-da-agroecologia/>. Acesso em: 06/11/2023.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. **Geografia Agrária: teoria e poder**, v. 1, p. 211-270, 2007.

PATRÍCIO, P. C. Investigação de Metodologias de Planejamento Participativo em Três Assentamentos de Reforma Agrária, no Estado do Paraná. **Revista NERA**, Presidente Prudente Ano 15, nº. 21 pp. 100-113 Jul-dez./2012.

PENROD, J.; PRESTON, D.B., CAIN, R. & STARKS, M.T. A discussion of chain referral as a method of sampling hard-to-reach populations. *Journal of Transcultural nursing*, vol 4. nº 2. April, 2003. 100-107p.

PRODUTOS DA TERRA, 2022. Disponível em: <https://www.produtosdaterrapr.com.br/apresentacao/>. Acesso em: 04/03/2024.

RAMOS, S. de F.; CALGARO, H. F. Circuitos Curtos de Comercialização: organização social, pesquisa e extensão rural nas Feiras do Produtor Rural em Peruíbe, Estado de São Paulo. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 16, n. 12, p. 1-11, dez. 2021. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-54-2021.pdf>. Acesso em: 27/10/2022.

RANIERI, S. B. L. Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil: a qualidade dos assentamentos da Reforma agrária brasileira. São Paulo: **Páginas & Letras Editora Gráfica**, p. 5-38, 2003.

REDE MANDALA. Carta de Princípios. Disponível em: <https://www.cefuria.org.br/files/2020/01/Carta-de-Princ%C3%ADpios-Rede-Mandala.pdf>. Acesso em: 04/09/2023.

ROSSINI, C. M. *et al.* PRÁTICAS DE AGROECOLOGIA: SEMEANDO SUSTENTABILIDADE, SAÚDE E BEM VIVER. In: **Congresso Internacional em Saúde**. 2021.

ROVER, O. J; DAROLT, M. R. **Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica**. Darolt, Moacir Roberto; Rover, Oscar José Circuitos Curtos De Comercialização, Agroecologia e Inovação Social, p. 19, 2021. Disponível em: [Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social \(ufsc.br\)](#). Acesso em: 29/06/2023.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade**. 2009. Rio de Janeiro: Direitos cedidos para esta edição à Editora Garamond Ltda, 2009. Disponível em: [Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade \(hal.science\)](#). Acesso: em 17/05/2023.

SABOURIN, E. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: [Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. \(hal.science\)](#). Acesso em: 05/03/2024.

SANCHEZ, Z. V. M; NAPPO, S. A. Sequência de drogas consumidas por usuários de crack e fatores interferentes. In: **Revista Saúde Pública**, 36(4), p. 420-430, 2002.

SANDRI, A. M.; OLIVEIRA, A. G. de. Cooperativas de assentados da reforma agrária no Estado do Paraná: políticas públicas e incentivo à geração de renda. XVIII ENANPUR, Natal, RN. **Anais [...]** Natal: 2019, 27 a 31 de maio.

SANDRI, A. M. *et al.* Produção e comercialização de produtos de base ecológica: políticas públicas e atuação das cooperativas de assentados da reforma agrária. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em [Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná \(RIUT\): Produção e comercialização de produtos de base ecológica: políticas públicas e atuação das cooperativas de assentados da reforma agrária \(utfpr.edu.br\)](#). Acesso em: 16/02/2023.

SANTOS, T. T. B. dos. **Mercado institucional, segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar: um estudo de caso do município de Almirante Tamandaré**. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

SCHNEIDER, S.; NAVARRO, Z. Agricultura e Novas Formas de Ocupação no Meio Rural: um estudo sobre as tendências recentes. In: Ponencia presentada al XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Poços de Caldas/MG. **Anais [...]** 1998.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVILLA GUZMÁN, E. *et al.* Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. **Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza**, 2010. Disponível em: [idUS - Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria](#). Acesso em: 12/09/2023.

SILVA, M. da; *et al.* A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil. En.: **ESPACIOS**: Vol 38 (nº 38), 2017, p. 7.

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A. Dimensões estruturais dos empreendimentos de economia solidária: uma análise para os estados da Bahia e Paraná. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 43, n. 2, p. 309-326, 2012. Disponível em: <https://q20mais20.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/218>. Acesso em: 09/08/2022.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. T. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 31-42.

SINGER, P. **Economia socialista**. Fundação Perseu Abramo, 1ª. Ed., 2000.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, p. 11-28, 2000.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 128 p.

SINGER, P. Economia solidária. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 2, n. 1, p. 03-06, 2003.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados** 18 (51), 2004. Disponível em: [SciELO - Brasil - Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário](#). Acesso em: 20/12/2022.

SINGER, P. Economia solidária. **Estudos avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008. Disponível em: [a20v2262.pdf \(scielo.br\)](#). Acesso em: 27/02/2024.

SILVA, M. N. *et al.* A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 47, p. 7, 2017. Disponível em: <https://revistaespacios.com/a17v38n47/a17v38n47p07.pdf>. Acesso em: 12/05/2023.

SILVA, L. A. T. *et al.* A Experiência da CSA-Comunidade que Sustenta a Agricultura como Fator Promotor de Desenvolvimento Local-Revisão. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 2, p. 9-9, 2018. Disponível em: [A Experiência da CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura como Fator Promotor de Desenvolvimento Local - Revisão | Cadernos de Agroecologia \(aba-agroecologia.org.br\)](#). Acesso em: 29/06/2023.

SOBREIRO FILHO, J.; CARDOSO, M. A.; DE OLIVEIRA VALÉRIO, V. J. Os gigantes dos pés de barro da Reforma Agrária no Brasil: análise crítica dos planos nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático. **Revista Nera**, n. 50, p. 91-115, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5743>. Acesso em: 22/09/2023.

SPAROVEK, G.; B. *et al.* **Análise Territorial da Produção nos Assentamentos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília: NEAD, 2005. 71p.

TREVISAN, L. Economia solidária, economia enraizada, reciprocidade e dádiva na construção da Rede Estadual de Economia Solidária Fortalecendo Campo-Cidade. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, 2018, São

Carlos. **Anais** São Carlos: Diagrama Editorial, 2018. Disponível em <http://conpes.ufscar.br/anais-ii-conpes> . Acesso em: 5 Mar. 2024.

VIEGAS, M. da T.; ROVER, O. J.; MEDEIROS, M. Circuitos (não tão) curtos de comercialização e a promoção de princípios agroecológicos: um estudo de caso na região da grande Florianópolis. **DMA Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: UFPR, p. 370-384.2017.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, n. 22, (44): p. 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: [A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa | Tematicas \(unicamp.br\)](#). Acesso em: 20/04/2023.

WANDERLEY, M. de N. B. Uma categoria rural esquecida: os desafios permanentes da sociologia rural brasileira. Uma homenagem a Maria Isaura Pereira de Queiroz. Marília (SP), **V Jornada de Ciências Sociais**. Jornada de Estudos Maria Isaura Pereira de Queiroz, v. 22, p. 343-359, 1994.

WANDERLEY, M. de N. B. **Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidades**. Palestra proferida em aula inaugural no CPDA/UFRJ, 2004.

WANDERLEY, M. de N. B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 17, n. 1, p. 60-85, 2009. Disponível em: [Redalyc.O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade](#). Acesso em: 06/02/2023.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como espaço de vida**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. (Série Estudos Rurais).

WESZ JUNIOR, V. J.; BUENO, V. Do N. A produção de soja em pequenas propriedades familiares na Região das Missões/RS. 2008. Disponível em: [A PRODUÇÃO DE SOJA EM PEQUENAS PROPRIEDADES FAMILIARES NA REGIÃO DAS MISSÕES/RS \(umn.edu\)](#). Acesso em: 12/05/2023.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da pesquisa: **“O processo organizativo dos empreendimentos econômicos solidários e os princípios da Economia Solidária: Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos Da Terra”**.

Pesquisadoras responsáveis pela pesquisa:

Mestranda: Cynthia Carla Cartes Patrício - cynthiapatricao@alunos.utfpr.edu.br

Orientadora: Prof. Dra. Simone Aparecida Polli - simonep@utfpr.edu.br

Contatos: (41) 998402-7790 (Cynthia) / (41) 99146-5284 (Profa. Simone)

Pesquisadoras do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública – PPGPGP, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR.

Local de realização da pesquisa: A entrevista será realizada preferencialmente no Centro de Distribuição da Economia Solidária, Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

A) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

Você está sendo convidado a participar de forma voluntária da pesquisa sobre “A Gestão dos empreendimentos solidários e os princípios da Economia Solidária: Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra”. O questionário a seguir contempla pesquisas de Doutorado e Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública – PPGPGP, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Sede – Curitiba. Sua colaboração de forma livre e espontânea, realizando a pesquisa por meio de respostas ao questionário, é de fundamental importância para o desenvolvimento e construção dessa pesquisa.

Você poderá optar por não participar da pesquisa, desistir a qualquer momento e, se necessário for solicitar mais esclarecimentos. Asseguramos também, que serão mantidos o sigilo e o anonimato dos participantes da pesquisa.

A referida pesquisa tem o seu desenvolvimento na responsabilidade da mestranda Cynthia Carla Cartes Patrício e orientação da Profa. Dra. Simone Aparecida Polli.

1. Apresentação da pesquisa.

A pesquisa que se apresenta trata da economia solidária como caminho para inclusão social, geração de trabalho e renda e o enfrentamento da desigualdade social. A organização dos empreendimentos em torno da economia solidária assume importância no sentido de oferecer alternativa de trabalho a pessoas que se identificam com os princípios da economia solidária.

Sob essa perspectiva o estudo do processo organizativo da frente de comercialização Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra tem a importância de elucidar em que medida o empreendimento solidário baseia sua gestão nos princípios

da economia solidária.

2. Objetivos da pesquisa.

Por intermédio desta pesquisa, pretende-se analisar o processo organizativo da frente de comercialização da Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra e sua relação com os princípios da economia solidária. Os objetivos específicos são:

- Analisar as interações políticas da frente de comercialização Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra com outros atores externos como fóruns, Rede Mandala, políticas municipal, estadual e federal;
- Analisar como ocorre a autogestão, participação social dos membros internos nos debates coletivos do empreendimento econômico solidário;
- Analisar como ocorrem os laços de solidariedade e os modos de vida relacionados ao bem viver e outros princípios da economia solidária;
- Analisar como se dão os circuitos curtos – campo cidade;
- Compreender quais pontos se afastam e quais pontos convergem o empreendimento econômico solidário de um empreendimento tradicional.

3. Participação na pesquisa.

Sua participação na pesquisa consiste em responder um questionário, com o objetivo de entendermos a aproximação do empreendimento econômico solidário com os princípios da economia solidária.

A pesquisa é composta por questões referentes à gestão do empreendimento econômico solidário e aos princípios da economia solidária: autogestão, solidariedade, integração campo-cidade e o “bem viver” / “jeito viver”. O tempo de duração estimado para a resposta é de aproximadamente 100 minutos.

4. Confidencialidade.

Será garantido ao participante da pesquisa a privacidade e o sigilo dos dados. Sendo que os dados obtidos na pesquisa ficarão sob responsabilidade das pesquisadoras. Dessa maneira fica garantido ao participante que nenhum de seus dados pessoais será divulgado, em hipótese alguma, pois as respostas serão absolutamente confidenciais e cada questionário não será identificado pelo nome para que seja mantido o anonimato se assim o entrevistado desejar.

Será garantido ainda que todos os participantes terão seus valores sociais, culturais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes totalmente respeitados durante a pesquisa.

5. Riscos e Benefícios.

Especificamente, a pesquisa busca identificar também aspectos relacionados ao processo organizativo do empreendimento econômico solidário. Dessa forma, pode ser que, para alguns participantes, haja desconfortos e constrangimentos ao se deparar com certas questões, que possam causar experiências negativas.

Como a participação na pesquisa é absolutamente voluntária, caso haja algum desconforto ou constrangimento, a pesquisa pode ser interrompida a qualquer momento.

Como benefício, aponta-se a pesquisa como contribuição para aumentar estudos científicos que dêem subsídios para o fortalecimento de outros empreendimentos econômicos solidários.

6. Critérios de inclusão.

O público-alvo da pesquisa são os trabalhadores e voluntários do empreendimento econômico solidário Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra.

7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo.

O participante da pesquisa tem o direito de receber quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa, em qualquer etapa, caso julgue necessário. Pode também recusar-se a participar da pesquisa, assim como retirar o seu consentimento de participação a qualquer momento, não gerando qualquer penalidade.

Os resultados do questionário serão publicados nas pesquisas de Mestrado e Doutorado, frutos dessa pesquisa.

8. Ressarcimento e indenização.

A pesquisa não gera nenhum custo ao participante. Contudo, caso haja qualquer tipo de despesa resultante da mesma, haverá a compensação material, desde que comprovados os custos gerados pela participação nesta pesquisa. Da mesma forma, caso a participação na pesquisa acarrete algum dano, a indenização acontecerá segundo os dispositivos previstos em lei.

B) CONSENTIMENTO

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimento e indenização relacionados a este estudo.

Os pesquisadores declaram terem apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas. Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com qualquer um dos pesquisadores, via e-mail.

Curitiba/PR, ____ de _____ de 2023.

Entrevistado

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

PRINCÍPIOS ECONOMIA SOLIDÁRIA	QUESTÕES
AUTOGESTÃO - Participação e democracia	1. Qual a figura jurídica do empreendimento?
	2. Quantas pessoas trabalham no empreendimento?
	3. São realizadas reuniões de autogestão? Qual a frequência? Os associados participam? Quais os “cargos”/funções que existem internamente?
	4. Como são tomadas as decisões inerentes à administração do empreendimento?
	5. Como são divididas as tarefas diárias do empreendimento? O comitê gestor faz um gerenciamento?
	6. Quem responde pelo empreendimento externamente, a presidência? Internamente e externamente há diferenças?
	7. Existe alguma forma de rodízio nas funções da gestão de empreendimento?
	8. Existe alguma forma de avaliação de desempenho do empreendimento?
	9. Para ampliar as vendas, quais os mecanismos de marketing, se é que eles existem?
	10. Como são organizadas as vendas das cestas agroecológicas?
	11. O empreendimento está articulado com a Política Municipal de Economia Solidária? Participam das reuniões e tem representante com voto?
	12. Além da política municipal, o empreendimento está articulado com outros fóruns (estadual, federal) de economia solidária? Tem representante com voto?
	13. Vocês participam de manifestações públicas em torno dos temas: agricultura familiar, agroecologia e economia solidária?
SOLIDARIEDADE	14. Existem redes de apoio ao desenvolvimento do trabalho?

	15. Como é o apoio às mulheres do empreendimento?
	16. Existe uma rede de apoio com o cuidado das crianças?
	17. Existe rede de apoio financeiro aos associados?
	18. O empreendimento apoia outros movimentos sociais, ou apoiou durante o período crítico da Pandemia?
INTEGRAÇÃO CAMPO-CIDADE	19. Por que você acha que os consumidores optam pela compra das cestas agroecológicas em detrimento de produtos comuns? Ou de outras feiras, como o passeio público, por exemplo?
	20. Os consumidores das cestas acompanharam o empreendimento desde o início da comercialização?
	21- Qual a procedência dos produtos? Todos vêm da área rural? De quais municípios?
	22- Quais as estratégias/ações adotadas pelos empreendimentos para que ocorra a integração campo-cidade?
BEM VIVER / “JEITO DE VIVER”	23. Os atores do empreendimento consomem produtos de outras “redinhas”? Outras “redinhas” consomem os produtos das cestas agroecológicas?
	24. Existe uma interação com outras “redinhas”?
	25. Os membros do empreendimento procuram criar jeitos, “modos de vida”/ estratégias que vão ao encontro do sentido do bem viver? Poderia exemplificar?
	26 Em sua opinião, quais os desafios para a manutenção de um empreendimento solidário a partir dos princípios da economia solidária?
	27. Em sua opinião, quais aspectos esse empreendimento se afasta ou se aproxima de um empreendimento econômico tradicional?

Fonte: Autoria própria (2023).